



Reunião de 26/07/2017

ATA N.º 21/2017

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZASSETE

---- Aos **vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dezassete**, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas, em reunião ordinária, a Câmara Municipal de Nelas, sob a presidência do Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, estando presentes os Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.^a Sofia Relvas Marques e Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves -----

---- Registou-se a falta, considerada justificada, do Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral. -----

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia anterior, que apresentava os seguintes saldos: - De operações orçamentais: 271.318,05 € (duzentos e setenta e um mil trezentos e dezoito euros e cinco cêntimos); - De operações não orçamentais: 179.993,48 € (cento e setenta e nove mil novecentos e noventa e três euros e quarenta e oito cêntimos). -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta esta reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Nelas do dia 26 de julho de 2017. Em relação ao Resumo Diário de Tesouraria: total de disponibilidades: 451.311,53 € (quatrocentos e cinquenta e um mil trezentos e onze euros e cinquenta e três cêntimos), sendo de Operações não Orçamentais: 179.993,48 € (cento e setenta e nove mil novecentos e noventa e três euros e quarenta e oito cêntimos). -----

---- Entrando, de seguida, no Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Câmara perguntou: Algum dos Srs. vereadores se quer pronunciar relativamente a alguma matéria? Artur? Eu reservo para o fim também poder pronunciar-me neste período. Dra., também queres, por causa da sexta-feira, da conferência de imprensa? Sr. vereador Manuel Marques, tem a palavra. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Obrigado Sr. presidente da câmara, pela permissão da minha intervenção. Cumprimentar todo o órgão, os Srs. funcionários e o demais público assistente. Pensava eu, Sr. presidente da câmara, que Vossa Excelência abriria o período antes da ordem do dia com os pedidos, à resposta aos pedidos que lhe formulei, que são essenciais para a gestão deste município, e para o bom desenvolvimento dos trabalhos deste órgão. Assim, no dia vinte e um de Julho de dois mil e dezassete, enviei a Vossa Excelência, por correio electrónico, um *e-mail* no qual lhe pedia, na qualidade de vereador e nessas funções que na reunião de hoje que me fosse facultado, no período antes da ordem do dia, o caderno de encargos referente à aquisição de serviços de



Reunião de 26/07/2017

aluguer de uma moto niveladora, cilindro para alargamento e beneficiação de caminhos agrícolas e florestais. Enviei-lhe também, Sr. presidente da câmara, no dia vinte e quatro de Julho, que, no dia da reunião de hoje, reunião ordinária de vinte e seis de Maio de dois mil e dezassete, me fosse facultado no período antes da ordem do dia, a lista dos empreiteiros convidados nos termos do código de contratação pública, referente à obra de requalificação do Largo dos Bombeiros Voluntários de Nelas, e também a lista de convidados do último procedimento de adjudicação da aquisição de serviços de aluguer, de moto niveladoras, cilindro para alargamento e beneficiação de caminhos florestais. Mande, também, ao Sr. presidente da câmara, porque a câmara é o órgão, e é aqui que discutem as questões, não é com os panfletos por aí distribuídos que, no dia da reunião ordinária de vinte e seis de Maio de dois mil e dezassete, me fosse também facultado no período antes da ordem do dia, o cadernos de encargos referente à obra requalificação do Largo dos Bombeiros voluntários de Nelas. Vossa Excelência, como sempre, desde a primeira hora, se remeteu ao silêncio, aliás, por razão desse seu comportamento, Sr. presidente da câmara, é que Vossa Excelência tem dois ou três processos em tribunal que, embora a justiça demore, mas a justiça vai funcionar. E, espero que a justiça funcione, para que o povo do Concelho de Nelas saiba como é que funciona a gestão. Sr. presidente da câmara, estava de manhã a sair da minha casa e telefoname um senhor, que foi um dos fornecedores de dois mil e treze. Sr. presidente da câmara, de facto, eu estou indignado. Estou indignado, Sr. presidente da câmara, porque quis Vossa Excelência em dois mil e treze perseguir o anterior executivo, designadamente a mim e à Sra. presidente de câmara de então, Dra. Isaura Pedro. Quis Vossa Excelência que eu fosse arguido num processo, dessas mesmas facturas, ou, melhor, eu corrijo, arguido é para a parte penal, réu é para a parte cível. Quis Vossa Excelência que eu fosse réu num processo de um fornecedor, designadamente Aquecinelas, só que a Meritíssima Juiz do Tribunal Administrativo Fiscal de Viseu excluiu-me desse processo. Sr. presidente da câmara, obviamente que tenho algumas mágoas, digamos assim, pelo trabalho de oito anos que trabalhei com Isaura Pedro, mas cumpre-me aqui dizer: é vergonhoso aquilo que o senhor está a fazer. É vergonhoso, porque Vossa Excelência, que eu tive que tomar nota, que não tinha no caminho, não tinha no caminho o Código do Processo Civil, Vossa Excelência disse ao advogado da câmara, pago com o nosso dinheiro e não é pouco, que provocasse um incidente da instância para intervenção provocada de terceiros no processo. Vossa Excelência sabe que as obras ficaram cá feitas, deixámos um marco histórico no concelho, e Vossa Excelência agora quer que a Dra. Isaura Pedro, que a mim já não consegue, a mim já lá vai, já passou, o senhor já foi, já lhe deram cabalmente a resposta, e Vossa Excelência vem agora meter um processo contra a Dra. Isaura Pedro. Oiça, ela está em caminho oposto daquilo que eu estou, é a minha opositora, não é minha candidata em um de Outubro de dois mil e dezassete, mas, Sr. Presidente da câmara, é vergonhoso aquilo que o senhor está a fazer. Ainda agora demandei o Estado português de uma associação do qual eu sou presidente, e sabe qual foi o que fez o Estado português, Sr. presidente da câmara? Chegámos a acordo e pagaram, cinquenta e sete mil euros, é vergonhoso. Todos nós sabemos porque é que o senhor quis provocar este incidente, todos nós sabemos Sr. presidente da câmara. Todos nós sabemos que um processo em tribunal, dadas as suas circunstâncias, dado o tempo usado pelos advogados, é assim que se cobra aos clientes, e Vossa Excelência em vez de simplesmente fazer um acordo processual, como fez com outros em que eu fui testemunha, Vossa Excelência mandou o



Reunião de 26/07/2017

advogado da câmara levantar um incidente processual. Sr. presidente da câmara, isto fica-lhe mal, e fica-lhe mal porque no mesmo julgamento em que a Sra. meritíssima juiz disse que o vereador Manuel Marques não tinha nada que ver com aquilo, a advogada das partes, a autora, chegou a dizer que Vossa Excelência está a fazer exactamente a mesma coisa, e é verdade, Sr. presidente da câmara. Vossa Excelência está a fazer exactamente aquilo que o Manuel Marques e Isaura Pedro fizeram, só que Vossa Excelência está à pressa, como quis fazer na última reunião para regularizar as situações. Sr. presidente, não lhe fica bem, e também que lhe digo que eu não sou de espetar a faca nas costas a ninguém. Fiz várias denúncias nessa matéria à IGF, expliquei, a IGF pediu-me para eu ser objectivo e concreto, eu fui objectivo, fui concreto, e denunciei aquilo que o senhor fez, e a IGF já me disse que está a andar, mas eu quero uma resposta. E, Sr. presidente da câmara, se, no prazo de quinze dias, eu não tiver uma resposta dessa matéria, eu próprio participarei da IGF à PGF, por denegação de justiça por não aplicação do direito. Vossa Excelência devia ter vergonha e pagar de uma forma séria e honesta àqueles de uma forma séria e honesta trabalharam para o Concelho de Nelas. Deixe as tricas políticas de Isaura Pedro, deixe as tricas políticas de Manuel Marques, pague a quem tem direito de receber o trabalho que prestou. Sr. presidente da câmara, há uma coisa que eu também não percebi. Vossa Excelência que não nos deu conhecimento, mas felizmente algumas coisas nós vamos aqui apanhando, Vossa Excelência outorgou um contrato para construção de umas caixas multibanco. Uma delas que estava no decurso, Sr. presidente da câmara, foi à Engenharia e Construção Civil Limitada de Nelas, representada pelo Sr. Eng.º Filipe Guilherme Rodrigues Almeida. Qual o meu espanto quando eu passo por Moreira e vejo o estaleiro levantado, porque o senhor não garantiu o pagamento da obra. O senhor sabe tão bem quanto eu, licenciou-se em Direito na Faculdade de Coimbra, eu licenciou-me no aviário, mas o senhor sabe tão bem quanto eu que os empreiteiros podem logo *ab initio* reivindicar a instalação do estaleiro. Vossa Excelência não pagou ao Eng.º Guilherme, e o Eng.º Guilherme abandonou a obra. Vossa Excelência, com uma desfaçatez terrível, do tamanho do mundo, foi dizer às populações de Moreira que o empreiteiro faliu. Não, quem faliu foi a câmara, porque o senhor não pagou ao empreiteiro a parte inicial que ele solicitou. Acho que é com justiça, Sr. presidente da câmara, e com verdade, que se faz a política nesta terra, Vossa Excelência tentou entrar pela mentira, pela mentira, pela mentira e pela mentira. Mas, em um de Outubro seremos julgados. Sr. presidente da câmara, não há história nem há memória, eu faço parte, vim para esta casa, ainda hoje dizia ao Sr. presidente da câmara de então, vim para esta casa no dia treze de Janeiro de mil novecentos e oitenta e três, em que o Sr. Dr. José Vaz, em que a política e a causa pública nos separou, hoje uniu-nos. O Dr. José Vaz é um apoiante da minha candidatura. E, desde essa altura, Sr. presidente da câmara, que, isto é posteriormente, desde a altura do Dr. José Correia, o saudoso José Correia que, embora das desavenças que tive com ele nunca o processei, nem nunca andei atrás dele com a polícia judiciária como Vossa Excelência fez a ele e ao Sr. António Monteiro. Desde essa data, vamos na vigésima sexta Feira do Vinho, Sr. presidente da câmara, qual o meu espanto, por Vossa Excelência não ter dinheiro, é a primeira vez na história em vinte e seis anos, por Vossa Excelência não ter dinheiro pôs os expositores a pagar às Spormex, Sr. presidente da câmara, tem que explicar isto. Porque é que em vinte e seis anos só agora é que a Spormex recebe dos expositores, quando era a câmara municipal que fazia um procedimento para essa matéria? Isto, Sr. presidente da câmara, tornou-se vergonhoso, a câmara está irrecuperável, e



Reunião de 26/07/2017

Vossa Excelência tem que assumir isso, tem que o assumir. Depois, Sr. presidente da câmara, Vossa Excelência, outra coisa inédita e, de facto, inédita, que eu nunca vi nesta vida, foi a limpeza da Ribeira da Pantanha nas Caldas da Felgueira. De facto, acho que os biólogos e os docentes da Faculdade de Coimbra, na área do ambiente, têm que vir copiar a sua técnica de resolver e de despoluir rios, têm que o fazer obrigatoriamente. O que é que Vossa Excelência faz? Está aquilo, está tudo cheio de lixo, cheio de ervas, tudo contaminado, e Vossa Excelência põe uma rede mosquiteira, uma rede de solo, sobre o leito do rio. Eu, em termos de humor e de brincadeiras disse para algumas pessoas das Caldas da Felgueira, se não seria para alguém que se queira suicidar, e aquilo serve de trampolim de rede para as pessoas não se magoarem, só pode, só pode Sr. presidente. Posso continuar, Sr. presidente? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: Nunca pode deixar de continuar, faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Mas eu gosto que Vossa Excelência tenha atenção, porque são casos concretos do concelho, e são importantes para o concelho. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Porque você chega ao ponto de exigir que o presidente de câmara lhe dê atenção, já viu? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Obviamente, então por isso eu faço parte do Órgão. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito bem. Muito bem. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Então, para estar a falar para os pardais não venho cá. Vamos todos embora. Não, tem que prestar atenção, Sr. Presidente. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: É o sol lá em cima e o rei sol aqui na Terra. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Mas o rei sol é o senhor, mas isso, a gente já sabe isso quer lhe custe, quer queira, quer não, tem que me ouvir. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não é ouvir, Dr. Marques, eu sugeria o seguinte: há uma série de afirmações que o Dr. Marques já fez, legitimamente, eu preferia é que você fizesse perguntas, que está a tirar, Dr., Vossa Excelência está a tirar conclusões, fez afirmações. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Já lhe vou fazer mais perguntas, espere que vou fazer mais perguntas. Não vale a pena interromper, que Vossa Excelência. Não me vai interromper, nem me vai enervar sequer. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Dr. Marques, o Sr. vereador fez afirmações, não pôs perguntas, e eu, há uma série de questões que eu posso esclarecer, portanto, seja menos peremptório, faça perguntas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Já lhe vou fazer perguntas, Sr. presidente, já lhe vou fazer perguntas. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Para eu, sobre as caixas multibanco, sobre a Feira, sobre a Pantanha, eu acho que você primeiro devia pedir um esclarecimento, e eu depois dava-lhe o esclarecimento e depois tirava, Sr. vereador, depois tirava conclusões, acho que é assim que as coisas têm que funcionar. O senhor fez a pergunta e deu a resposta. Isso não, percebe? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não me deixa fazer a pergunta. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Isso aí é que não contribui para a dialéctica democrática, não é? Peço desculpa ter interrompido. -----



Reunião de 26/07/2017

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Muito obrigado Sr. presidente. Sr. presidente, então, sobre a Ribeira de Pantanha, que Vossa Excelência mais uma vez, a expensas da câmara, fez a sua defesa nos jornais, nas suas notas de imprensa, paga à plataforma “J” para lhe fazer notas de imprensa bonitas e folclóricas, eu pergunto-lhe: tem algum parecer dos serviços, como o senhor diz, na notícia, tem algum parecer dos serviços técnicos da câmara da área do ambiente, da Eng.^a Arminda, do Eng.^o Gonçalo, da Eng.^a Inês, conforme é assim que se faz aquilo? Se tem, mostre-o, ou acontece como aquele parecer que prometeu ter, do abate daquela árvore centenária em frente ao antigo BNU. Se tem, mostre o parecer. É que eu ando-lhe a reivindicar este parecer há mais de dois meses e Vossa Excelência não apresenta. Vossa Excelência mente às pessoas, não pode mentir às pessoas, Sr. presidente, o senhor é presidente da Câmara, mau ou bom é presidente da câmara, e tem que ter alguma postura enquanto o lugar que ocupa. Não tem que ter uma postura de mentiroso, desculpe. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eh pá, deixe-se lá disso, dr. Marques. Poupe os adjectivos, está bem? Poupe os adjectivos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Outra pergunta que eu lhe vou fazer, Sr. Presidente, foi o senhor, quer que lhe mostre, foi o senhor que disse que tinha vergonha de mim, da Dra. Isaura. Ó Sr. Dr., vou ter que lhe mostrar, quer que lhe mostre? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: Não. Vamos tratar de questões, neste período de sessenta dias antes das eleições, poupe os adjectivos pá. Eu também vou poupar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: É o senhor que se prepara a isso, é o senhor que se prepara a isso, o senhor põe-se a jeito. Sr. Presidente. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Vá, não preparo nada. Eleve o nível, está bem? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sr. presidente da câmara, não venha por aí, não fui eu que mandei a esposa do saudoso Rui Neves à merda, eh pá, não fui eu que vim para aqui representar com um prato de figos, não fui eu que chamei burro, asno e jerico, oiça, o senhor por aí não, o Sr. disse aqui em pleno: “Vou mijar e vou cagar à casa de banho”, não fomos nós que dissemos isso, foi o senhor que o fez. Não venha, Sr. dr. desculpe lá, tenho que lhe dizer isso com toda a naturalidade e franqueza, o senhor não dá meças a ninguém. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Está bem. Isso não é verdade, mas, se fosse verdade, e o senhor censura isso, vamos elevar o nível. É esse desafio que eu lhe faço. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Mas é o senhor baixa o nível. Olhe, não está a baixar o nível, então não me está a interromper agora? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Já está o senhor a falar há vinte minutos. já chamou mentiroso dez vezes. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O senhor processe-me. --

---- O Senhor Presidente afirmou: Mas compreende? Não processo nada, tenho mais que fazer. Vamos avançar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Então, não disse que ia processar, a história de nós termos, com aquele vergonhoso comunicado das limpezas, ó Sr. Dr., vou avançar Sr. dr., deixe-me avançar, o senhor não me deixa avançar. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Isto é se o senhor quer transformar isto num circo. Vou



Reunião de 26/07/2017

dizer uma coisa, já passaram os nove minutos que o senhor tem para usar no período antes da ordem do dia, faça o favor de concluir. Olhe que eu vou usar o regimento e o senhor tem que se calar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Vou concluir, Sr. presidente da câmara. Vou concluir, mais duas perguntas objectivas. Para a abertura de um procedimento as regras determinam que esse mesmo procedimento tem que ter fundos disponíveis e cabimentação. A pergunta que eu lhe faço é esta, Sr. presidente da câmara: os fundos disponíveis afectos à altura do procedimento e quero que fique em acta, os fundos disponíveis. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Fica tudo em acta, senhor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não fica não, só fica aquilo que lhe convém. Os fundos disponíveis ficam a todo o tempo alocados à obra, ou servem para outros procedimentos posteriores? Chega lá, retira-os fora, quero uma resposta objectiva sobre essa matéria, pronto. Outra pergunta que lhe faço, Sr. presidente da câmara, pois é, dói-lhe, eu sei que. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Ande lá... fale-me de obras do concelho Ainda não falou em nenhuma obra do concelho, é só bota abaixo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Pois é, outra pergunta que eu lhe faço é esta, mais outra objectiva. Vou já falar nesta. Quando eu vou falar numa obra. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: O que é que o senhor, se for presidente o que é que vai fazer? Diga-nos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Exactamente o contrário daquilo que o senhor fez. Olhe, não usar avenças dos industriais, não comprar terrenos de manhã e vendê-los à tarde, isso garanto que não vou fazer. Nem avenças dos amigos. A pergunta que eu vou fazer é esta Sr. presidente da câmara, outra pergunta. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Isto é bota abaixo, bota abaixo. O senhor ainda não falou numa coisa positiva, é tudo bota abaixo. É só bota abaixo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Posso falar, posso-lhe perguntar? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Então fale numa coisa positiva, é só bota abaixo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Faço, para quando, outra pergunta, para quando a construção, oiça lá, responda-me, então, estou-lhe a fazer perguntas, o senhor não responde. Para quando a construção da estrada de ligação para o Lar da Altendice? Para quando a conclusão do protocolo. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Já lhe respondo, vá, mais. Já está a falar há vinte minutos e só tem direito a falar nove, já lhe disse. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu estou-lhe a fazer uma, eh pá, deixe-me falar Sr. presidente. Quer que me cale? Ai quer? Então calo, então vou-lhe fazer outra pergunta. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Claro. A última pergunta. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Para quando termina as obras do Sr. Ramos, aquelas obras que o senhor protocolou enquanto foi vice-presidente de Isaura Pedro? -----



Reunião de 26/07/2017

---- O Senhor Presidente afirmou: Está bem, obras da Raposeira, muito bem. É só bota abaixo, vamos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Tenho mais, depois, a seguir, Sr. presidente da câmara. Mas agradecia que o senhor me respondesse às perguntas que eu lhe fiz. É bota abaixo, é, bota abaixo é que o senhor faz para aqui asneiras de todo o tamanho. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Anda tudo atrás do bota abaixo, vamos embora. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Andam, andam, andam, o senhor anda atrás da mentira. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu já lhe boto acima, tenho aqui uma surpresa guardada para si. Tenho aqui uma surpresa. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Olhe que não vou responder em tribunal por crimes de terrenos. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Deixe lá isso, os tribunais pá, você tem medo de se confrontar politicamente comigo, precisa de ir buscar os tribunais? Deixe lá os tribunais, homem. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Senhor Presidente, já é arguido, por acaso, já é arguido? Ou não? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Quem precisa dos tribunais para o confronto político é porque está fragilizado. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Ó Dr. Borges da Silva, explique às pessoas, é mais fácil. Então mas este homem não está bom da cabeça. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu já lhe passo a palavra. Eu não tenho outro remédio, Ó Artur, prossiga, faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira: Muito obrigado Sr. Presidente. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: A resposta, permita-me, porque foi feita uma pergunta de carácter pessoal, relativamente à minha condição de arguido, ou não, nalgum processo judicial, que fica o Sr. vereador a saber, e todos os presentes, e também vocês todos, porque isto, a constituição de arguido num processo judicial levantado pelo Sr. vereador, à falta de outros argumentos, naturalmente, ficam todos a saber que até hoje, dia vinte e seis de Julho do ano dois mil e dezassete, não fui ouvido em qualquer processo-crime, nem fui constituído arguido em qualquer processo-crime, nem pela Inspeção de Finanças, nem pela Procuradoria-Geral da República, nem pelo Ministério Público. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Está a falar com toda a verdade? No caso dos terrenos que o senhor comprou. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Então, o homem não me perguntou, Sofia, o homem não me perguntou? A pergunta não lhe agrada, eh pá, deixe, eu estou a dizer, fica gravado, com toda a verdade, não fui constituído nem. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Não, pois não, nem na PJ em Coimbra? Diga lá toda a verdade. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não é verdade isso, Dr. Marques, pronto, continue, Artur. --

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Então pergunte à miúda que andava no terreno a quem o senhor comprou e vendeu à tarde, pergunte-lhes a eles. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: A quem? -----



Reunião de 26/07/2017

- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu: À Micaela e à Mafalda, pergunte, ande lá. Pergunte lá. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Não fui constituído nem ouvido em qualquer processo até hoje. O que é que eu hei-de fazer? -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu: Nada, dizer a verdade. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Tirar uma certidão ao tribunal. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Exacto, tire uma certidão ao tribunal, traga, traga. Então traga, desafio-o para a próxima reunião. Desafio-o, traga para a próxima reunião.. -----
- O Senhor Presidente perguntou: E se eu a trouxer, o que é que o Sr. Dr. faz? Eu vou-lhe dizer uma coisa, olhe, eu vou apostar uma coisa consigo. Eu aposto, eu trago-lhe, mas vamos hoje, hoje vamos ali ao tribunal. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não é neste tribunal, não é aqui, é em Viseu. Traga, traga, traga a certidão. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Espere aí, olhe, eu vou-lhe fazer uma proposta, mais séria que esta não pode ser. Eu interrompo a reunião e vamos, deixe-me acabar a proposta, e vamos ao tribunal. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O processo não está aqui Sr. presidente da câmara, está no DIAP em Viseu, Primeira Secção. -----
- O Senhor Presidente afirmou: E eu estou tão à vontade que digo-lhe assim, é já, desculpe. Vamos a qualquer tribunal. Está com medo da proposta que eu lhe estou a fazer? -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu: Não, traga na próxima reunião. Fale lá, então, diga lá o que é que quer. Mas diga verdades. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Porque é a minha vida e a minha honra, e honorabilidade. --
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Mas qual sua honra, é verdade, ou mentira, que o senhor comprou terrenos de manhã, às nove da manhã, em Nelas, por trinta e nove mil euros, e vendeu-os à tarde em Góis por noventa mil, com documentos passados por si, a dizer que os prédios estavam em ruínas, isto é mentira? Diga lá agora a verdade, isso é mentira? -----
- O Senhor Presidente afirmou: Eu vou-lhe fazer uma proposta, deixe-me acabar a minha proposta. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não, responda-me a isto, é mentira que o senhor comprou um terreno por trinta e nove mil euros, na Conservatória em Nelas, de manhã, e à tarde foi vendê-lo a um inglês, às 6 da tarde em Góis, não sei porquê, por noventa mil, com certidões passadas pelo senhor, é mentira? Diga lá. Então responda a isso, é mentira? -----
- O Senhor Presidente afirmou: Deixe-me, eu já respondo, deixe-me acabar a proposta. A proposta que eu lhe vou fazer é o seguinte, mais sério que isto não posso ser, está bem? Eu, vamos ao tribunal agora. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Mas não vale a pena que não está aqui neste tribunal. Então o senhor sabe. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Vamos ao DIAP a Viseu. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O Senhor sabe tão bem quanto eu que os processos dos políticos são resolvidos no DIAP e não são na instância local.



Reunião de 26/07/2017

---- O Senhor Presidente afirmou: Deixe-me acabar a proposta, homem, está bem, deixe-me acabar a proposta, eu vou pôr umas cabeças aqui no cepo, que é assim: eu vou ao tribunal que o senhor quiser, onde, quando quiser, se eu fui constituído arguido nalgum processo eu desisto hoje da candidatura a presidente de câmara e, mas se não fui constituído arguido o senhor desiste da sua, vamos lá ao tribunal, ou não? É já onde quiser. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não desisto. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Se fui constituído arguido desisto hoje da candidatura, e se não fui o senhor desiste da sua. Vamos embora. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Ah, é isso que o senhor quer. Responda às minhas perguntas. Responda às minhas perguntas. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Está interrompida a reunião. Vamos ao tribunal, faça favor, embora. Onde quiser. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: É em Viseu no DIAP. ---

---- O Senhor Presidente afirmou: Isto é inadmissível. se fui constituído arguido, Ok, mas o Sr. desiste da sua se não fui constituído arguido. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu vou a minha casa buscar o processo. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Oiça, não fui constituído arguido em nada. Eu disse a este senhor, desisto hoje da candidatura se fui constituído arguido. Ó homem, cale-se. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Pois cala-se o senhor é também. Não me lavo nas suas águas, Sr. presidente da câmara. Posso-lhe garantir, eu trago o processo na próxima reunião de Câmara. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Vamos lá hoje. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não, hoje não vamos, tenha juízo. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Vamos embora daqui, deixar ficar as coisas aqui, para Viseu. Não, as pessoas iam gostar, muita gente que aqui está ia adorar que eu não fosse candidato à câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Na próxima reunião adorarão, traga os papéis. Traga a certidão e desafie-o a trazê-la aqui, e comprometeu-se a trazer uma certidão conforme não é arguido para a próxima reunião. Traga, vá lá ao processo e traga a certidão. E diga também como é que está a investigação, diga também. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eh pá, isso não sei, eu como não fui ouvido em nada eu tenho que acreditar no que o senhor diz, não é? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Traga também, não que traga o que as pessoas querem, quer falar para a Mafalda Coimbras e para o Miguel. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Dr. Marques, só há um adjectivo para o que o senhor acaba de fazer, cobarde. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: É cobarde é, cobarde foi o senhor usar os interesses da câmara para seu proveito pessoal. Isso é que é cobardia e crime, Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Vamos continuar. Faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Eu ainda nem sequer comecei. -----



Reunião de 26/07/2017

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu peço desculpa, foi por uma questão de defesa de honra pessoal. Dez e trinta e oito, Artur Jorge, faça favor. Eu depois peço o esclarecimento [00:01:21] está bem? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Traga na próxima reunião. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Muito obrigado Sr. presidente, bom dia a todos. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Peço desculpa aos presentes por este incidente, mas não somos de ferro. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Ir para Viseu. Que espectáculo isto. Traga na próxima reunião. Justifica aí. Ponha na página do município.-----

---- O Senhor Presidente afirmou: Mas quer um intervalo, cinco minutos, para se acalmar? Eu já me acalmei, está bem, já toda a gente percebeu o que é que o senhor é, pronto, vamos embora. Vamos embora, ai, olhe que eu acabo com o período antes da ordem do dia, avançamos. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Por mim pode acabar já. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Sr. vereador, quer continuar, ou quer assistir a este circo também. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Eu estou à espera que o senhor me dê autorização para falar.-----

---- O Senhor Presidente perguntou: Não, então o homem não me deixa prosseguir a reunião, o que é que quer que eu diga? A culpa é minha? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Minha é que não é, que ainda nem sequer falei, Sr. presidente. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Nunca é do PSD, vá, faça favor de avançar. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: O Senhor enche tão bem a boca com o PSD Sr. Presidente, é melhor ficarmos por aqui. Começando, então, muito obrigado Sr. presidente, bom dia a todos os presentes, eu tinha aqui uns pontos para fazer umas perguntas. A primeira das quais era sobre as 4 Esquinas de Nelas que, há cerca de para aí dois meses, falou-se sobre a sinalização das passadeiras, elas continuam iguais conforme foram, um bocadinho mais escuras, que, os carros passaram e os paralelos já não sabem quais são os amarelos nem os pretos, mas pronto. Era para saber, realmente, em que ponto é que está essa situação, quando é que também vão pôr, porque uma das justificações para as 4 Esquinas era para dar aos peões mais possibilidade de caminharem, e essas coisas todas. Mas, depois, na Rua Gago Coutinho, as bolas que lá estavam para os peões passarem desapareceram as bolas e agora é parque de estacionamento, também, quando é que vão pôr outra vez as bolas? Já puseram os pinos na Rua Luís de Camões, e nas 4 Esquinas, quando é que as bolas da Gago Coutinho aparecem lá outra vez? Outro ponto, era sobre a água, sobre o contrato que os municípios de Sátão, Viseu, Nelas, e mais alguns que estavam a tentar fazer uma candidatura para, que veio aqui à reunião de câmara. Sei que foi chumbado através do Tribunal de Contas esse contrato, ou essa possibilidade, qual é o ponto da situação? Acho que era importante a câmara saber o que é, fala-se de uma empresa intermunicipal, o que é que poderá isso trazer ao Município de Nelas? Era uma informação também que se pretendia sobre isso. Outro ponto ainda, era sobre os tubos vermelhos que estão junto ao Jardim dos



Reunião de 26/07/2017

Tavares, que já lá estão para aí há um ano, também o que é que significa aquilo, o que é que vão fazer, se não vão fazer, se vão continuar ali assim. Também, tocando aqui no que falou o Sr. vereador Marques, sobre os expositores para a feira do vinho, em que, a vergonha para mim é que, como é que vão pagar à Spormex e não pagam à câmara municipal, que é a organização do evento? Porque é que esse pagamento é feito a uma empresa particular e, se tivesse que ser feito, teria que ser feito o pagamento à câmara municipal, e a câmara municipal, como fazia anteriormente, comprava o vinho e retribuía esse valor pago pelos expositores, num valor muito mais inferior. Outro ponto que também queria saber: em que ponto é que estão as execuções fiscais do município. No início do mandato as execuções fiscais, mais designadamente normalmente são taxas e mas, a parte das águas que, no início do mandato, também estavam, foi um dos pontos discutidos, estamos a chegar ao fim do mandato, o que é que evoluiu em termos da execução fiscal relativamente à água? Ainda relativamente à água, foi feito também uma candidatura para o reservatório da água, era também uma informação, em que ponto é que está essa candidatura, bem como das escolas, também, a requalificação das escolas foi feita também a candidatura, como é que estão essa candidatura? Um outro ponto, também, era sobre a rede escolar do próximo ano lectivo, estamos já quase em Agosto, também já deve ter sido discutido essa rede escolar, apesar de, depois, só em Setembro, início de Setembro, é que vem a definitiva, qual foi a rede escolar que está a ser aprovada, ou que está a ser discutida no Município de Nelas, para os dois agrupamentos? Para terminar, queria também só, para terminar, quase a terminar, era sobre a plataforma “J”. Também, no início, quando veio para a plataforma “J” era para, uma das situações era para reestruturar o *site* do município. O *site* do município continua igual, continuam lá documentos até que nem têm nada a ver com este executivo, quando já foram feitas outras coisas novas, o porquê disso, o que é que realmente a plataforma faz no município. Num futuro próximo, se calhar, teremos que fazer um pedido de agendamento de quais são essas funções e esses trabalhos que eles têm feito. E, por fim, visto que também não chegou nesta reunião, já é a terceira reunião que faço esse pedido, sobre os documentos do regulamento ao investimento, na próxima reunião farei por escrito esse pedido. Para já era só, Sr. presidente. O último ponto eram os documentos do regulamento ao investimento, que eu já tinha feito duas vezes o pedido, em duas reuniões anteriores. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Não é isto que está aqui? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira respondeu: Não, não, que era para verificar os apoios que foram feitos às candidaturas que foram feitas ao abrigo disso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Bom dia a todos. Eu queria começar por expressar o meu regozijo, e acho que propunha ao Sr. presidente, ou à câmara, mais concretamente, que pudéssemos, de alguma forma, homenagear o Cristiano Pereira que, mais uma vez, conseguiu ganhar, desta vez é campeão do mundo de cinco mil metros, no passado Domingo em Londres. Eu acho que, à semelhança do que, por exemplo, já fez o Município de Mangualde, nós devíamos, de alguma forma, mais uma vez, reconhecer-lhe o feito. Não é coisa pouca, é campeão do mundo numa distância de fundo, se bem que, numa categoria para atletas com algumas limitações, mas ainda assim é um campeão do mundo que deixou, naquela prova, o segundo classificado a mais de dez segundos. Eu acho que é de inteira justiça que nós façamos um voto de louvor, ou que o recebamos aqui e que, de alguma forma, possamos continuar a apoiá-lo, de forma mais substantiva, porque,



Reunião de 26/07/2017

efectivamente, à medida que vai alcançando estes feitos, que engrandecem não só o Cristiano, mas, obviamente, o Concelho de Nelas, maior a responsabilidade dele é, e acho que estaremos todos de acordo se pudermos expressar de forma pública, portanto, deixo aqui este repto à câmara para que, de alguma forma, possa fazê-lo, como outras entidades já fizeram, concretamente a Câmara de Mangualde, fruto de ele concorrer pela Casa de Povo de Mangualde. A outra questão, eu também deixava a pergunta que o vereador Artur deixou, relativamente às águas de Viseu, qual o, o Tribunal de Contas parece que chumbou a constituição disso e eu vi uma notícia dizendo que as oito câmaras iriam constituir uma empresa intermunicipal para tratar dessa questão. E, eu acho que é preciso analisarmos isso com muito cuidado, até e, a minha questão é apenas uma, aquilo que se passa, por exemplo, nas Águas do Planalto não é propriamente um bom exemplo e, portanto, eu acho que essa questão tem que ser pensada com calma. E, portanto, eu não sei, eu li a notícia, não lhe atribuí especial significado, a não ser um desejo que, eventualmente, possa ser até mais do presidente da Câmara de Viseu, de que vai ser constituída uma empresa intermunicipal para substituir as águas de Viseu, e portanto, que foi chumbada. Portanto, era, eu queria saber se existe alguma diligência, além daquele protocolo muito incipiente, que foi assinado aqui há coisa de um ano e era isto, obrigado. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Rapidamente, esclarecimentos, caixas multibanco, foi feito um ajuste directo à empresa que foi referenciada, estamos em conversações relativamente ao responsável dessa empresa, relativamente à resolução do contrato, e a execução de caixas multibanco por parte de outra empresa. Relativamente à feira e ao pagamento, a Dra. Sofia já dá o esclarecimento relativamente a isso, ao pagamento directo da parte dos expositores que vinha pela câmara, e agora vai directamente para os fornecedores. Ela já dará conta dessa matéria, e porquê. Relativamente à Ribeira de Pantanha, o que aconteceu é o seguinte: houve queixas dos moradores, relativamente à água estagnada naquela cascata da Pantanha, na Felgueira. E, porque, agora, no período de verão tem pouco caudal e havia queixas por causa dos mosquitos e das melgas e tudo isso, e a água estagnada, e o cheiro da própria água. O que aconteceu foi que a câmara foi ao local, naturalmente, a Eng.^a Inês Mendonça está envolvida em todo este procedimento, bem como os serviços técnicos. Abriu-se à água para deixar a água estagnada deixar de estar ali a prejudicar o Sr. José Correia, que é o que tem a casa mesmo em cima da cascata, a D.^a Lurdes, todos esses vieram à câmara falar comigo. Depois da água libertada o que aconteceu, o que foi feito num dia em que estava o Limpa Canal, o Limpa Canal andava a proceder a intervenções nas Lameiras em Canas de Senhorim e noutros sítios. Portanto, o camião do Limpa Canal foi às Caldas da Felgueira, e o que se verificou é que, depois de aberta a água, ficou para aí uma camada de vinte centímetros de lamas, que estão acumuladas naquela cascata há diversos meses, anos e, portanto e cuja lavagem das lamas começou a ser feita por parte do Limpa Canal, foi por mim interrompida e pela Eng.^a Inês e pelo Balola e pelos encarregados que estavam no local, porque iríamos atirar com uma série de metros cúbicos de lamas, que não podíamos controlar, para o Rio Mondego. E, portanto, o que foi decidido fazer, e consta numa nota que está publicada no *Facebook*, foi drenar aquelas lamas, tentar secá-las o máximo possível e, portanto, os serviços técnicos têm acompanhado as lamas, para nós as removermos do leito da Ribeira de Pantanha. Portanto, ainda esta semana, em princípio sexta-feira, vai haver uma intervenção ali na cascata da Ribeira de Pantanha, no sentido de removermos as lamas, evitando que elas vão para a bacia



Reunião de 26/07/2017

hidrográfica da Agueira, para não causarmos qualquer problema ambiental maior do que aquele que já existe na própria Ribeira de Pantanha e nas Caldas da Felgueira que, também como é dito na nota, em termos estruturais está a ser resolvido com a construção da ETAR de Nelas três e sistema interceptor, que está em construção. Portanto, o que se verificou é apenas isso, depois foi uma opção minha de ficarem as lamas negras à mostra, dos aquistas, dos veraneantes, dos habitantes da Felgueira, ou tapar as lamas, para elas drenarem e serem removidas. Portanto, abrindo a água, não conseguindo lavar as lamas, ficámos ali: “O que é que vamos fazer”, a opção que tomámos foi que preserva mais o interesse público, preserva a bacia hidrográfica da Agueira, preserva a imagem da câmara da própria Felgueira, foi tapar aquilo no período de uma semana, quinze dias, para nós fazermos a intervenção. É o que vai se suceder, tenho a indicação dos serviços, na próxima sexta-feira. Naturalmente, quando é assumido um compromisso por parte do município, é verificado de acordo com a lei dos compromissos e há fundos disponíveis e o fundo automaticamente fica afecto ao compromisso que foi assumido e lançado em contabilidade. Naturalmente, a estrada do Lar, já lhe dou novidades relativamente a isto, Sr. vereador. Obras da Raposeira, o orçamento para a electricidade custa sete mil euros, portanto, é preciso reforçar o orçamento. Já o tentámos fazer aqui numa alteração orçamental que foi chumbada, era a alteração orçamental que tinha a limpeza dos caminhos da limpeza, tudo isto estava, na alteração orçamental estava incluído o reforço de verbas para a conclusão da Raposeira, que aqui a câmara chumbou e, portanto, estão apenas lançados cinco mil euros e a electricidade custa sete mil. E, portanto, vamos ver a solução, ou se propõe nova alteração orçamental e, portanto, as coisas não estão feitas porque aqui a câmara chumbou a alteração orçamental que permitia concluir as obras da raposeira. Relativamente ao que disse o Artur, as 4 Esquinas, qual era a dúvida das 4 Esquinas, Artur? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira respondeu: A dúvida das 4 Esquinas é as passadeiras, que era para fazer. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eram as passadeiras, portanto, têm a indicação, tudo isto é um processo em contínuo, também porque e eu já disse isto aqui nesta reunião, a câmara chumbou a reabilitação urbana da Vila de Nelas. A continuação das obras das 4 Esquinas para a estação, o Largo da Estação e a Avenida António Joaquim Henriques foi chumbada aqui há meio ano, nesta mesma mesa, por parte dos Srs. vereadores. E, portanto, é um processo em contínuo. Eu, assumindo as minhas responsabilidades, e havendo apoio por parte da CCDR para fazer as obras, eu avancei com ajustes directos. Ontem foi feita a consignação, a entrega da continuação da obra das 4 Esquinas para o Largo da Estação, e esta é uma situação que vai ser corrigida. Portanto, contra a vontade de todos o presidente de câmara vai continuar as obras, para a estação, porque não vamos perder, deixe-me concluir. Deixem-me concluir o esclarecimento, se faz favor. O que está a acontecer neste momento é que foi ontem consignado e entregue a obra da continuação das obras que estão financiadas, avançam as obras porque estão financiadas em oitenta e cinco por cento, avançam as obras porque estão financiadas em oitenta e cinco por cento pela CCDR, e se não fossem candidatas até Maio perdíamos o financiamento de um milhão e meio de euros. E, portanto, eu tenho que avançar com as obras, porque o concelho, depois, o concelho continua, mesmo depois do dia um de Outubro. A Rua Gago Coutinho, mais do que perguntar se põe as bolas, se não pode, eu devolvo a pergunta ao Sr. vereador. Se algum dia tiver responsabilidades aqui na câmara o



Reunião de 26/07/2017

que é que faz com a Rua Gago Coutinho, põe as bolas, põe as floreiras, o que é que faz em termos, então pronto, isso, então, agora não estão lá as bolas. O que estamos a fazer no centro urbano de Nelas, como o Sr. vereador sabe muito bem, está a haver aqui alterações estruturais da própria mobilidade e vivência da Vila de Nelas, como a recuperação deste edifício aqui, onde o senhor tem a sede do ABC, para Loja do Cidadão. A Loja do Cidadão vai permitir que muita gente volte ao centro histórico de Nelas, porque tem lá cinco, ou seis, ou sete, lugares das Finanças, Vossas Excelências sabem até melhor que eu, e tem lá lugares da Segurança Social. Vai permitir que o centro histórico de Nelas volte a ter gente, e a Rua Gago Coutinho volte a ser revitalizada, que é esse o objectivo da reabilitação urbana de Nelas. E, portanto, essa obra, quatrocentos mil euros, está em execução, vai permitir repensar, reponderar toda a revitalização do centro histórico, incluindo a Rua Gago Coutinho, do mercado, das 4 Esquinas, da Rua Abel Pais Cabral, da Rua Luís de Camões, que é a transversal que vem de Mangualde. Tudo isto está a ser feito com investimento e com acções concretas, e menos com discursos. A barragem da Maeira, como veio aqui, há a possibilidade, está um aviso aberto para construção de infra-estruturas intermunicipais, e há um problema que todos conhecemos, quem passou pela câmara, o Dr. Alexandre passou, o Dr. Marques teve grande responsabilidade ao nível da questão da manutenção da água e da, de não faltar águas nas torneiras, nós sabemos que há aqui um problema estrutural no Município de Nelas, que é: nós estamos dependentes da água de Fagilde, que nos vende Mangualde, a água de Mangualde, que é vendida por Viseu. Portanto, este processo intermunicipal permite a construção de uma barragem na Maeira, entre Viseu e Vila Nova de Paiva, que é um investimento de sessenta milhões de euros, que vai ser candidatado até ao final deste ano. As águas de Viseu, câmara municipal de Viseu, no âmbito do protocolo que foi aqui discutido na câmara, convidou as câmaras de Fagilde e as outras a aderirem a este processo e, portanto, eu estou em conversações, acho que vou ter uma reunião hoje à tarde e outra amanhã de manhã, com uma empresa que está a estudar. Nesta fase estão apenas a ser elaborados os estudos com vista à criação de uma entidade intermunicipal, que nunca será Águas do Planalto, será sempre uma empresa intermunicipal, à semelhança do que ocorre com a barragem de Fagilde, em que também há uma organização intermunicipal. E, umas das condições, que foi o posto por todas as câmaras, Nelas Mangualde, Penalva, Vila Nova de Paiva, Sátão, Vouzela, São Pedro do Sul e Viseu, Oliveira de Frades não, que tem a barragem de Ribeiradio e Castro Daire também não, no sentido de que as águas de Viseu seja sempre uma empresa intermunicipal que nunca possa ser aberta capital privado. Portanto, será sempre uma empresa detida pelos municípios. Nós identificámos uma necessidade do Município de Nelas no horizonte de dez anos, na barragem da Maeira, de quatro mil metros cúbicos de água/ano, quatro mil metros cúbicos de água/ano. Quatro mil metros cúbicos, não, nós actualmente temos um consumo de água doméstico, oitocentos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Um metro cúbico são mil litros, Sr. presidente, quatro mil metros cúbicos. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Quatro, peço perdão, quatro milhões de metros cúbicos, eu peço desculpa. Nós temos oitocentos mil, actualmente, quatro milhões. Nós, actualmente temos oitocentos, para consumo doméstico, o consumo do município são oitocentos mil metros cúbicos/ano, doméstico. Depois, temos a Borgstena que consome muita água, a Luso Finsa, estamos a falar de um milhão e duzentos mil, um milhão e trezentos mil metros cúbicos



Reunião de 26/07/2017

de água consumida no município. Nós identificámos uma necessidade no horizonte de dez, vinte anos, de quatro milhões de metros cúbicos. Eu estava a confundir é com a resposta que dei aqui ao Artur, também, que é a questão que ele colocou, que é a questão do reservatório de água. Nós temos um aviso aberto desde o dia sete de Abril, um aviso aberto para o reservatório de água de quatro mil metros cúbicos, aí sim, já entrei em negociações com os proprietários do terreno junto ao campo de futebol, para ser construído lá duas células de dois mil metros cúbicos. O processo tem que ser ajustado, e o aviso está aberto até ao dia, Dr. Marques, o reservatório que está na Cerca tem setecentos metros cúbicos, setecentos metros cúbicos. Ali são quatro mil metros cúbicos, no novo reservatório, setecentos metros cúbicos, quatro mil, não, são duas células de quatro mil, duas células de dois mil, cada um, que vai levar. Portanto, e o projecto, Artur, o projecto carece também, está aberto o aviso até ao dia dezanove de Dezembro, um milhão e meio de euros FEDER, dia sete de Abril, no POSEUR, que tem esse reservatório de água, tem a extensão de rede, o fecho de rede de saneamento e água em todo o concelho, tem a nova ETAR na Ribeirinha em Canas de Senhorim e, depende, agora, temos os estudos prévios feitos, o estudo base feito, é preciso os projectos específicos que, também, Vossas Excelências, através do chumbo de uma alteração orçamental bloquearam que se fizessem os estudos, as execuções concretas para concorrermos a esse aviso de um milhão e meio de euros. Deixe-me continuar, oh homem, deixe-me continuar. A questão das avenças para os amigos, e não sei quê, iam lá montantes para fornecedores externos, para fazerem os projectos de execução, para irmos concretizar um milhão e meio de euros FEDER, que dá quase um milhão e oitocentos mil euros de investimento, e que está parado até Outubro, porque chumbaram as alterações orçamentais que permitiam fazer os projectos concretos para nós termos um depósito de água. -----

----- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira perguntou: Quando é que chumbaram? -----

----- O Senhor Presidente respondeu: Com a alteração orçamental, não estava lá para consultores externos? Não sei, foi uma das outras. Vou continuar. Os tubos, eu trago a alteração, que eu vou buscar a alteração, que estavam lá cem mil euros para projectos e vocês chumbaram, ah, pois. Isto, ninguém lá fora trabalha à borla a fazer projectos, Artur, pois é. Posso continuar, querem esclarecimento, ou não? Tubos do Jardim José Tavares. Os tubos do jardim José Tavares foram deixados lá numa lógica de prevenção e preparação do futuro. A ideia do presidente de câmara, e dos serviços, era eliminar o muro do quintal do José Tavares. Só que o muro do quintal do José Tavares, nas negociações que tivemos com a família do José Tavares tem que ser corrigido como, aliás, anda a ser corrigido. Portanto, o muro primeiro tem que ser composto, como andam a fazer e, depois, já ficou preparado com os tubos a possibilidade de eliminar o centro da Vila de Nelas, do ponto de vista turístico, de aspecto, de beleza, e da própria acessibilidade, de mobilidade das pessoas. Ficou tudo preparado para se enfeitar o jardim do quintal do José Tavares. Os expositores, a Dra. Sofia já diz porque é que os expositores pagam directamente à Spormex, não é? Já vai explicar. O reservatório está explicado, a requalificação das escolas vai avançar agora no início de Agosto, foi aprovado pela CCDR no âmbito do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial, o apoio de cento e oitenta mil euros para requalificação das escolas de Vilar Seco, Carvalhal Redondo e Santar. E, portanto, já foi aprovado, já veio a aprovação e, portanto, a requalificação dessas escolas vai avançar agora na primeira ou segunda semana de Agosto, no



Reunião de 26/07/2017

sentido de substituir, até ao início do ano escolar, as coberturas e as caixilharias e poder arrancar o ano escolar com toda a segurança. Aliás, está a ser lançado na plataforma neste momento, na AcinGov, também a requalificação das coberturas da Escola Secundária de Nelas, e da Escola Fortunado de Almeida, para serem feitas a execução também ainda este verão, ainda este verão. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Uma obra que eu lhe pedi, Sr. Presidente, ainda este verão, das condutas da água se também são de amianto. -----

---- O Senhor Presidente continuou: A rede escolar a Dra. Sofia, é só um bocadinho. A rede escolar a Dra. Sofia já lhe dá a explicação, a plataforma, face ao requerimento, depois ser-lhe-á respondido, e os regulamentos também. Queria dar também, depois, ainda mais uma novidade aqui aos Srs. vereadores, Sofia dá esclarecimento sobre, ah, deixa-me ver aqui com o Alexandre Borges, eu peço desculpa. As águas de Viseu, é só um bocadinho, as águas de Viseu é aquela questão que eu falei ao Alexandre, depois eu trago para discussão na própria reunião de câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges: Não, estou esclarecido e se me permitir depois fazer só um. -----

---- O Senhor Presidente continuou: Portanto, a condição básica, a condição básica, Dr. Alexandre, é que nunca as águas de Viseu são abertas a capital privado, portanto, os accionistas são exclusivamente as câmaras municipais. Vai ficar uma cláusula, quer nos estatutos da associação, quer nos acordos parassociais, vai lá ficar isso garantido. Relativamente ao Cristiano Pereira, o serviço de desporto da câmara municipal estão a diligenciar já, desde anteontem, no sentido de o Cristiano Pereira ser recebido aqui no salão nobre da câmara municipal e, portanto, também assumo esse compromisso, fica já aqui, de convidar todos os Srs. vereadores, caso ele aceite o convite, como penso que vai acontecer. Sofia, Feira do Vinho e rede escolar. -----

---- A Senhora Vice-Presidente, Dr.^a Sofia Relvas Marques, perguntou: O que é que foi perguntado da rede escolar? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: É como é que fica a rede escolar no próximo ano, quais são as perspectivas? -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Bom dia. Relativamente à questão colocada sobre as inscrições na Feira do Vinho, e porque eu acho que nós todos temos o interesse em que a Feira do Vinho cada vez seja melhor e, portanto, aquilo que se fala dela, e particularmente quando provem da nossa responsabilidade, enquanto vereadores, acho que devemos falar da Feira do Vinho sempre no sentido positivo, valorizando o evento, apoiando os produtores e todos os parceiros que, no evento, participam, colaboram e fazer dele cada vez um evento do orgulho da Vila de Nelas. E, portanto, aí tenho que partilhar com o Dr. Marques que fico um pouco triste que se fale do evento da Feira do Vinho com insinuações que acabam até por nem ser verdade. Nós, este ano, estamos a enviar as inscrições aos produtores, com informação de que o pagamento que é feito pelos produtores, que sempre foi, um produtor na Feira do Vinho nunca paga o custo total do *stand*. É, também, mais uma forma de apoio da câmara municipal, para que, neste evento, tenhamos sempre o maior número de produtores possível. E, portanto, nunca é pago o valor total do *stand*, e há uma parte até que é pago em géneros, com o vinho que é atribuído à câmara municipal porque, durante o ano todo, somos também alguns dos principais promotores dos seus produtos, oferecendo a cada pessoa que venha a reuniões na



Reunião de 26/07/2017

câmara, já várias vezes o Sr. presidente o disse. E, portanto, aquilo que nós fizemos este ano foi regularizar um procedimento de inscrição, uma vez que o custo dessa parte do *stand* que o produtor paga não é uma receita da câmara municipal, é um custo que é pago directamente à Spormex e, portanto, regulariza-se essa relação de inscrição e custo. Se, não, mas deixe-me só esclarecer, se até pela questão que levantou, que não é verdade, e até me parece que as pessoas vão entender isto. Se nós tivéssemos, se a intenção é essa de ligar a alteração do procedimento de inscrição a uma situação financeira deficitária, que não é verdade, portanto, ou seja, falência, então ainda mais incoerente é porque, de facto, eu estava a abdicar de obter receitas quando eu precisaria delas. Portanto, nem sequer é, mas, repare, Dr. Marques, mas repare, nem sequer é coerente a sua insinuação, se nós estivéssemos falidos, que não estamos, graças a Deus, eu não estava a abdicar de recolher receitas. Eu só lhe estou a dizer é que o custo dos produtores do *stand* da Spormex não é uma receita nossa, é um custo que vai directamente para a Spormex, e nós só estamos a eliminarmo-nos de ser mediador dessa relação. No que diz respeito aos custos com *stands* e expositores e materiais complementares à exposição, será aberto, como sempre, um procedimento, neste caso novamente com a Spormex, vai ser aberto agora na primeira semana de Agosto, já com todo o processo de inscrição de produtores encerrado e, portanto, nós já temos com rigor o valor que é pago pela câmara municipal. Porque, tal como eu lhe disse, o produtor nunca paga o custo total do *stand* na Feira do Vinho. As associações estão isentas, os produtores de produtos da terra, enchidos, pagam muito menos, portanto, aquilo que se faz há vinte e seis anos vai-se continuar a fazer, que é realizar a grande Feira de Vinhos da região. E, eu acho que todos temos orgulho nela e, portanto, não temos por que falar dela nas redes sociais, ou na comunicação social, da pior maneira. Porque, isso acaba por prejudicar os produtores, acaba por prejudicar o concelho, e acaba por prejudicar o impacto que o evento tem em quem quer participar nele. Relativamente à rede escolar, eu não sei propriamente qual foi a questão que o Artur Jorge. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Como está a rede escolar para o ano. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Vai-se manter. não há neste momento qualquer alteração prevista. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Mesmo na Lapa do Lobo e a escola primária? -----

---- A Senhora Vice-Presidente respondeu: Sim, mesmo até em termos de número de turmas aprovadas pela DGEST, não há nenhuma alteração. Não sei se é para falar já disto, se é no final? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: É para falar na conferência de imprensa de sexta-feira. -----

---- A Senhora Vice-Presidente continuou: Pronto, dizer aos Srs. vereadores e a todos os municípios presentes que, em termos de dinâmica cultural e de eventos vamos dando continuidade ao trabalho que tem sido realizado, que termina hoje à noite às nove horas, na Fundação Lapa do Lobo, o primeiro ciclo de Conferências Nelas Por Vocação, este é um evento que se pretende com periodicidade anual, portanto, nós em dois mil e dezassete, dois mil e dezoito vamos ter o segundo ciclo de Conferências de Nelas por Vocação e hoje termina, de facto, com uma grande figura nacional, com a Prof. Helena Sacadura Cabral. E, tal como aconteceu ao longo do projecto, fomos variando a localização da realização das conferências, porque na sequência do projecto vai surgir um livro. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Foi o Paulo Portas que prometeu e cumpriu com o presidente da câmara o projecto e financiamento da terceira ETAR



Reunião de 26/07/2017

três de Nelas, no valor de quatro milhões. Foi o filho dessa senhora, é por isso que eu logo lá estou para lhe agradecer, e para mandar o recado ao filho. Foi esse senhor Paulo Portas que pagou. Foi ele, Sr. Dr. -----

---- A Senhora Vice-Presidente continuou: Portanto, dizer-vos e convidar-vos para estar presentes às nove menos um quarto, na Fundação Lapa do Lobo. Dizer também que hoje se comemora o dia dos avós, portanto, um beijinho especial a todos os avós, e que, de acordo com a iniciativa proposta pela universidade sénior, e pela associação do Bairro da Igreja, que foi a associação que iniciou a comemoração do dia dos avós, vamos juntar a comemoração deste dia para Domingo, no cineteatro, num grande encontro intergeracional em que a associação do Bairro da Igreja, a universidade sénior, e outras duas associações, nomeadamente os veteranos e, eu peço desculpa, agora não tenho aqui o cartaz, agora esqueci-me da terceira associação, vão servir, no final de um espectáculo no cineteatro umas sopas, a sopa da avó, com carácter solidário. E, portanto, é às três da tarde, no cineteatro, serões da beira alta, o grupo infanto-juvenil do Bairro da Igreja, com o grupo das equipas de verão da universidade sénior, o coro da universidade sénior e o grupo de teatro da universidade sénior que vão apresentar uma grande tarde dedicada aos nossos avós. Convidar também os Srs. vereadores, e aqui, de facto, com grande orgulho, para além de tudo o resto que já falei, mas aqui acho que se comecei, de facto, a apelar ao orgulho que todos sentimos por conseguirmos, enquanto município, realizar pela vigésima sexta vez uma FERIA do Vinho do Dão, que nos centraliza nesta região, é, também, com grande orgulho que convidamos todos os vereadores e munícipes para, na próxima sexta-feira às doze horas, ao meio dia, também no auditório da Fundação da Lapa do Lobo, vai ser realizada uma conferência de imprensa com os quatro municípios envolvidos no primeiro projecto intermunicipal que surge de uma vontade natural de quatro municípios, do Município de Fornos de Algodres, Gouveia, Mangualde e Nelas, naturalmente, que, aqui há um ano, um ano e meio, foi concretizado um protocolo a que chamámos Territórios do Alto Mondego. E, esse protocolo deixa em aberto todo um conjunto de possibilidades de candidatura de projectos imateriais ou materiais, a fundos comunitários, a consensos de orçamentos dos próprios municípios, se assim o entenderem, para que, sempre que existir um fio condutor na base dos produtos endógenos destes quatro municípios, na base do seu património histórico, cultural e material, poder de facto juntarem-se e candidatar-se. Neste caso nós candidatámo-nos ao projecto que foi aberto pela CCDR para toda a região centro, relativamente à programação cultural em rede, e foi-nos aprovado. Portanto, para além de Nelas estar integrada na rede cultural da comunidade intermunicipal de Viseu-Dão-Lafões, do qual se destacam os eventos que estão a começar a itinerância também no nosso território, como é o caso do filme que foi passado nas Caldas da Felgueira pelo Cineclube de Viseu. Como é o caso do evento de fibras longas do Teatro Viriato, que vai ocorrer em Canas de Senhorim, no dia dez de Agosto, e como é o caso do espectáculo do ACERT, do Pequeno Polegar, que vai decorrer em Nelas no dia dezasseis de Setembro, para além de toda a agenda que, durante três anos, vai fazer com que as entidades que fazem parte da plataforma cultural Viseu-Dão-Lafões, vão realizar nos catorze municípios, mas, para além disso, considerámos que tínhamos capacidade para realizar projectos de índole, de dimensão cultural, com as nossas associações, com as nossas bandas filarmónicas, com os nossos ranchos, e com os nossos grupos de teatro. E, foi este princípio que juntou quatro municípios e que se candidatámos à CCDR e foi, de facto, aprovado, o que



Reunião de 26/07/2017

é um caso inédito de projecto intermunicipal que surge, naturalmente, da vontade dos municípios, e que foi aprovado. Este projecto destaca-se, de facto, do da CIM, porque ele vai permitir um investimento de formação, capacitação e realização de um grande espectáculo, por ano, a rodar em cada um dos quatro municípios, concretizado, volto a dizer, pelos nossos grupos culturais. O primeiro ano será dedicado à música, às bandas filarmónicas, às escolas municipais de música, aos grupos de cordas, como é o caso da Fundação da Lapa do Lobo e às dimensões que existem nos outros três municípios. O segundo ano é o ano dedicado à dança, e o terceiro ano é o ano dedicado ao teatro. E, portanto, na sexta-feira vão ser informados os valores do projecto em causa, e as entidades artísticas que estão aprovadas, enquanto coordenadoras. A Fundação Lapa do Lobo surge como entidade supramunicipal entre os quatro municípios, que vai ficar responsável pela avaliação da programação que vai decorrendo durante os três anos. Portanto, volto a referir, é uma conferência de imprensa na Fundação Lapa do Lobo, sexta-feira às doze horas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Três minutos, por favor, pode anotar aí no seu cronómetro, não gasto mais do que isso. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Então e, nesta rede cultural de Alto do Mondego, o município líder é o Município de Nelas, por isso é que a conferência de imprensa vai fazer-se aqui em Nelas. Portanto, toda a parte financeira que suplanta os quatrocentos mil euros, vai acontecer através da passagem no Município de Nelas. O Dr. Marques, três minutos então, faça favor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sr. presidente, de facto a minha sorte, e a sorte dos vereadores, quando Vossa Excelência diz que a electricidade do Sr. Ramos não foi posta porque nós lhe chumbámos a limpeza, a senhora chefe não disse que aquilo que era para a limpeza do Sr. Ramos, nem o Sr. Ramos ouviu. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Limpeza não, a iluminação. N-----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: A limpeza de resíduos florestais. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não, era também, vinha lá, não. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Não, não vinha Sr. Dr., desculpe, não vinha, e o Sr. Ramos ouviu. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não. Desculpa lá, houve outra alteração chumbada. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Não, desculpe, não é verdade, Sr. Dr., eu tenho que o desmentir, que não é verdade. Foi só para a limpeza, por é que votámos, essa matéria já lá vamos, temos factos aqui para resolver, Sr. Dr. Portanto, com o devido respeito, Sr. Ramos, eu não tive nada, se lá viesse, eu propunha para retirar essa parte, e votava contra a forma que o Sr. presidente queria fazer nas limpezas, ponto final parágrafo. Sr. dr., Vossa Excelência falou no quintal de José Tavares. De facto, há uns anos atrás você propagandeou, até jantou lá em casa da família, e dizia que ia abrir aquilo ao público, não abriu. Mais uma vez o Sr. presidente da câmara prometeu, não abriu. E acho que é essa desculpa agora esfarrapada, de vir dizer que os tubos vermelhos estão lá, ainda demoro mais três minutos, estão lá porque tinham que compor o muro, compunham primeiro o muro, é assim que se dizem as regras da boa construção, e depois é que faziam o passeiozinho, Sr. Dr. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não temos nada a ver com isso. -----



Reunião de 26/07/2017

- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Pois não tem, o senhor diz que reuniu com eles. Sra. Dra. Sofia, dizer que o facto de os agricultores, dos expositores, pagarem antecipadamente o apoio aos agricultores, sinceramente não entendo. -----
- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Eu não disse isso. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Diz aqui: “Apoiando os produtores eles pagando”, ou foi isso que eu entendi. Mas há uma coisa que a Sra. Dra. não fez. -----
- O Senhor Presidente afirmou: O que nós estamos a dizer é que prescindimos da receita. --
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Está bem, é que a Sra. Dra. não o fez foi porque é que em 26 anos. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Se a câmara estivesse falida não prescindia da receita, não é? -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Sr. Dr., mas que receita é que deixa, não tem lucros, diz ela, diz a Sra. Dra. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Então, isso é neutro, isso é neutro. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Mas neutro não tem lucros. A pergunta que eu faço é o seguinte: Porque é que aconteceu isto. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Dr. Marques não está explicado, já, não aceita a explicação? -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Não, que, se eu estou a fazer uma pergunta objectiva e directa. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Tenha juízo. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Objectiva e directa, porque é que em vinte e seis anos isto nunca aconteceu, só aconteceu este? Porque o senhor não tem fundos disponíveis, não tem dinheiro, aliás, o resultado que está aqui é de falência da câmara. -----
- O Senhor Presidente perguntou: O que é que isso tem a ver? -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu: Este resultado é a falência da câmara, que tem quatrocentos mil euros é a falência da câmara. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Tenha juízo. Os três minutos já passaram, vá. Dr. Marques, isso é uma tontaria o que está a dizer, tem algum sentido? -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Explique-me então porque é isto nunca aconteceu em vinte e seis anos. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Então, se a câmara precisa de receita, se a câmara precisa não prescindia da receita e gastava-a noutra coisa, não é? Vocês não percebem nada disto. ----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Porque o senhor não tem fundos disponíveis para fazer o procedimento. Seja claro. Pois, não percebe nada, o senhor é que percebe, pois assim ficou isolado e sozinho, mais a sua funcionária porque ela não pode ir embora e sabemos porquê. -----
- O Senhor Presidente perguntou: Qual funcionária? -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu: A sua, peço perdão, e quero que conste em acta, a sua vice-presidente da câmara. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Tudo consta em acta, Sr. vereador. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Peço perdão, não é



Reunião de 26/07/2017

funcionária, é vice-presidente da câmara. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Eu nem ouvi. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Reconheça e aceite as minhas desculpas. Nós sabemos porquê, Sr. presidente da câmara. Outra questão que falámos aqui no protocolo. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: O Cavaco também chamou ajudantes aos Secretários de Estado. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Protocolo com os quatro, mas eu não sou o Cavaco, Sr. Dr., nunca fui nem nunca votei nele. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Eles ainda eram ajudantes, já não era mau. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Sr. dr., assim não consigo acabar nos três minutos. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Oh, já lá vão cinco, vá, vamos embora. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Protocolos com os quatro municípios. Sra. vice-presidente da câmara. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu tenho uma prenda para si, vá. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Eu sei que a senhora, oiça, estou à vontade com as suas prendas, não me afecta o Sr. presidente da câmara. Sra. vice-presidente, esteja à vontade e sossegue, o Sr. em *off* disse que ia perder as eleições, estava com medo que isto não continuasse. Este projecto vai continuar, que eu ganho as eleições, como espero, em Outubro. Eu sei para quem a senhora o diz, a senhora também sabe que eu que sei, a senhora também sabe que eu que sei, está preocupada, quem vier de novo não aceite isto. Não se preocupe que isto é para continuar, pelo menos enquanto presidente da câmara eleito em Outubro de dois mil e dezassete. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Dr. Alexandre, faça favor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Sr. presidente, queria só fazer aqui um, lembrar-lhe uma sugestão que já lhe dei, e volto-lhe a fazer, relativamente à questão da água e do investimento que falou. Isso, a minha preocupação tem a ver com aquilo que se passa nas Águas do Planalto e com os custos. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Sim, mas não vai acontecer. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges continuou: Muito elevados e nós, felizmente, temos das águas mais baratas do país, é preciso que as pessoas se consciencializem disso e que, portanto, não é bom que ela possa aumentar, e, quando fazem esta agregação de coisas que, supostamente, deveriam permitir que os custos fossem inferiores às vezes acontece o contrário, portanto, além daquilo que refere disso continuar no domínio público, o que me parece adequado, era bom que do ponto de vista regulamentar, houvesse algumas matérias que pudessem ser objecto, se calhar, de um direito de veto, ou de alguma coisa, para que depois não assistamos a situações de aumento de preço exponencial do preço da água. Mas a minha questão não era essa, tem a ver com a sugestão que eu já lhe fiz, relativamente à instalação de um novo depósito dos quatro mil metros cúbicos. Ele vai ficar numa ponta do Concelho de Nelas e, se houver alguma ruptura da canalização, é todo o concelho que fica sem o armazenamento de água. Portanto, eu vou. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Qual é a ponta, Alexandre? -----



Reunião de 26/07/2017

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges respondeu: Não me disse que era junto à Quinta da Cerca, dos quatro mil metros? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não, não, isso é o reservatório que está construído, não, não, o reservatório que foi lá construído pela câmara anterior é o que está na Quinta da Cerca.

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: E o novo. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Este vai ficar ali ao pé do campo de futebol. Vai ficar no centro do concelho. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges continuou: Pronto, Ok, o que eu lhe sugiro é que, de alguma forma, possa haver, que haja uma alimentação, então, ramificada, para que se houver alguma ruptura à saída do reservatório, não seja o concelho todo afectado. E, outra coisa que eu lhe sugiro, que nessa candidatura, que, já lhe fiz essa sugestão, que nessa candidatura possam ser integrados alguns reservatórios que, neste momento, estão desactivados, e que são um problema, não só do ponto de vista do armazenamento da água, mas até do ponto de vista urbano, e do ponto de vista até da segurança. Concretamente o depósito de Canas de Senhorim, que está abandonado há muitos anos, não é de agora, está abandonado há muitos anos, e que serviria, de alguma forma, também ali de um pulmão, como serviu antigamente, e que se houver financiamento, e se puder ser integrado nisso, parece-me que seja uma boa sugestão. Já agora, aproveito para dar os parabéns, se esta candidatura foi aprovada, e, do ponto de vista cultural, e que ela se possa desenvolver de forma polarizada, como parece ser o caso. E que, de alguma forma, as instituições que mais directamente trabalham a questão cultural no concelho, possam ser integradas e possam trabalhar com as restantes, com a ACERT e com o Teatro Viriato. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito obrigado, Artur, faça favor. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Muito obrigado Sr. Presidente. Só três, ou quatro situações. Primeira: eu não percebi bem a situação do multibanco, depois gostava que esclarecesse outra vez, se vai, ou não, haver multibanco nas localidades que eram para ter. A segunda, essa situação da candidatura, também congratular, e dizer que, finalmente, passado um ano, a candidatura foi avante, portanto, foi em Julho de dois mil e dezasseis que foi anunciado que ia haver o reservatório de água, ou a candidatura ao reservatório de água e das escolas, e que finalmente então já foram aprovadas. Na Loja do Cidadão queria fazer uma pergunta, também, ao Sr. presidente: se o tribunal vai ficar conforme está, ou se também vão pintar a fachada do tribunal? Porque, depois, também fica ali aquele espaço de enquadramento, acho que não fica muito bem, pelo contrário. Da situação, também, das modificações que o Sr. presidente falou, nunca veio aqui, nunca, não, não posso dizer nunca, pelo menos nunca foi falado aqui a situação do Sr. Ramos, mas, como outras, mas também é certo, a única modificação que foi aqui chumbada foi de dois mil e tal euros, ou coisa parecida, há cerca de para aí oito meses, por causa da Feira do Vinho. Todas as modificações que possam ter sido chumbadas num primeiro momento, depois foram sempre alteradas e foram sempre votadas favoravelmente. Portanto, foram sempre votadas favoravelmente, não, minto, foram sempre, passaram sempre a votação, foram sempre, a votação foi sempre favorável. Portanto, prontifico-me desde já, se houver uma modificação orçamental de dois mil euros para o Sr. Ramos, eu ratifico essa modificação orçamental, sem olhar para ela, desde que venha lá isso. Por mim está tudo bem. Depois, a situação do Cristiano, também acho que faz todo o sentido isso e mais, o ano passado, quando foi aquele



Reunião de 26/07/2017

voto de louvor, quer a ele, quer ao André, eu fiquei na ideia que eles iam ser homenageados até no vinte e quatro de Junho, mas este vinte e quatro de Junho foi *sui generis*, portanto, não passou nada. Era, também acho que era importante verificar essa situação, mas principalmente com o Cristiano, que foi agora, e depois a situação dele com o André. Para terminar, só dizer que, eu não compreendo como é que somos nós a denegrir a imagem do município. Quando falamos de uma situação concreta, que nunca aconteceu tal, era só para justificar, eu posso não concordar. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: E qual é o problema disso? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira respondeu: Sr. Presidente, deixe-me acabar. Eu posso até nem concordar com ela, mas aceito-a Sr. Presidente. Agora foi feito isso, agora, acho que é de todo, penso que é de todo lógico fazer pagamento à câmara e a câmara pagar à Spormex, mas se for feito assim, se todos estiverem de acordo, quem sou eu para dizer que não? -----

---- O Senhor Presidente perguntou: E qual é o problema? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira respondeu: Quem sou eu para dizer que não? Sr. presidente, o que eu estou a dizer, quem sou eu para dizer que não, se for feito assim entre os expositores e a Spormex e a câmara. Quando nós estamos aqui a falar, denegrir a imagem com isto, o que é que fará de outras coisas? Depois e porque o Sr. presidente fala muito disso, que não o deixam fazer, e que não faz. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: E é verdade. Então não é?-----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira respondeu: Agora, diz aqui que nós chumbámos a modificação ao Sr. Ramos, nós chumbámos também aqui as obras de reabilitação urbana. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: E é verdade, mas eu vou fazê-las porque estão apoiadas pela CCDR. Já te disse que estão apoiadas pela CCDR, eu perdia oitenta e cinco por cento do incentivo, Ó Artur, vamos ser sérios. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Uma pessoa só perde se tiver, se não tiver nada não perde nada. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Ó Artur, vamos ser sérios. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Pois, é o que eu estou a ser. Agora, quando nós dizemos ao Sr. presidente para fazer uma situação e o Sr. presidente não faz, porque é que não se pode. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Já acabou os três minutos, vá, ordem do dia, vamos embora. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira perguntou: Posso terminar? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: Força, força, vamos embora, vá, vamos embora, embora, embora. Vá, acaba lá, acaba Artur, ó Artur, acaba. Pronto, Ok, vá, pronto, embufou o Sr. vereador, vá, vamos embora. Oh Artur, vamos embora, vá, concretiza lá, isso já estava levantado, novas questões que não levantaste no princípio. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: O Sr. presidente está a falar, deixe-me falar, não tenho. Perguntei como é que é a situação, realmente, do multibanco, e era para terminar com a situação, já como disse, da situação do pedido de parecer à CADA, como é que está a situação de pedido de parecer à CADA? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: Não chegou parecer nenhum da CADA, ainda. -----



Reunião de 26/07/2017

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Nem da árvore, Sr. presidente? Vá lá buscar a notificação. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Relativamente ao multibanco foram feitos os quatro procedimentos para quatro multibancos, Moreira, Ageira, Senhorim, Portela e Senhorim e Vila Ruiva, a quem foram adjudicadas as obras, elas não arrancaram no período respectivo.

Isso é uma questão que eu quero manter, da relação entre o presidente de câmara e o Eng.º. ---

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O senhor não pagou o adiantamento ao empreiteiro. Não vá dizer para Moreira que o empreiteiro faliu. Não vá dizer para Moreira isso, que é mentira. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não. Deixa-me concluir. O multibanco, estão reservados desde o início do ano pelo menos dois multibancos, que eram para ser instalados inicialmente em Junho, em Moreira e na Vila e, portanto, esses dois multibancos, vamos fazer um ajuste directo a outra empresa, e vão ser instalados, porque eles estão reservados, não, estão reservados no Crédito Agrícola. E, portanto, e não é também uma questão orçamental, porque há rubrica no orçamento, as grandes opções do plano há trinta mil euros para a concretização dos multibancos, e também não é uma questão de disponibilidade, porque a câmara tem honrado os seus compromissos. Eu tenho muito respeito pelo Sr. comandante dos Bombeiros de Nelas, e não vou entrar nessas questões. Eu queria dar uma prenda aos Srs. vereadores, e também a todos os presentes, que era, que acabei de receber, na volta do correio, por parte da CCDR, a aprovação das áreas de acolhimento empresarial do concelho de Nelas, um investimento elegível de quatro milhões e cinquenta e seis mil euros, sendo comparticipação FEDER de dois milhões trezentos e dezasseis mil euros. Isto vai permitir, Dr. Marques, que é a resposta que eu tenho, que é a prenda que tenho para lhe dar, a realização da avenida interna de ligação. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Graças a Deus. Graças a Deus. -----

---- O Senhor Presidente continuou: Entre a Escola Fortunado de Almeida, o Lar do Chão do Grou, e a zona interna da zona industrial, com ciclovia, vai permitir construir trinta e três novos lotes para indústria, vai permitir candidatar um centro tecnológico de formação incubadora de empresas para a zona industrial de Nelas e, portanto, o investimento, eu pensei que o senhor ia ficar contente com esta notícia, ah, então tenha calma. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Nem vou aos empreiteiros pedir avenças para o meu escritório, não faço isso, como o senhor faz. Não faço.

---- O Senhor Presidente continuou: Portanto, dr. Alexandre, o custo, quatro milhões, o investimento, o total do investimento, o custo do investimento elegível, o custo total do investimento são quatro milhões, cinquenta e seis mil cento e oitenta euros. A comparticipação já garantida, FEDER, Fundo de Coesão, dois milhões trezentos e dezasseis mil trezentos e sessenta e oito euros. Dois milhões trezentos e dezasseis mil trezentos e sessenta e oito. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: E da Câmara quanto é que é? -----

---- O Senhor Presidente continuou: Só um bocadinho, calma. Portanto, naturalmente, se o investimento for de quatro milhões, dois milhões e trezentos, a diferença, o orçamento da câmara tem que, o custo total do investimento, peço desculpa, o custo total do investimento



Reunião de 26/07/2017

está aqui, quatro milhões cinquenta e seis mil. O fundo FEDER aprovado para a Câmara de Nelas são dois milhões trezentos e dezasseis mil, vou dizer-vos, dois milhões trezentos e dezasseis mil. Éh pá, posso dar o esclarecimento? Vocês estão contentes, ou estão tristes? Bem, estou a esclarecer. O que significa que, isto permite a construção dos trinta e três lotes, são dezasseis hectares de terreno, que vão ser infra-estruturados, implica, como está candidatado, a construção de duas rotundas na estrada dois três quatro, uma junta aos Aquinos e outra junto à Topack, para fazer a derivação com faixa dupla para a zona industrial nascente e para a zona industrial poente. Permite, como eu estava a dizer há bocadinho, a construção de um centro tecnológico, incubadora de empresas, centro de formação, exposições. E, dizer-vos que nunca o Município de Nelas, nunca o Município de Nelas teve um apoio de fundos comunitários para reestruturação, expansão, melhoramento, acessos das suas zonas industriais, nunca teve. E, é um orgulho verificar, que foi atribuído ao Município de Nelas, neste aviso de trinta milhões de euros aberto em Maio de dois mil e dezasseis, para cem municípios da região centro, cem municípios, incluindo Viseu, Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Guarda. Foi aprovado para o Município de Nelas sete vírgula sete por cento do fundo FEDER disponível. Sete vírgula sete por cento do fundo FEDER disponível. Não tenho indicação ainda das outras câmaras nossas vizinhas, nem do total do quadro que foi aprovado, mas, de facto, conseguir para a zona industrial de Nelas um apoio já garantido de dois vírgula três milhões de euros, a fundo perdido para a Câmara de Nelas, para obras na zona industrial e nós sabemos todos também que este apoio de dois vírgula três milhões pode sempre crescer numa reprogramação do quadro comunitário, pode sempre crescer no *overbooking* do quadro comunitário, que é em dois mil e vinte, dois mil e vinte e dois. Em *overbooking* podem ser ainda financiadas obras que não tenham sido financiadas com fundo FEDER. Eu acho que esta notícia, que é a maior aprovação que a Sociedade Portuguesa de Inovação teve de um fundo para uma câmara da nossa dimensão, sete vírgula sete por cento, permite, de facto, no Município de Nelas, nos próximos anos, no período do quadro comunitário, está aqui disponível para o município, complementando a câmara municipal, o orçamento, dando todas as garantias como deu à CCDR, da capacidade de realização disto. E, portanto, não me falem em dificuldades financeiras da câmara, não falem nada, porque, se a CCDR diz: “Vocês têm aprovado quatro milhões de euros de investimento, dois milhões e trezentos mil euros nós damos para os vossos investimentos”, vamos falar, não me venham falar de, vamos falar a sério, vamos falar a sério, vamos falar com outra dimensão do concelho. Isto permite, juntamente com a ETAR de Nelas, a grande ETAR de Nelas, este investimento de quatro milhões de euros numa zona industrial, e mais os que se projectam e que estamos a tentar, também, quer neste aviso que está aberto até trinta e um de Agosto, estão abertos até trinta e um de Agosto avisos para a requalificação de áreas industriais degradadas e remoção do passivo ambiental, onde vamos fazer uma candidatura. E, está aberto também, nos contactos que temos tido com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, e o Ministro do Ambiente, o fundo ambiental que agora é gerido pelo ministério do ambiente, que permite dar grandes perspectivas de resolução da questão dos fornos eléctricos em Canas, da questão da CUF Quimigal, e eu proximamente trarei toda a informação à câmara sobre a proposta que efectuei de compra dos fornos eléctricos para a câmara municipal. E, cada um, nessa altura, assumirá também a sua responsabilidade relativamente a essa compra e a esse financiamento, a esse financiamento, e, portanto, é uma actual completa viragem que a câmara, não quer dizer que



Reunião de 26/07/2017

seja o presidente de câmara, o Borges da Silva, seja outro qualquer, é de facto um ponto de viragem de cem por cento para cento e cinquenta por cento, da nossa capacidade de afirmação em termos regionais, e até em termos nacionais, em matéria de indústria e de captação de investimento. Alexandre, faça favor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Relativamente a esta novidade, que folgo, aliás, já no passado lhe disse que lhe daria os parabéns, e que lhe dava os parabéns se o investimento fosse na ordem dos três milhões de euros, se bem se recorda, e, portanto, se isto se confirmar, e acredito que seja verdade, obviamente é uma boa notícia, que eu fico feliz por ela acontecer. Claro que vejo aqui algumas coisas, uns números, portanto, se nós temos um financiamento de dois milhões e trezentos mil euros, grosso modo, isto significa que nós temos, no fundo, uma aprovação de dois milhões e setecentos mil euros, sendo que a taxa de co-financiamento anda à roda dos oitenta e cinco por cento. E, portanto, obviamente se a câmara quiser fazer um investimento de quatro milhões de euros poderá fazê-los a expensas próprias, terá é que despende um milhão e setecentos mil euros e, portanto, nada contra isso, desde que as coisas sejam devidamente direccionadas. E, aí, a única preocupação que eu lhe relembro tem a ver com a possibilidade de os investimentos não serem feitos todos na zona industrial número um, e que, nalguma forma, possa aceitar as sugestões que lhe fizeram quando foi da, quando o Sr. presidente aqui que tínhamos que comprar a Nelcivil, caso contrário não era aprovado o centro de inovação, concretamente para que possa, junto da EDM, eventualmente instalar lá o tal centro, o centro de desenvolvimento, ou de empreendedorismo, ou de incubação, chamemos-lhe o que quisermos. Portanto, sobre esse ponto de vista já lhe dei os parabéns no passado e, portanto, se a CCDR nos aprovar um financiamento total de dois milhões e setecentos mil euros, eu fico efectivamente contente, e desejo que elas possam decorrer da melhor forma, para que quem aqui quer desenvolver uma actividade económica o possa desenvolver da melhor forma, e de forma mais correcta, até do ponto de vista ambiental. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito obrigado. Eu queria dizer, também, que estão todos convidados para a recepção ao Cristiano Pereira amanhã às dezasseis horas, está bem? Que é a disponibilidade dele, portanto, amanhã às dezasseis horas aqui na câmara municipal será recebido o Cristiano Pereira no salão nobre. Vamos avançar para o período da ordem do dia. Mas só rapidamente, para isto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Deixe-me só falar. Quero felicitar o senhor, obviamente, depois arranje-me cópia, porque eu queria ver se, de facto, isso está mesmo aprovado. Depois, não, arranje-me cópia, arranje-me cópia, então não posso pedir cópia. O e-mail não é público? Mande-me arranjar uma cópia antes de acabar a reunião, Sr. presidente da câmara. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Olhe aqui. A esmola é muita, não é? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: É muita, não, não é, Vossa Excelência, não fui eu que disse, Vossa Excelência, no dia vinte e oito de Maio de dois mil e dezasseis: “A autarquia projecta milhões de investimento em áreas empresariais”, que é o que está aqui, “no valor de dez milhões de euros”. De facto, Sr. presidente da câmara, aí está os seus números, dez milhões veio para dois milhões. Está aqui os seus números, olhe aqui, está aqui. Pronto, é para ver como é que o senhor fala a verdade. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Mas está a lamentar isto, é? -----



Reunião de 26/07/2017

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Estou, não, já agradeço a si, à CCDR e ao governo, eu estou a lamentar é as suas mentiras e sabe porquê, Sr. presidente da câmara, porque Vossa Excelência acusou-me de mentiroso, quando vossemecê é maior mentiroso, está tudo dito, acabei, acabei. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: O Senhor Presidente perguntou: Mas Puxe-me isto para cima, não é para baixo. Para cima, está bem? Vamos lá para cima. Sim. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Puxei para cima, olhe, olhe aqui as suas mentiras em Maio de dois mil e dezasseis. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Éh pá, candidatei, eu prometi, candidatei. Não esteja triste, dr. Marques. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu estou feliz, já lhe disse porque o Senhor persegue o António Monteiro, persegue a Mendes & Morais, a Topack veio cá para fazer um investimento de trinta milhões no concelho há meio ano e o Senhor não deixou. Sabe para onde é que foi? Foi para Estarreja. Trinta milhões de euros. Sabe o que é que lhe pode acontecer? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Sr. presidente, só um pedido de esclarecimento, ou uma pergunta, neste caso. Além dos lotes de terreno que estão são mais trinta lotes de terreno que é para criar, na zona industrial um, é assim? Além dos lotes de terreno que já há disponíveis são mais trinta lotes de terreno para criar? -----

---- O Senhor Presidente respondeu que sim. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Que empresas é que ele criou? Nem uma. A Azurmetal onde é que está? A fábrica dos sabonetes, onde é que está? A fábrica alemã, onde é que está? O senhor só trouxe para Nelas os Aquinos que já estavam construídos, o que é que o senhor fez a nível industrial? Zero, zero, zero, zero, vem agora dizer que, a Azurmetal, criou-a? A fábrica das abelhas, criou-a? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Está interrompida a reunião por dois minutos, para ver se o Sr. vereador se cala. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O senhor não gosta de ouvir as verdades, depois pira-se, quando, está nervoso está. Diga lá as empresas que criou?

---- **Foi interrompida a reunião durante cinco minutos.** -----

----- **Reaberta a reunião,** o Senhor Presidente afirmou: Sim. Muito bem, então, só para avançarmos para o período da ordem do dia. Dizer aqui que tenho aqui as aprovações das escolas de Carvalhal Redondo, o investimento que vai ser feito é cento e setenta e seis mil zero oitenta e um euros, aprovado pela CCDR também, com o financiamento e está em GOP, com uma participação de oitenta e três mil zero sessenta e quatro. A Escola do Primeiro Ciclo de Vilar Seco, com um investimento de cento e cinquenta e seis mil, zero cinquenta e nove, e também com uma participação FEDER de oitenta e três mil zero sessenta e quatro. E a mesma coisa em Santar, com o financiamento de cento e dois mil setecentos e vinte e quatro, e uma participação a rondar também os cinquenta por cento. Recebemos ainda hoje, também, curiosamente, mais uma provação de um apoio financeiro ao Município de Nelas, de vinte e cinco mil, vinte e quatro mil novecentos e trinta e um euros, para apoio na requalificação daquela, Fundo de Emergência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, mais vinte e quatro mil euros. Vamos ter que, só dizer também, para rematar à câmara, para rematar que, até este momento, a Câmara de Nelas tem garantido



Reunião de 26/07/2017

no PT 2020, em todos os programas, nos PO regional no PO SEUR nacional, na ADD, tem obras em execução. Tem obras em execução, tem executado já o investimento da ETAR de Canas de Senhorim, por exemplo, tem obras em execução que é a ETAR de Nelas três, que o dr. Portas também ajudou a trazer para o município. Tem o Pacto de Desenvolvimento, tem isso tudo e, portanto posso dizer que, deixe-me dar o esclarecimento, Sr. Vereador. Eu estou-lhe a dizer, obra por obra, portanto, do PT 2020 e fundos, PT 2020 e compensação de Girabolhos um milhão quinhentos e noventa mil euros. A câmara tem garantidos investimentos feitos em curso e a lançar, de vinte milhões setecentos e noventa e um mil quinhentos e cinquenta e um euros. Estes vinte milhões setecentos e noventa e um quinhentos e cinquenta e um, se quiserem tenho aqui discriminado a listagem toda. Um milhão da ETAR de Canas de Senhorim, quatro vírgula três milhões da ETAR de Nelas três, um milhão quatrocentos e cinquenta e sete mil euros do Pacto de Desenvolvimento Regional e Coesão Territorial, um milhão seiscentos e quarenta e três mil euros da requalificação urbana de Nelas, primeira fase, um milhão setecentos e sessenta e quatro mil euros da requalificação urbana, segunda fase de Nelas, a ETAR de Santar cento e noventa e quatro mil euros, a ETAR de Casal Sancho cento e noventa e quatro mil euros, a ETAR de Moreira trezentos e cinquenta e um mil euros, ETAR da Lapa do Lobo trezentos e onze mil euros, ETAR de Aguireira e Carvalho quatrocentos e sessenta e quatro mil euros, ETAR de Vilar Seco trezentos e quarenta e quatro mil euros, ecopontos enterrados e contentores do planalto Beirão trezentos e setenta e nove mil quatrocentos e vinte e um euros, loja do cidadão trezentos e cinquenta e sete mil euros. Investimentos no círculo urbano da água, com o tal aviso aberto de um milhão e meio de euros FEDER que permite o investimento de um milhão setecentos e sessenta e quatro mil euros, compensações de Girabolhos um milhão quinhentos e noventa mil euros, contrato ADD requalificação dos edifícios em frente ao balneário termal trezentos mil euros, elaboração do cadastro concelhio de rede de água e esgotos duzentos e vinte mil euros. Dá um total, mais, agora, o que foi aprovado de áreas de acolhimento empresarial, um total de investimento de vinte milhões setecentos e noventa e um mil euros. Apoio FEDER e de outra natureza, já garantido, são quinze milhões oitocentos e quarenta e nove mil seiscentos e vinte e cinco. Quinze milhões de euros que está garantido o apoio da ETAR de Canas de Senhorim oitocentos e cinquenta mil euros POVT e ainda POSEUR, a ETAR de Nelas três e sistema interceptor está garantido um financiamento de dois milhões oitocentos e três mil euros FEDER. Pacto de Desenvolvimento Regional e Coesão Territorial, um milhão duzentos e trinta e oito mil euros, requalificação urbana de Nelas um milhão trezentos e vinte e dois mil euros, requalificação urbana, segunda fase, um milhão quatrocentos e noventa e nove mil euros, ETAR de Santar, Casal Sancho, Moreira, Lapa do Lobo, Aguireira e Carvalho Redondo oitenta e cinco mil euros do valor que eu vos referi há bocadinho. Ecopontos trezentos e setenta e três mil euros, POSEUR, a Loja do Cidadão trezentos e trinta e um mil euros, investimento no ciclo urbano da água garantido o apoio FEDER de um milhão e meio de euros, compensações de Girabolhos, é tudo líquido, um milhão quinhentos e noventa mil euros, contrato ADD Penalva do Castelo duzentos e cinquenta e cinco mil euros, no contrato da ADD. Elaboração do cadastro concelhio de rede de águas e esgotos cento e oitenta e sete mil euros. Fundos comunitários e Girabolhos, o Concelho de Nelas conseguiu, de financiamentos externos fora do seu orçamento, quinze milhões oitocentos e quarenta e nove mil seiscentos e vinte e cinco euros. Quinze milhões, posso-vos dizer que em todo o período



Reunião de 26/07/2017

anterior a câmara teve quatro milhões de euros de apoio, quatro milhões de euros de apoio no QREN, efectivo, quatro milhões efectivo, num investimento, num investimento dos oito anos anteriores foram aprovadas, com decisão de aprovação, como tenho aqui as decisões de aprovação todas, foram aprovados apenas à volta de seis milhões de euros de investimento QREN. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eles chumbaram. Seja sério. -----

---- O Senhor Presidente continuou: Aprovados. O que resultou um apoio de fundos comunitários, de fundos comunitários de, à volta de quatro milhões de euros, em oito anos do QREN. Ora, em quatro anos deste mandato, meus caros amigos, temos já garantia de financiamento, obras aí realizadas, outras em curso, este só tem. Não, vamos lá ver, Artur, olha, quinze milhões oitocentos e quarenta e nove mil.

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Quanto é que pagou a câmara já? Essas candidaturas, diga lá que é para as pessoas ouvirem, quanto é que a câmara pagou pelas candidaturas? O senhor não diz. O senhor faliu a câmara com as suas avenças. ---

---- O Senhor Presidente afirmou: E pronto. E zum catrapum. E catrapum. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O senhor não tem dinheiro para fazer o concurso. Mentiu às populações. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Olhe que não. Então não está feito o concurso? Eu já no princípio o apanhei com uma mentira, que era a questão do arguido, e eu desafiei-o, Dr. Marques, Dr. Marques, vamos embora. -----

ORDEM DO DIA

1 – ÓRGÃOS DA AUTARQUIA

(309/2017/07/26)1.1.APROVAÇÃO DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA ANTERIOR, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2017, QUE TEVE CONTINUAÇÃO EM 05 DE ABRIL DE 2017

---- O Senhor Presidente perguntou: Algum dos Srs. vereadores se quer pronunciar relativamente a esta acta? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Voto contra porque não me foi enviado o áudio. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não, mas o que ficou combinado foi você vir buscá-lo. ----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Desculpe, não, não, não foi isso. Eu não voto nenhuma acta favoravelmente se o senhor não me mandar, os serviços enviar, ou para onde o senhor quiser, eu não voto nenhuma sem o senhor me mandar, porque o senhor altera as actas. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não. O senhor não vota esta acta por outra razão, ó Dr. Marques, a última página aqui é que o atrapalha, não é? Não, que lá diz, é o que lá diz. É o que lá diz, vamos embora. Vá, quem vota contra esta acta? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Ai, por causa do processo da Senhora, até estou aflito. Que vergonha-----

---- O Senhor Presidente afirmou: Dr. Alexandre, pá, mas eu garanto sob compromisso de



Reunião de 26/07/2017

honra, Ok? E vou buscar a gravação já, se algum de vocês, nalguma passagem que aqui está, disser que foi alterada, o Fernando vai buscar a gravação e põe nessa passagem aqui a gravação. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Mande para nossa casa. Eu não tenho a sua vida. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Vá, quem vota contra, Artur, Alexandre, está bem, pronto, já sei. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Sr. presidente, vou assumir aqui uma falha que é minha, que julguei que era dos serviços, mas fui esclarecido pelo Sr. Fernando, porque eu quando abri os documentos para ver, não encontrei a acta de vinte e nove de Março nem a acta de doze de Abril, e ele referiu-me que tinha ido no *e-mail* anterior. Eu não li a acta e, portanto não vou votar nem favoravelmente, nem vou votar contra. Vou-me abster por essa razão. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Digo-vos também outro esclarecimento. Já pedi à Dra. Célia para fazer uma consulta externa de empresas, no sentido de recuperarmos, o mais rapidamente possível, as actas todas e dar uma ajuda ali ao Fernando, que não faz outra vida se não fazer actas. E, portanto, vamos fazer uma contratação externa de uma prestação de serviços, de uma empresa, não, mas custa sete mil euros, não vale a pena nesta altura. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Dez mil euros. Deixe-se de histórias, já quer fazer mais uma avença, mais uma avença, já virão isto. Compramos o *software*, que os há à venda, e o senhor está a querer agora mais uma avença. Em vez de dois milhões, ou três milhões, já quer aumentar as avenças. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: É só um bocadinho, tenha calma, anda muito nervoso, tenha calma homem. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: A comprar empreiteiros para fazer a sua lista, o senhor é que deve andar nervoso. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: O Dr. Marques diz tudo e um par de botas. Se eu o metesse em tribunal, o tribunal passava uma comarca de acesso final. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com três votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, da Senhora Vice-Presidente da Câmara e do Senhor Vereador Artur Ferreira, duas abstenções, dos Senhores Vereadores Dr. Alexandre Borges e Dr.^a Rita Neves e um voto contra, do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, aprovar a ata da reunião ordinária pública anterior, realizada em 29 de março de 2017, que teve continuação em 05 de abril de 2017. ----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O senhor é que disse que ia meter em tribunal os malvados dos indivíduos, que não aprovaram as limpezas, foi o que eu disse, aliás, mandei-lhe um *e-mail* a desafiá-lo para o fazer. -----

---- De seguida apresentou a seguinte declaração de voto: Votei contra a acta porque o Sr. presidente da câmara ainda não me facultou as gravações áudio para eu verificar o que nelas se passaram. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Mas foi requerido, ó Fernando? Mas foram requeridas, estas? Não foi. Então está ali o funcionário a dizer que não. Tenha juízo, não seja. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Olhe, estava convencido que era a partir daquele dia que o senhor disse que ia dar todas. Não foi isso que o senhor disse? E mais, Sr. presidente da câmara, o senhor desde que me condenou no processo do



Reunião de 26/07/2017

Pingo Doce, das bombas do seu amigo Cavaca, nunca mais me condena. Posso estar orgulhoso da última página dessa acta. Olhe, sabe o que é que vai acontecer, vou-lhe meter um processo-crime à senhora se vier com alguma acusação, de denúncia caluniosa e o seu escritório do processo. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Vamos embora, vá. Ok. Já está a declaração de voto? Deixe lá o escritório, deixe lá o escritório. Deixe lá que está lá gente a trabalhar, deixe-os estar a trabalhar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Com as avenças dos industriais à sua custa, Sr. presidente da câmara. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Olhe, alguém me alertou, também, que há uma impossibilidade lógica, naquilo que o dr. Marques tem vindo a afirmar. É que é impossível falar uma câmara que se herdou falida. Portanto, ela já estava falida. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não. Com contas consolidadas, por isso é que o senhor gastou à tripa forra, com avenças para os seus amigos. Avenças para o Vítor Alves, avenças para não sei para quem, avenças para o Manuel Martins. Avenças não sei mais para quem. E já quer mais uma avença agora, mais uma, já vai em dois milhões de euros nos amigos, já quer mais uma. De facto, Sr. presidente da câmara, o senhor fica conhecido pelo presidente, não digo em respeito ao ambiente, não digo isso, e pelas avenças dos seus amigos. Oiça, eu não digo mais, não digo mais, siga Sr. presidente, tenha respeito pelo órgão. -----

(310/2017/07/26)1.2.APROVAÇÃO DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2017

---- O Senhor Presidente afirmou: Alguns dos Srs. vereadores se quer pronunciar? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Mais uma avença. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com três votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, da Senhora Vice-Presidente da Câmara e do Senhor Vereador Artur Ferreira, duas abstenções, dos Senhores Vereadores Dr. Alexandre Borges e Dr.^a Rita Neves e um voto contra, do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, aprovar a ata da reunião ordinária anterior, realizada em 12 de abril de 2017. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Oh homem, cale-se, poça, vamos lá, eh pá, poça, isso é um tambor, tenha clama, cale-se lá. Ó homem, cala-se, ou não se cala? Não há maneira de o calar. Não consigo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O Sr. Dr. não gosta de ouvir as verdades. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges apresentou a seguinte declaração de voto: Abstenho-me na acta de doze de Abril e de vinte e nove de Março de dois mil e dezassete, pelas razões já anteriormente evocadas, visto que por culpa própria não li as referidas actas. -----

(311/2017/07/26)1.3.APROVAÇÃO DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA ANTERIOR, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2017, QUE TEVE CONTINUAÇÃO EM 05 DE MAIO DE 2017

---- A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vice-Presidente da Câmara, sendo o voto do Sr. Presidente, voto de qualidade, duas abstenções, dos Senhores Vereadores Artur Ferreira e Dr.^a Rita Neves, e dois



Reunião de 26/07/2017

votos contra, dos Senhores Vereadores Dr. Alexandre Borges e Dr. Manuel Marques, aprovar a ata da reunião ordinária pública anterior, realizada em 26 de abril de 2017, que teve continuação em 05 de maio de 2017. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: O Presidente invoca o voto de qualidade para fazer aprovar esta acta. Tem a palavra o Sr. vereador Alexandre Borges. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges apresentou a seguinte declaração de voto: Voto contra a acta de vinte e seis de Abril porquanto a mesma não transmite aquilo que se passou no período antes da ordem do dia. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto: A abstenção também tem a ver com aquilo que foi dito no início, e que o Fernando me confirma, que não foi tirada nenhuma parte. Acho estranho é que, principalmente no período antes da ordem do dia, desapareçam algumas transcrições, parece-me a mim que falta aí algumas frases. E, também porque o terminar da reunião, apesar de o Sr. presidente ditar aquilo para a acta, não se comprova, até porque nas actas seguintes foi feita aprovação das contas, portanto, nada disso correspondia à verdade. -----

(312/2017/07/26)1.4.APROVAÇÃO DE ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA ANTERIOR, REALIZADA EM 2 DE MAIO DE 2017

---- A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, uma abstenção da Senhora Vereadora Dr.^a Rita Neves e um voto contra, do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, aprovar a ata de reunião extraordinária anterior, realizada em 02 de maio de 2017. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves apresentou a seguinte declaração de voto: O meu voto da abstenção prende-se essencialmente, embora note que haja um grande esforço, que acho que todos devemos louvar, do Sr. Fernando em tentar redigir o máximo de actas possível, como é óbvio eu não me lembro minimamente daquilo que se passou no dia vinte e nove de Março, com a precisão de poder dizer se a acta corresponde, ou não à verdade. Como ao longo destes três anos muitas das actas, se não a maioria, eu tive perfeita noção, eu, e os restantes vereadores, que as actas são sempre alteradas pelo Sr. Presidente, aliás, viu-se agora até no sentido de votação da acta de vinte e seis de Abril, por esse motivo eu abstenho-me, porque não confio minimamente que as actas sejam, de facto, fidedignas, e era assim que deviam ser. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Sr. presidente, eu queria fazer um pedido, se fosse possível. Muito obrigado, Sr. presidente, eu queria fazer o pedido que o ponto 8 fosse passado agora para antes do ponto 2, se fosse possível, eu não sei se vou poder estar, eu, pelo menos uma menos dez, um menos um quarto tenho que sair porque tenho que ir render os meus colegas no serviço. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Artur, mas isto é rápido, está bem? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Não sei se é, Sr. presidente.

2 – OBRAS PÚBLICAS

(313/2017/07/26)2.1.CONSTRUÇÃO DA ETAR DE AGUIEIRA/CARVALHAL REDONDO – RELATÓRIO FINAL – RATIFICAÇÃO

---- Presente o Relatório Final do Júri, referente à empreitada de: “Construção da ETAR de Agueira/Carvalhal Redondo”. -----



Reunião de 26/07/2017

---- O Senhor Presidente perguntou: Algum dos Srs. vereadores tem alguma coisa contra o relatório final? Que é Irmãos Almeida Cabral, foi um concurso público para a ETAR de Aguieira/Carvalho Redondo. Houve seis propostas, os Irmãos Almeida Cabral, em concurso público apresentaram a melhor proposta, trezentos e sete mil euros seiscentos e trinta e oito, e o que propõe aqui o júri do concurso, que é a eng.^a Susana, a Eng.^a Inês e a eng.^a Paula, a aprovação deste relatório. Alguém vota contra? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Eu tinha uma pergunta. Sr. presidente, nós estamos a ratificar o relatório do júri, é isso? E, inclusivamente, o Sr. presidente vai ratificá-lo, é isso? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: Não, acho que já aprovei isto, e veio para ratificação. ----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Então, a minha pergunta tem a ver com o seguinte: o senhor deu um despacho à reunião de câmara no dia dez, nós tivemos reunião no dia doze, alguma razão para que só tenha vindo hoje? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: Porque no dia dez para doze não dava para incluir na ordem de trabalhos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Tem razão, obrigado. ----

---- O Senhor Presidente afirmou: Mas não dá para introduzir, não dá. Sim Artur? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O senhor seja verdadeiro, peço-lhe por tudo, seja verdadeiro. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Tem razão, Sr. Presidente. Só uma pergunta, só para esclarecimento, se faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Ainda hoje trouxe aqui um hoje aqui em cima da mesa, Sr. Dr., também aquela informação de não sei o quê, que está para aí. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira continuou: Que era o seguinte: portanto, o critério principal é o preço? E principal e único? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: É o único, o principal e único, é o preço, está bem? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: E já agora quantas empresas é que concorreram, Sr. presidente, diga lá. -----

---- O Senhor Presidente respondeu: São sete, foi os Irmãos Almeida Cabral, seis, Irmãos Almeida Cabral, Sá Machado e Filho, Cipriano Pereira de Carvalho, Fonseca e Fonseca, Aquino Construções SA, Amadeus Gonçalves Cura. Estão aqui os seis, e o melhor preço é Irmãos Almeida Cabral. Pronto, para a ETAR da Lapa do Lobo, também, o relatório final, concorreram os Irmãos Almeida Cabral, Cipriano Pereira de Carvalho, Sá Machado e Filhos, Norton e Martins e Fonseca e Fonseca. O melhor preço para a ETAR da Lapa do Lobo é Irmãos Almeida Cabral, duzentos e trinta e três mil novecentos e cinquenta e um euros. O Dr. Marques tem os documentos que lhe foram enviados, está bem? -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Relatório Final do Júri, relativo ao procedimento de concurso público para a empreitada de: “Construção da ETAR de Aguieira/Carvalho Redondo”. -----

(314/2017/07/26)2.1.CONSTRUÇÃO DA ETAR DA LAPA DO LOBO – RELATÓRIO FINAL – RATIFICAÇÃO

---- Presente o Relatório Final do Júri, referente à empreitada de: “Construção da ETAR de Lapa do Lobo”. -----



Reunião de 26/07/2017

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Relatório Final do Júri, relativo ao procedimento de concurso público para a empreitada de: “Construção da ETAR de Lapa do Lobo”. -----

3 – CONTABILIDADE

(315/2017/07/26)3.1.MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL N.º 13 E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO N.º 13, DO ANO DE 2017 – REPOSIÇÃO DA SITUAÇÃO ORÇAMENTAL PELA NÃO RATIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL N.º 12 AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – APROVAÇÃO

---- Presente a modificação ao Orçamento Municipal n.º 13 e às Grandes Opções do Plano n.º 13, para o ano de 2017 - Reposição da situação orçamental pela não ratificação da alteração orçamental n.º 12 ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, a qual fica anexa a esta ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Está aqui proposta uma alteração orçamental que tem a ver com o reforço, no essencial, que é esta questão. Portanto, veio numa reunião anterior uma série de, um reforço de trinta e cinco mil euros para a limpeza urbana. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Mas não é isso que estamos a discutir. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: É a treze, é a treze. Ah, Ok. Portanto, então, a treze é: Modificação número treze, no ano de dois mil e dezassete, reposição da situação orçamental, pela não ratificação da alteração orçamental número doze ao orçamento municipal e às grandes opções do plano - aprovação. Portanto, na reunião anterior não foi ratificada a alteração orçamental que eu promovi, para a abertura de caminhos agrícolas e florestais, para a limpeza urbana, para a malha urbana, para terrenos agrícolas da câmara, zonas industriais, etc. E, portanto, foi ajustada apenas uma alteração orçamental, que é o ponto a seguir, que é a número catorze, para o conjunto de serviços que foram, que tinham, entretanto, sido prestados e que eu fiz um despacho para os serviços técnicos da câmara. Não, é dar sem efeito o que, foi feita uma alteração orçamental, Dr. Marques. Não, esta aqui é a seguir, foi feita uma alteração orçamental, isto é a mesma coisa. Esta é dada sem efeito, esta 3.1 é dada sem efeito, Ok? A 3.1, é dada sem efeito, porque eu aprovei-a e não foi ratificada, Ok? E para a Dra. Célia repor a situação orçamental anterior a esta aprovação temos que votar, aprovar que é dada sem efeito esta alteração, está bem? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Agora já entendi, Sr. presidente, estava para aqui uma confusão. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a modificação ao Orçamento Municipal n.º 13 e às Grandes Opções do Plano n.º 13, para o ano de 2017, de reposição da situação orçamental pela não ratificação da alteração orçamental n.º 12 ao Orçamento Municipal e n.º 12 às Grandes Opções do Plano. -----

(316/2017/07/26)3.2.MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL N.º 14 E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO N.º 14, DO ANO DE 2017 – RATIFICAÇÃO

---- Presente a modificação ao Orçamento Municipal n.º 14 e às Grandes Opções do Plano n.º 14, para o ano de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo II), fazendo dela parte integrante.



Reunião de 26/07/2017

---- O Senhor Presidente afirmou: Depois, como havia um conjunto de serviços que foram, entretanto, prestados pela Ecomadeiras, pelo Rui, da Agueira e também o aluguer de uma *bulldozer*, que andou a fazer trabalhos, e acho que ainda anda, acho que não veio ontem e anteontem, mas ainda anda na encosta do Rio Dão, uma *bulldozer* de reforço de abertura de caminhos agrícolas e florestais. Eu pedi aos serviços, aliás, estão aqui dadas estas, eu proferi um despacho de uma alteração orçamental, está aqui este despacho, Fernando? Não o encontro, eu já o vi, mas não o encontro, diz? Está nas costas? A catorze? Catorze, Ok... portanto, eu fiz um despacho, que também, cujo teor é claro, no sentido de, na perspectiva da ratificação da alteração que eu propus, e não aconteceu, houve serviços que foram prestados. Pelo Ecomadeiras cinco mil quinhentos e trinta e cinco, pelo Rui Ferreira cinco mil quinhentos e trinta e cinco, e Fozvias, com o aluguer de uma *bulldozer*, nove mil duzentos e cinquenta e cinco. E pedi que os serviços, a Eng.^a Inês e o encarregado dos serviços de limpeza, José Andrade, fossem, me dessem um mapa e me confirmassem a prestação desses serviços, o que eles fizeram. E, há uma folha em que eu pedi mais esclarecimento, quer relativamente ao que é que cada um fez, portanto, o terreno da ETAR de Canas de Senhorim, grosso modo, a parte de Canas de Senhorim foi feito pela Ecomadeiras, e a parte de Nelas foi feita pelo Rui. E, portanto, isto são obras, de acordo com as informações dos serviços técnicos e dos encarregados e da encarregada da limpeza, não há aqui qualquer correcção de qualquer coisa anterior, ou qualquer coisa que não conste aqui, são horas efectivamente prestadas. E, portanto, a consequência disto, se isto não for ratificado, e eu peço a vossa compreensão para o ser, porque está confirmado pelos serviços, a consequência disto é que, eu, que fiz uma alteração orçamental por minha conta e risco, quando muito serei eu o responsável pelo pagamento destas despesas. Portanto, peço a compreensão da câmara, porque são serviços efectivamente prestados, confirmados pelos serviços, necessários, todos confirmamos que são necessários. Portanto, algum dos Srs. vereadores se quer pronunciar, relativamente a isto? Pronto, e a questão, em resumo, é esta. Eu também tenho a questão, estava bem ciente dessa responsabilidade, eh pá, eu acho que temos que dotar o município, todos temos essa preocupação, certamente, temos que dotar o município de todos os meios, no sentido de minimizar, impedir, o flagelo que todos os dias temos infelizmente visto na televisão. E, por isso, eu pedia a vossa compreensão para isso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Já disse que vou votar favoravelmente. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Quem quer usar da palavra relativamente a isto? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Eu só queria usar, não era abusar, era só usar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Sr. presidente, pelos vistos, aquilo que o Sr. da outra vez nos transmitiu não correspondia totalmente, pelo menos, à verdade. A verdade é que o Sr. presidente diz que os trabalhos já foram feitos, pronto, e portanto, se foram feitos eu simplesmente volto-lhe a falar nas coisas que me levaram a votar contra a alteração orçamental, e que tem a ver com as disposições que o decreto-lei cento e vinte e quatro de dois mil e dezasseis impõe à realização das faixas de gestão combustível, à data em que elas devem ser feitas, e as condições meteorológicas em que elas devem ser feitas. Nem de propósito, e obviamente isto não é uma relação directa, é um, pode acontecer, como aconteceu, por exemplo, a semana passada na Guarda, houve um incêndio que



Reunião de 26/07/2017

provocou um conjunto alargado de hectares que foram queimados, até ardeu uma viatura dos bombeiros, e que veio-se a constatar que foi provocado por uma capinadeira. Por um tractor com uma capinadeira e, portanto, aquilo que o Sr. presidente acabou por assumir aqui, é que fez a limpeza dos matos, felizmente não aconteceu nada, e, portanto, como não aconteceu nada eu voto favoravelmente, porque já está feito, porque não vou ser responsabilizado por nada, mas, efectivamente, aquilo que o Sr. presidente aqui assumiu é que não cumpriu aquilo que a lei determina, que é não fazer as limpezas dos matos quando o risco é muito elevado ao máximo. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Isto é um reforço. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges continuou: Está bem, Sr. presidente, deixe-me acabar. Tenho a minha opinião, o senhor considera-a, ou não a considera, deixe-me dar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Isto é um reforço de meios, não foi a limpeza inicial, já foi feito a limpeza em Março e Abril. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges continuou: Sr. presidente, o senhor falou em limpezas urbanas, o senhor falou aqui em limpezas urbanas. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Sabe quantas vezes é preciso limpar o pomar? Quantas vezes no último mês se capinou o pomar, o senhor não tem noção. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges continuou: O senhor não tem noção é o que é que é limpar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Capinou-se pelo menos duas vezes no pomar, capinou-se pelo menos duas vezes no último mês, Dr. Alexandre, vamos ser sérios, pá, no último mês capinou-se pelo menos duas vezes a quinta do pomar, duas, no último mês. Olha que esta agora é boa, então agora está-me a dizer que eu não cumpri a minha obrigação em Março e Abril? Oh, não diga isso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges perguntou: Posso falar, ou não posso? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: Pode, peço desculpa. Peço desculpa, força. Mas com seriedade, está bem? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: O senhor pode achar que eu estou a dizer disparates, mas dê-me essa liberdade. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Ok. O Rousseau dizia isso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Não sabia, pronto, ainda bem que dizia, olhe, eu também digo, e não li o Rousseau. Continuando, espero bem, portanto, ainda bem que não aconteceu nada, felizmente não aconteceu nada e, portanto, sobre esse ponto de vista vou votar favoravelmente, mas volto a reforçar aquilo que lhe disse, de que a responsabilidade de limpar as propriedades, de acordo com aquilo que a lei determina, é dos proprietários dessas propriedades, e não da câmara municipal. E, portanto, se nós não substituimos aos proprietários destas coisas todas que aqui estão, eu espero sinceramente que a câmara inicie os procedimentos administrativos, com vista a ser ressarcida do dinheiro que nós estamos aqui agora a aprovar. Porque, efectivamente, é aquilo que a lei determina. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito nem, muito obrigado, dr. Marques, faça favor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu peço desculpa, o senhor às vezes enerva-me mesmo, eu sou sincero, porque Vossa Excelência mais uma vez



Reunião de 26/07/2017

faltou à verdade ao órgão, disse que o senhor pediu aos serviços para lhe indicar? Sr. presidente, seja sério. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Então não foi? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu: Não é verdade Sr. presidente, o senhor mandou esta relação junta aos documentos. E, no dia, Sr. presidente, no dia vinte e quatro de Julho de dois mil e dezassete, eu digo: “Manuel da Conceição Marques, vereador do CDP-PP nessa qualidade, vem requerer o seguinte: recebi hoje por correio electrónico a identificação dos terrenos da faixa de gestão combustível realizada. Considerando que no despacho gerado por Vossa Excelência, em catorze do seis de dois mil e sete constam três fornecedores para aqueles serviços, queira Vossa Excelência, na reunião de vinte e seis do sete, informar quais os trabalhos que cada um realizou”. Sr. presidente, fui eu que lhe pedi, não foi o senhor, o senhor esquece-se de dizer as coisas. Tudo o que é bom o senhor é o maior, tudo o que é mau são aqueles bandidos daqueles vereadores. Foi verdade, ou mentira, que recebeu um *e-mail* a pedir-lhe isso? Sr. presidente, seja verdade e já agora traga a verdade. Eu vou trazer o processo da participação-crime do tribunal, e o senhor traga, na próxima reunião de câmara, a certidão conforme está em investigação e se é ou não arguido. Traga na próxima reunião de câmara, para as pessoas todas que estão aqui verem quem é que falou verdade, traga. Sr. presidente, mas há aqui uma coisa que eu digo. Estamos, vou já passar ao assunto. Ó Sr. presidente da câmara, não, não vamos repisar, explique-me lá como é que o senhor, no dia doze, o senhor traz aqui à reunião de câmara trinta e nove mil euros para esse serviço? Explique-me, tem que me explicar, trinta e nove mil euros, onze mil duzentos e cinquenta para o Rui Madeira, mais onze mil e não sei quê para. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Era para continuarem. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Ai era para continuarem? Era. E hoje, mas hoje já chega? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não, vocês não aprovaram, eu mandei os homens fora. ----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Não, espere, vamos-lhe aprovar hoje, não, não Sr. presidente, quer-me deixar concluir? Quer-me deixar concluir, que é para dizer que o senhor mentiu? Ainda lá anda, ainda lá anda o Rui e a Ecomadeiras, ainda lá anda. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não anda nada, é serviço da câmara, é serviço da câmara, olhe, não anda nada. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Sabe o que é que aqui se provou? Olhe, fale e depois deixe-me falar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Era para continuarem os serviços. A consequência da não ratificação da alteração orçamental implicou que o presidente de câmara dispensasse os serviços da Ecomadeiras e os serviços do Rui. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não é verdade, sabe para que é que foi Sr. presidente da câmara? O senhor trouxe vinte mil euros agora, e trouxe trinta e nove mil há oito dias, ou quinze, sabe porquê? Que era para legalizar o que eles têm feito sem lhe pagar, essa é que é a verdade, o senhor mentiu mais uma vez. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Vamos avançar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Pois é, mas diga “Manuel Marques tem razão, eu devo ao Rui, eu devo”, diga. -----



MUNICÍPIO DE NELAS
NELAS
 VIVE

Reunião de 26/07/2017

- O Senhor Presidente afirmou: Não, isso é mentira. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: É, é, olhe aqui, está aqui. A Inspeção Geral de Finanças vem averiguar se é mentira, já cá anda. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Ainda vou preso antes das eleições. Vamos continuar, olhe assim não se debate o teu assunto. Vá, vamos embora. Não, mas pararam o serviço. -----
- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Muito obrigado Sr. Presidente. Sobre esta situação eu queria um, dois ou três esclarecimentos. Primeiro. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Inadmissível foi não terem ratificado uma coisa para limpeza urbana, isso é que é inadmissível, inqualificável. -----
- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira continuou: Primeiro, queria. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Está bem, está bem. Você tem uma grande arte nessa coisa das despesas irregulares. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Participarei de mais crimes contra si depois das eleições autárquicas. É mais fácil. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Hei-de morrer à fome, é isso? -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não sei, o senhor é que sabe. Se calhar faltam-lhe as avenças dos industriais. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Morro à fome. Você não descansa enquanto não me matar, é isso? -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Foi aquilo que o senhor me quis fazer a mim com o processo do Cavaca. Para o senhor receber metade da minha vida. É que o senhor queria receber uma indemnização de oitocentos mil euros. Percebe?-----
- O Senhor Presidente perguntou: Vai fazer o ajuste de contas, é isso, depois das eleições? -
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não, não, isso é o que o senhor fez ao Dr. José Correia e à Dra. Isaura. -----
- O Senhor Presidente afirmou: O senhor até acabou de confirmar isso. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não, é justiça. Eu não confundo vingança com justiça. O senhor é que confunde vingança com justiça. -----
- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira continuou: A primeira pergunta era, nós temos a identificação aqui dos terrenos e as empresas que limpou, por que é que não está cá nenhuma das Fozvias? -----
- O Senhor Presidente afirmou: Isso é só a limpeza. A Fozvias ainda está a decorrer o serviço. Está a decorrer ainda. -----
- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira continuou: Está a decorrer? Então, mas estão aqui, onze mil euros para pagar, também. Está bem, mas temos que saber onde é que foi gasto esse valor. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Eh pá, na encosta do Rio Dão. Vocês andam distraídos. ----
- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira continuou: Não, nós não andamos distraídos. Queremos é saber onde é que. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Desculpem lá, vocês, a câmara para vocês é esta mesa. Vão ao terreno, porra! -----
- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira continuou: Ó Sr. presidente, eu trabalho. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Está a encosta do Dão toda limpa. Ó Artur, não, essa



Reunião de 26/07/2017

pergunta é uma provocação. Vai à encosta do Dão. Ó Artur. Ó Artur, a câmara para ti é esta mesa, é? Vai ao Dão, vai às Fontanheiras, onde estão os caminhos abertos neste momento. Vocês vão lá ver. Na última reunião não quiseram ir ver. Vão agora ver. Vocês vêm para aqui lançar suspeições. Isso é uma suspeição que estás a dizer. Então achas que eu ia pagar horas ao senhor da bulldozer se não estavam feitas? Desculpa lá, eu sou tão sério como tu. Ouviste?

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira perguntou: Mas eu estou a chamar doutra forma? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Então não estás? Estás a dizer que não estão aí. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira continuou: Então se eu estou a dizer que estão aqui O Ecomadeiras. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Olha lá, pá, olha, eu não nasci ontem, está bem? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Ó Sr. presidente, o senhor é que tem alguma atitude persecutória, Sr. presidente, desculpe lá. Por amor de Deus. Eu estou-lhe a perguntar a si. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eh pá, desculpa lá, mas eu sou tão sério como tu, Artur. Estás a dizer que não está aqui, não está aqui. Vai lá ver. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Estou a dizer que está aqui a Ecomadeiras. Mas posso acabar? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Mas são serviços que já estão feitos e concluídos. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Pronto, fale à vontade. Depois, quando me deixar falar, eu falo. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Está bem. Ó pá, não levantes insinuações, que eu não te admito isso, faz favor. Quero é avançar. Ó Artur, acaba lá. Oh, lá vem mais o contrato. Lá vem mais o contrato. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: E essa mesma empresa que andou a pôr os seus *outdoors*. O senhor vai ter que explicar. Já lá vamos, já lá vamos. ---

---- O Senhor Presidente afirmou: Ó Dr. Marques, vamos falar de coisas do concelho, de obras, de investimentos. Isso é alguma coisa? O senhor anda enredado na forma, enredado na forma e não sei quê. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não ando, não. Ando enredado nas manigâncias. Sabe que há um processo no tribunal por causa disso, não sabe? ---

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Muito obrigado. Então é assim, eu gostava de saber e faço, volto a fazer a pergunta, porque se está aqui uma identificação dos terrenos daquilo que a gente vai votar, não está cá a Fozvias. Esta é a primeira pergunta. A segunda pergunta que eu queria saber era porque ao Rui Ferreira e Ecomadeiras o valor que estava previsto na anterior é inferior e a Fozvias é o total. A Fozvias vai. Não, é igual. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Vai continuar a Fozvias. A Fozvias, ó Artur, respondo-te já. A Fozvias, eu assumo a responsabilidade de não mandar uma bulldozer embora porque a nossa bulldozer está no efectivo distrital de combate a incêndios, e ainda um dia destes esteve cinco dias mobilizado. Não é verdade? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Não foi cinco dias, não. Mas pronto, continue, se faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não foi cinco dias nada.



Reunião de 26/07/2017

Vossa Excelência tem equipamentos aqui equipados para fazer esse trabalho. Temos aqui. O Senhor quer é avenças. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: A nossa bulldozer esteve mobilizada pelo menos cinco dias, que foi num domingo à tarde, a bulldozer foi, o João Azevedo que pediu para a Câmara de Nelas mandar para Mangualde e a bulldozer esteve uma série de dias, não sei se foram quatro, se foram cinco. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Foram dois, no máximo. ----

---- O Senhor Presidente afirmou: Ó Artur, eh pá, eu não sei, sou eu que estou a gerir a câmara, porra. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Pronto, então, o fogo demorou três dias, Sr. presidente. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Mas a bulldozer esteve lá de prevenção a seguir, pá! Mas eu não sei o que é que estou a dizer? Ó Artur, esteve lá em quarentena ou em não sei quê, que é o que ficam depois dos fogos, pá. Então eu não sei o que é que estou a dizer, pá? Eh pá, fogo. Então eu próprio discuti por causa disso, porque ela não foi para a encosta do Mondego. Então eu não sei? E estão a duvidar disto, pá. Tenho que trazer uma fotografia? Pá, poça. E, portanto, há uma bulldozer, ó Artur, desculpa, agora chamaste-me mentiroso, pá. Há uma bulldozer. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: O Sr. presidente falou no fogo. O fogo foram três dias. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eh pá, mas esteve lá de quarentena a seguir. E essa bulldozer é mobilizada, e nós como temos aqui identificado pelos corpos de bombeiros situações de risco existentes no município há muitos anos, que são a encosta do Dão e a do Mondego, eu assumi a responsabilidade de a bulldozer continuar no município, que ainda está, não esteve ontem e anteontem, porque foi fazer uma revisão. E vem, como já abriu nas Fontanheiras. Ó dr. Marques, eu não preciso duma caixa de ressonância, o que eu estou a dizer e a seguir a bulldozer, agora anda neste momento não sei se ainda lá anda hoje, ontem andou nos bombeiros a dar apoio às obras requeridas pelos bombeiros no terreno a poente dos bombeiros, na limpeza da envolvente dos bombeiros e a bulldozer, uma e outra, essa está no efectivo de combate a incêndios, e a outra vai também fazer o caminho perigoso da encosta do Dão entre as Caldas da Felgueira e a Lapa do Lobo. Que também já foi intervencionada em toda a zona da Lapa do Lobo. Eu acho que isto para mim é pacífico. Artur, eu vou dizer uma coisa: se na câmara toda a despesa que eu fizer em protecção civil, vocês não ma aprovarem, pago-a eu do meu bolso. Ficam já a saber. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Ó Sr. presidente, nós queremos é esclarecer. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Então, chumbaram a alteração orçamental. Vamos avançar, ou não? Eh pá, mas não me trates mal, faz favor. Está bem? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Duas ou três perguntas. Eu não estou a tratar mal, estou a fazer perguntas, o senhor é que se ofende. Não o tratei nunca mal. Eu queria saber era o seguinte: a ADP Portugal, CUF Quimigal, por exemplo. De quem é que é o terreno? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Vai ser pedido o dinheiro. Ó Artur, Está bem. Vai ser aos particulares. Aos particulares, sim. -----



Reunião de 26/07/2017

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: É que há aqui muito terreno que não é pago. É que os terrenos da câmara muitas vezes que não são limpos. Esse é que é o problema. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eh pá. Vamos lá ver, eu também. Ainda hoje de manhã, eu fui a Santar e passei atrás da Vinícola. Certo. Eu passei atrás da vinícola. A Carlos Cabrita e etc., foram notificados para limpar atrás da Vinícola. Eu passei lá hoje e dei ordens para a câmara ir limpar. Mais nada. Eles não limpam, limpo eu. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Vamos receber o dinheiro? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Que eu prefiro, eu prefiro. Eh pá, vocês preferem as coisas a arder? Eh pá, tenham juízo. Tenham juízo. Eu não quero, no seu ano, a zona industrial ardeu toda, em dois mil e doze. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não diga asneiras. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Ardeu a Luso Finsa, ardeu a zona industrial. Porque a sua lógica leva a que haja um fogo e você não limpe. Foi ou não foi? Porque havia palhuço desta altura lá. É verdade isto. Ardeu em dois mil e doze, a zona industrial ardeu toda. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Ardeu foi em dois mil e treze. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Doze! -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Treze! -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não, em treze foi a encosta do Dão. Andei lá eu com um coiso a apagar o fogo. Está a compreender? Em dois mil e doze, no seu tempo, Artur, da dra. Isaura, ardeu a zona industrial toda com palhuço, porque vocês andaram assim: “Ah, os proprietários particulares quem limpem e não sei quê”, e deixaram tudo por limpar. E veio o fogo, ardeu a zona industrial. Tenham juízo. Comigo isso não acontece. Eu prefiro pôr o dinheiro do meu bolso. Eu prefiro pôr dinheiro do meu bolso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: É seu o dinheiro do seu bolso, ou é do ordenado da câmara? Foi o que eu lhe perguntei. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Ó dr., mas agora o presidente de câmara não tem que ter um ordenado? Ó Artur, tenham vergonha. Vocês todos tenham vergonha com esta coisa da protecção civil. Tenham vergonha! E ó Dr. Alexandre, então porque há risco de incêndio, não se limpa, é isso? Oh, tenha juízo também, pá. Tenha juízo também. Mas então e as empresas param todas no país inteiro. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Ó Sr. Presidente, quando há risco máximo ou muito elevado, não pode usar aquele tipo de equipamentos. Volto-lhe a dizer, o senhor faça como entender. O senhor faça como entender. Aquilo que aconteceu a semana passada na Guarda foi uma capinadeira. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Vocês, eu vou-vos dizer uma coisa, vocês com a vossa perspectiva, são uns incendiários. Vocês é que são os verdadeiros incendiários. Vocês não limpam nada. Estão aqui com rodriguiños. Até lhe fica mal o senhor como técnico da protecção civil, uma enormidade. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: O senhor é que é um ignorante. O senhor é um ignorante e gosta de falar daquilo que não sabe. É como fazer limpezas dentro do espaço urbano. O senhor sabe que a continuidade vertical? O senhor sabe



Reunião de 26/07/2017

que a continuidade horizontal? Sabe quais são as condições em que um incêndio se propaga? Sabe qual é o perigo de ter palhuça à volta da câmara? Zero. Está a perceber? Zero. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Não é verdade, não é verdade que ardeu a zona industrial ardeu em dois mil e doze? Ardeu a zona industrial toda em dois mil e doze. Ah pois foi. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Ó Sr. presidente, eu só para terminar duas coisas então. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: O Senhor vai lá pôr, o senhor anda a pôr nos Cafés avisos que não podem fazer determinado tipo de acções e a própria câmara faz aquilo que diz que não pode pôr, não pode fazer. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Muita as pessoas. Tenha vergonha. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Ó Sr. presidente, eu só para terminar duas coisas então. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Vocês gostam de ver o fogo, eu não? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges perguntou: Ando há trinta anos a apagar fogos. O que é que o senhor fez? Vem aqui um gajo que andou na fanfarra a falar de coisas que acha que sabe de bombeiros. Você não sabe nada. Controle-se, que é para depois não ouvir respostas, para as pessoas não se exaltarem. Uma pessoa vem para aqui com uma postura séria e o senhor não admite que as outras pessoas tenham razão. Não tem razão. Não tem razão. Faz circo, acaba as reuniões, vai-se embora, insulta tudo e todos. E depois as pessoas não podem falar alto, são mal-educadas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Por que é que o senhor em Abril fez um contrato com a Princa e não fez estes contratos? Por que é que não fez em Abril? Por que é que não fez. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira continuou: Se está interessado nessa situação, não lhe peço muito, mas vá às Carvalhas, às pessoas que notificou, e limpe-lhe os terrenos que os notificaram. Eu depois só queria também só dizer uma coisa, Sr. presidente.---

---- O Senhor Presidente afirmou: Recuso-me a fazer política como vocês querem. Eu recuso-me a ouvir na reunião de câmara vereadores a porem a cobrança duma coisa em primeiro lugar do que a protecção. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Ó Sr. Dr., o senhor fala de protecção civil sem saber o que é a protecção civil, Sr. presidente. Veste o casaco. Veste o casaco. Veste o casaco. Está bem. E deu apoio aos bombeiros. Ó Sr. Presidente, afinal quem faz política é o Sr. presidente. É mentira. Quem faz política é o senhor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Olhe, a sua verdade é o senhor fazer contratos com a essa Princa para limpar terrenos e depois não põe as máquinas nos terrenos da câmara. Faz contratos e depois põe as máquinas, os funcionários a compô-las. Estão a ver aqui? É a mesma empresa. É isto que o senhor quer. É a verdade que o Senhor quer. E sabe de quem é esta empresa? Quem lhe andou a pôr os outdoors. Tenha vergonha. Não misture as questões políticas com as questões da câmara, Sr. presidente da câmara. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Só para chatear mais um bocadinho, diga-me lá como é que nós vamos fazer uma ratificação duma proposta, quando nós aprovámos hoje a ratificação da outra proposta? Pois. Portanto, devia ter feito logo se



Reunião de 26/07/2017

calhar a rectificação disso e nós aprovávamos agora. Portanto, o Sr. presidente não podia fazer aprovação duma situação que ainda sequer estava decidida em reunião de câmara. Mas passo isso ao de leve, e não é por causa disso que a gente vai deixar de fazer a votação. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Grandes interesses estão aqui metidos no meio deste barulho, Sr. presidente da câmara. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Bem, em primeiro, para lamentar, mais uma vez, este espectáculo deplorável que em muito me entristece e acho que entristece todo o público que está aqui a ver pensa que nós realmente somos uma cambada de delinquentes ou de doidos, que vimos para aqui insultar-nos uns aos outros. Enfim, olhe, Sr. presidente, isto tem sido por demais. Relativamente ao ponto em questão, eu quero fazer-lhe uma pergunta e quero que o senhor me responda. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Se eu quiser. Se quiser responder. Não é? -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves continuou: Sim, mas isso fica à sua consideração e à de quem está a ouvir e certamente à de quem lê a acta. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: A senhora tem o direito de fazer a pergunta e eu a resposta.

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves continuou: Claro que sim. Evidentemente. Aliás, já estou habituada a isso, nem esperava outra resposta de si. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: E quer ele continuar a ser presidente da câmara. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves continuou: Ó Marques, deixe-me lá acabar. Eu queria, portanto, perguntar por que é que da reunião anterior para esta, na modificação ao orçamento houve uma diferença de vinte e dois mil, que propõe agora, e na anterior eram cerca de trinta e cinco mil. Não. Eu estive aqui a ver, acho que era trinta e cinco. Não era? Trinta e cinco mil. Gostaria que me explicasse, porque, de facto, eu não consigo entender. Depois queria também perceber por que é que este ponto vem aqui na ordem de trabalhos como ratificação e não como aprovação. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Porque eu já deliberei. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves perguntou: E porque é que o senhor continua a deliberar? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Por minha iniciativa. Agora a senhora ratifica ou não. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Pois não, não ratifico porque estamos aqui todos a esquecer. Eu ainda não acabei. Eu ainda estou a começar. Ainda praticamente hoje ainda não usei tempo nenhum, eu estou a falar agora, agradeço que não me corte a palavra. Eu acho que na deliberação que fica relativamente a esta alteração ao orçamento deve ficar transcrito que o senhor cometeu uma ilegalidade. E o senhor tem que assumir que cometeu essa ilegalidade, porque toda a gente que aqui está, sabe perfeitamente que o senhor não podia adjudicar nem fazer obras sem haver cabimento no orçamento. E mais, o senhor melhor que ninguém, sabe muito bem que necessita de fazer os procedimentos necessários. Mas está-se a rir porquê? Onde é que está a piada? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: Da ignorância. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Da ignorância? Da sua ignorância, que nos faz a todos de parvos. Mas toda a gente sabe para que



Reunião de 26/07/2017

é que. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Fiz uma alteração orçamental, aprovei a alteração orçamental sem poderes, Ok? Essa alteração orçamental entrou imediatamente em vigor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não, só depois de ratificado, Sr. Presidente. Desculpe, Sr. Dr., só depois de ratificada. O senhor está a mentir mais uma vez. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: O senhor queria era que nós encapotássemos uma ilegalidade. O senhor queria era que lhe encapotássemos uma ilegalidade. Desculpe lá, mas o senhor acha que somos burros? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Dra. Célia, esclareça. -----

---- A Senhora Dr.^a Célia Tavares informou: Dada urgência para o Sr. presidente despachar. --

---- O Senhor Presidente afirmou: Claro, entra imediatamente em vigor, então. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves perguntou: Ó Dra. Célia, mas quem é que lhe disse, quem é que me diz a mim que o reforço de verbas não era para legalizar situações irregulares? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Isso é outra coisa. Ó Dra. Rita, isso. Dra. Rita, isso é outra coisa. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves perguntou: Ah é outra coisa? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Foi por isso que eu votei contra. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Mas nós votámos contra exactamente por isso. E já agora, no fim quero os esclarecimentos todos. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Então a figura da ratificação, para esta matéria ou para outra qualquer, é que em situações de urgência entra imediatamente em vigor o que foi decidido. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves perguntou: Mas qual era a urgência? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: Deixe-me dizer. Invoquei, está invocada: fogos florestais. Prevenção contra fogos florestais. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves perguntou: Mas está a brincar connosco? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Mas isso é outra questão. Se foi bem invocado ou não, é outra questão. O que estava a dizer é, que eu fiz, cometi uma ilegalidade que adjudiquei serviço sem ter orçamento. Isso não é verdade. Eu fiz uma alteração, ela entrou em vigor. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Mas o senhor sabe que não tem competência para isso. Tanto não tem, que a traz aqui para ser ratificada. Por que é que a fez? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Mas não para aprovar, para ratificar. Está bem? -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves perguntou: Então e mas não é a mesma coisa? -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Posso chamá-la ignorante outra vez? -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves respondeu:



Reunião de 26/07/2017

Não, ignorante é o senhor. E não lhe admito isso. Mal-educado. Poça. Por amor de Deus. ----
 ---- O Senhor Presidente afirmou: O pior cego é aquele que não quer ver. ----
 ---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Poça, Deus nos livre. Olhe, eu digo-lhe lá, se o senhor ganhar as eleições, mudo de terra, que eu tenha vergonha. Vergonha. ----
 ---- O Senhor Presidente perguntou: Mas a peixeirada, quem a está a fazer sou eu ou é Vossa Excelência? ----
 ---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Então chama-me ignorante, não me deixa falar. ----
 ---- O Senhor Presidente afirmou: Chamo. Eu expliquei-lhe, a senhora não quis aceitar a explicação, o que é que quer que eu lhe diga? ----
 ---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Pois não, porque está-me a fazer de burra e burra eu não sou. Nem eu, nem ninguém que está aqui.
 ---- O Senhor Presidente afirmou: Ó Dra. Célia, explique aqui à Sra. Dr.^a qual é a figura da ratificação. Ouça a dra. Célia, que não sou eu -. A figura da ratificação visa o quê? Diga lá à dra., para ver se ela aprende alguma coisa. ----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Casos inadiáveis e urgentes. ----
 ---- O Senhor Presidente perguntou: Então, e como é que funcionou neste caso? ----
 ---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: E qual era, eu estou-lhe a perguntar, qual era o caso urgente? Qual era a urgência? ----
 ---- O Senhor Presidente respondeu: A limpeza. ----
 ---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Como disse o Artur, aqui no meio de Nelas, em pleno mês de Julho, ao fim de já terem ardido não sei quantos hectares no país. ----
 ---- O Senhor Presidente afirmou: Eh pá, vocês. Desculpem lá, vamos ser um bocadinho sérios. Têm aqui os mapas. Ó Artur, desculpem, pá, vocês têm aqui o mapa do que foi limpo. Então, vê lá os mapas do que foi limpo. Foi limpo. ----
 ---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Mas não foi em Julho. Não foi em Julho. ----
 ---- O Senhor Presidente afirmou: Ó Artur, deixa-me dizer. Eh pá, não foi o centro de Nelas, foi as zonas industriais, desculpa, foi o Prado, em Vilar Seco, foi a CUF Quimigal, foi o loteamento em frente aos fornos eléctricos, que é espaço público. Pelo menos estes foram limpos. Ó dr. Marques, foram os terrenos particulares. Mas não foi o centro de Nelas. ----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Ali ao lado do cineteatro quem é que limpou? Fui eu que lá andei? Foi a câmara que limpou. Foi o dono que lá andou? ----
 ---- O Senhor Presidente perguntou: Mas porquê, não limpei bem? Na 24 de Junho foi a câmara que limpou. ----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Pois, pois foi. Pois. O Sr. Dr. sabe muito o que é que anda para aí a fazer. ----
 ---- O Senhor Presidente perguntou: Dra. Rita, já acabou? ----
 ---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves respondeu: Não, não, não acabei. ----



Reunião de 26/07/2017

---- O Senhor Presidente afirmou: Mas não há ilegalidade nenhuma, até porque hoje nós demos sem efeito essa alteração orçamental número treze, eu peço desculpa. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Não, desculpe, continua a haver ilegalidade, porque o senhor sabe muito bem que não tem competência nessa matéria e o senhor decide, invoca um motivo de urgência que aqui ninguém entende, aliás, o dr. Alexandre acabou de explicar que ninguém entende que em pleno mês de Julho, quando até é proibido, o senhor se lembre que tem que fazer limpezas urgentes, sabendo perfeitamente que por lei é proibido, só isso já é em si uma ilegalidade. Então, mas eu não posso falar? Agora o senhor é que manda no meu raciocínio? E naquilo que eu quero falar? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Vamos avançar, o Artur Jorge tem que ir embora. Vá. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves continuou: Mas, olha agora. Bem, continuando. O senhor não tem competência nessa matéria para decidir, portanto, não tinha nada que decidir invocando motivo, falsos motivos, e depois trazer aqui para ratificar como se nós fôssemos todos muito burros e ninguém tem nada que questionar nada, eu não tenho, não temos que perguntar mas afinal isto é ou não para quê este reforço de verbas? Será que é para cobrir serviços irregulares que já foram feitos sem cabimento, se procedimento, sem concurso? É legítimo perguntar isto. Mas por que é que quando nós perguntamos isto, o senhor fica tão exaltado e tão nervoso? E depois vem para a rua com um comunicado vergonhoso, vergonhoso, mas que realmente foi dos maiores tiros no pé que o senhor deu nos últimos tempos, porque eu acompanhei, publicou na página do município, distribuiu porta a porta, que achei realmente uma coisa fantástica, mas foi, de facto, um tiro no pé. Porque toda a gente, Sr. presidente, toda a gente viu perfeitamente aquilo que o senhor pretendia. E agora eu acho que o senhor, da mesma forma que lançou esse comunicado, devia fazer agora um desmentido e dizer a verdade. Não lhe parece? Não responde? É porque o senhor usa e abusa do poder que tem e depois faz, acha que nós somos uns tolitos, estou farta de lhe dizer, que vimos aqui às quartas-feiras de quinze em quinze dias e temos que dizer ámen às suas loucuras, e às suas ilegalidades, e aos seus negócios e muito mais. E eu, desculpe, mas não estou para isso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Voltando às considerações que fez e à ligeireza com que encara a protecção civil, deixo aqui um desejo: que não aconteça nada como aconteceu em Mangualde, ou em Viseu, ou em Pedrógão Grande, porque a culpa não vai ser sua, nem de mais ninguém. E também não é as limpezas, onde as anda a fazer, que vão impedir que isso aconteça. Portanto, eu espero bem que não aconteça nada para o bem dos proprietários deste concelho, porque por aquilo que o senhor diz, parece que está tudo resolvido, e, portanto, se acontecer, alguém pode fazer a análise contrária àquilo que o senhor aqui está a afirmar. E eu gostava de lhe fazer só mais uma pergunta, já que o senhor, já que eu não percebo nada e fica-me mal, então vamos a coisas mais técnicas. Qual foi a comissão que deliberou a limpeza destas faixas, estas áreas? Quem foi? Há acta? Qual foi? Foi o que a lei prevê? Estão inscritas no plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, que tem um programa e tem uma área que deve ser, que tem as áreas que devem ser intervencionadas ou é feito *ad hoc*? Ou aquelas que estão inscritas no plano municipal de defesa da floresta contra incêndios estão por fazer? Eu não quero, eu não queria trazer este tipo de coisas, mas imagine que agora, ao momento que a gente está a falar,



Reunião de 26/07/2017

acontece um incêndio e depois se vem a provar que as faixas de gestão de combustível que deviam estar feitas, não estão? Se o senhor me trata da maneira que trata, ou como acabou de tratar a mim e aos outros vereadores, eu acho que pode chegar aqui e dizer que a culpa que é sua, porque não executou aquilo que devia, andou a executar outras coisas onde não devia, a gastar dinheiro onde não devia, a substituir-se a proprietários onde não devia. Esperemos que não aconteça nada. Como esperemos que as máquinas que o senhor contratou, que tem, ouça, o senhor tem tanto cuidado com tanta coisa e diz aqui na própria alteração que nós vamos aprovar, que as duas empresas vão trabalhar com tractor e moto-roçadoras. Que não pode, a lei no seu artigo vinte e um e no artigo trinta diz que não pode fazer isso quando o risco é muito elevado e máximo. E nós, eu falo-lhe nisto por uma questão de precaução e o senhor diz que eu é que tenho, que devo ter vergonha. Pronto, obrigado. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito bem. Relativamente a esta questão da modificação ao orçamento municipal número catorze só um esclarecimento ao Sr. vereador Alexandre. O presidente de câmara, que é o responsável máximo da protecção civil municipal, reúne e contacta com regularidade, quer os comandantes dos bombeiros, os corpos de bombeiros, a GNR, o Sepna. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Pois, mas sabe que o senhor falou aqui no conselho municipal de segurança quem tem que se pronunciar é o conselho municipal de defesa da floresta contra incêndios. Se calhar foi. Mas convém, e convém que seja e que ninguém está aqui, façam as limpezas, eu, pelo menos, não estou. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, uma abstenção do Senhor Vereador Artur Ferreira e um voto contra da Senhora Vereadora Dr.ª Rita Neves, ratificar a modificação ao Orçamento Municipal n.º 14 e às Grandes Opções do Plano n.º 14, para o ano de 2017. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto: Muito obrigado, Sr. presidente. A abstenção tem a ver também com aquilo que já foi dito na última reunião, basicamente são trabalhos que já estão efectuados e é importante pagar a quem fez esses trabalhos, não concordando com alguns sítios onde foram feitos esses trabalhos. Basicamente é isso. Eu pedia mais uma vez que o ponto 8 fosse votado já, senão eu vou ter que me ir embora mesmo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques apresentou a seguinte declaração de voto: Obrigado, Sr. presidente. Eu votei favoravelmente, porquanto se provou hoje aqui nesta reunião com os documentos que nos foram presentes, que o Sr. presidente da câmara há quinze dias atrás queria fazer uma alteração de trinta e nove mil euros para legalizar trabalhos já prestados a dois ou três fornecedores, e, de facto, não os legalizou, hoje estamos a legalizar trabalhos que efectivamente foram feitos depois dessa reunião, no valor de vinte mil euros. Portanto, por isso voto favoravelmente. E poupámos aqui dezoito mil setecentos e seis euros.

--- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges apresentou a seguinte declaração de voto: Posso? Voto favoravelmente, pelas razões aludidas agora pelo Sr. vereador Manuel Marques, exactamente porque, em contraponto com aquilo que eu fiz na anterior alteração, e nem sequer pondo em causa a questão do valor, que era de trinta e cinco e agora passa para menos, tem apenas e só a ver com a legalidade dos trabalhos que foram feitos, mas estando feitos, não constituíram, portanto, não deram origem a nenhum foco de incêndio e, portanto,



Reunião de 26/07/2017

voto favoravelmente. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves perguntou: Desculpe, mas eu sou invisível hoje? O seu cavalheirismo eu já conheço, deixa-me sempre para último, mas por amor de Deus, Sr. presidente, deixe-me falar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Uma declaração de voto? Está bem. Faz favor. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves apresentou a seguinte declaração de voto: Ah, muito obrigada. Só para dizer, que eu votei contra. O meu voto contra, como é óbvio, nada se prende com o facto de as limpezas serem feitas, pelo contrário. Não se ponha com esse seu ar de cínico, porque me enerva. E qualquer dia eu passo-me mesmo, e espeto-lhe dois bofardos, que é aquilo que me anda a apetecer há muito tempo. E olhe, e vou daqui, mas vou satisfeita. Não admito isso, nem a si, nem a ninguém. Entende? Não, mas não porque as pessoas que aqui estão já sabem. Um homem que já me mandou à merda em plena reunião de câmara. Dois bofardos, para si não é nada. Portanto, agradeço que não se ponha com esse ar a olhar para mim. Porque não me intimida em nada. Não me intimida em nada. Pelo contrário. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Pôs em causa o teu casamento, pôs em causa o teu estado civil, não tem vergonha nenhuma, pá, aquele senhor. Não tem vergonha nenhuma. É um desavergonhado. E quer este homem, a dizer que merece a confiança do povo de Nelas. Isto é inacreditável num concelho civilizado. Mentiu aos sete costados. Ah, peço desculpa, Rita. Pensei que já tinhas acabado. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Dra. Rita, faz favor de prosseguir. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves continuou: Posso? Eu peço. Não. Eu ainda nem comecei, mas realmente isto não é fácil. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu vou pôr no YouTube o que a senhora acaba de dizer. Também vou pôr no YouTube o que a senhora acaba de dizer. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves perguntou: Mas gravou? Gravou? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Está gravado. Eu vou pôr a gravação. Eu vou pôr a gravação no YouTube o que a senhora acaba de dizer ao presidente de câmara, está bem? -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves continuou: Ponha com imagem. Ponha com imagem. Olhe, ponha com imagem, porque. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Mas posso pôr? -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves respondeu: Pode. claro que sim. Porque olhe que em áudio ninguém ouve, não estão para isso. Com imagem é muito mais interessante. Mas ponha também as outras todas, aquela em que me mandou à merda, em que me deu figos, ofereceu figos caralhetos. Ponha tudo, já agora. E depois as pessoas farão o seu julgamento. E ponha também o seu ar, porque o ar que o senhor põe quando eu estou a falar, que também é oportuno e dá outro ênfase ao filme. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Ah, isso não fica gravado. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves continuou: Pois, é pena, é o que eu estou a dizer, falta, temos que passar a ter aqui um *cameraman*. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Olhe, faça favor de falar, que eu não quero levar dois bofardos, vá. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves continuou:



Reunião de 26/07/2017

Isto, portanto, o meu voto contra nada se prende com a questão das limpezas, pelo contrário, prende-se com o facto, que de facto houve aqui uma ilegalidade, o senhor tentou branquear comportamentos e eu não compactuo com isso. Para além do mais, lançou um comunicado insultuoso e vergonhoso. E por esse mesmo motivo, e porque eu continuo a achar que aquilo que o senhor tinha feito na ratificação à modificação do orçamento anterior mais não era do que um branqueamento das suas irregularidades e das suas negociatas, que como eu já disse anteriormente, o senhor não podia adjudicar nem fazer obras sem haver cabimento ao procedimento concursal, eu voto contra porque não estou aqui para branquear as suas irregularidades, nem para pactuar com as suas ilegalidades e afins. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Reforço as negociatas, reforço as negociatas, que eu digo quais elas são depois das eleições. Reforço que ainda estou a tempo. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves continuou: E já agora, isto não tem a ver com a declaração de voto, mas eu peço desculpa aos presentes, mas realmente não é fácil estar aqui ao fim de três horas, a ouvir insultos, bate bocas, provocações, berros, baixarias. Eu, a minha experiência, a minha curta experiência na política, portanto, foi esta, não será outra, e foi deveras traumatizante. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Relativamente a esta matéria estamos conversados. Eu pedia só aqui, antes de passarmos ao Artur, à questão da discussão do último ponto, que discutíssemos, porque está aqui alguém também interessado e pode querer ir embora, relativamente a isto, que é a questão do subsídio do paço, do reforço do 5.1. Alguém se opõe a que o 5.1 seja discutido de imediato e a seguir o 8.1? -----

---- Assim, com o acordo de todos os Membros do órgão executivo, foram antecipados para discussão e votação os seguintes assuntos da agenda: -----

5 – SUBSÍDIOS

(317/2017/07/26)5.1.PROPOSTA DE ADITAMENTO AO PROTOCOLO APROVADO NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10/05/2017 COM A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DO PAÇO, DE CANAS DE SENHORIM – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO DE 5.000,00 EUROS PARA SUBSTITUIÇÃO DO PAVIMENTO DA SEDE SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO - APROVAÇÃO

---- Presente a proposta de aditamento ao Protocolo, aprovado na reunião ordinária de 10/05/2017, com a Associação Recreativa e Cultural do Paço, de Canas de Senhorim, referente à atribuição de apoio financeiro de 5.000,00 euros para substituição do pavimento da sede social dessa Associação, que a seguir se transcreve: -----

---- *“PROPOSTA DE ADITAMENTO AO PROTOCOLO APROVADO EM REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM 10/05/2017* -----

---- *Entre:* -----

---- 1.º *“MUNICÍPIO DE NELAS”, com sede no Largo do Município, 3520-001 Nelas, titular do NIPC 506 834 166, representado, nos termos legais, pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Borges da Silva, como Primeiro Outorgante e adiante designado “Município”/“Câmara Municipal”, E* -----

---- 2.º *“ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DO PAÇO”, com sede na Av. António*



MUNICÍPIO DE NELAS
NELAS
 VIVE

Reunião de 26/07/2017

João Pais Miranda, 3525-012 Canas de Senhorim, titular do NIPC 501 822 933, representada, nos termos legais, pelo Exmo. Senhor Presidente da Direção, Nuno Pereira, como Segunda Outorgante e adiante designada “Associação”. -----

---- *Considerando:* -----

---- 1 - *Que em reunião ordinária pública realizada em 29 de março de 2017, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio financeiro, no valor de 30.000,00€ (trinta mil euros), à Associação Recreativa e Cultural do Paço, destinado às obras de substituição do fibrocimento da cobertura da sede social;* -----

---- 2 - *Que em reunião da Câmara Municipal realizada em 10 de maio de 2017 foi aprovado o protocolo que diz respeito à deliberação da Câmara Municipal datada de 29 de março de 2017;* -----

---- 3 - *Que durante a execução das obras de substituição do fibrocimento da cobertura da sede social, verificou-se ser necessário proceder-se à substituição do pavimento, por este se encontrar em considerável estado de degradação;* -----

---- 4 - *Que a substituição do pavimento da sede social da “Associação” orça em cerca de 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros);* -----

---- *É celebrado o presente aditamento ao protocolo aprovado em reunião da Câmara Municipal realizada em 10 de maio de 2017, que se rege pelos considerandos supra e ainda pelas cláusulas seguintes:* -----

---- *ADITAMENTO:* -----

---- 1 - *O “Município” compromete-se a prestar apoio financeiro à “Associação” no montante de 5.000,00€ (cinco mil euros) para a substituição do pavimento da sua sede social, montante este a acrescer ao montante de 30.000,00€ (trinta mil euros), já deliberado em 29 de março de 2017 e que consta do protocolo aprovado em 10 de maio de 2017.* -----

---- 2 - *O valor do apoio referido no número anterior (5.000,00€) será pago à “Associação” até final do mês de agosto de 2017.* -----

---- 3 - *As obras referenciadas terão como dono de obra a “Associação”, pelo que esta deverá cumprir o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.* -----

---- 4 - *Concluídas as obras de substituição do fibrocimento da cobertura da sede social e de substituição do pavimento, a “Associação” deverá fazer prova dos pagamentos realizados no prazo de 30 (trinta dias).* -----

---- *Pelos Outorgantes foi declarado que aceitam o presente aditamento com todas as suas condições, de que tomaram inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam nos termos nele expressos e nos demais impostos pela Lei.* -----

---- *E por estarem de acordo vão assinar as partes, em dois exemplares.”* -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Relativamente a este reforço do Paço, foi verificado no decorrer das obras que é necessário substituir o pavimento, reforçar o pavimento porque ele é muito frágil e, portanto, isso orça no valor aproximado de sete mil euros, seis mil e quinhentos euros ou sete mil euros, e está aqui proposto um reforço de apoio financeiro para o paço para concluir as obras de cinco mil. Algum dos Srs. vereadores se quer pronunciar relativamente a isto? Faz favor, dr. Marques. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu lamento que Vossa Excelência não tivesse usado também aqui para resolver o problema da associação, a figura da



Reunião de 26/07/2017

ratificação. Devida ter feito. E escusava de estar ali o Sr. director do Paço. O senhor que usa para a limpeza, usa a compra da Nelcivil que a sua colega até se absteve, devia ter usado aqui também. E garanto que para associações, Sr. presidente da câmara, eu ratifico-lhas todas. Não ratifico, sabe o que é que eu não ratifico, Sr. presidente da câmara, é as suas negociatas. Essas é que eu não ratifico. Essa história da legalização desses trabalhos da Nelcivil e outras, Sr. presidente da câmara. Podia ter ratificado. Ia descansado, que ninguém lhe vota contra, esteja descansado. Porque eu sei, eu sei o que é a vida associativa. Por mim, por mim. Não, mas ouça ó Sr. dr., eu cá que podia dizer isso, eu sei o que é a vida associativa, aquele senhor é que não sabe porque nunca lá andou. Percebem? Nunca lá andou. E quando uma vez o desafiei para fazer um empréstimo pessoal para, deu de frosques. Deu de frosques. Fugiu. ----

---- O Senhor Presidente afirmou: Olhe, eu fui presidente do bairro da igreja quatro ou cinco anos. Não fui? Não fui? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Sr. presidente, naturalmente que, naturalmente que votarei favoravelmente a esta proposta. Apenas lhe queria recordar quando fizemos a votação do valor inicial eu o tinha alertado que o valor era insuficiente e que era necessário que fosse reforçado. Eu acho que na altura até acho que falei em mais dez mil euros. E, portanto, era apenas e só isso. E também gostaria que o Sr. presidente na próxima intervenção, quando visitar as obras, penso que o deve fazer, deve, as duas coisas, acho que o vai fazer e acho que o deve efectivamente fazer, que não volte a dizer aquilo que disse da última vez, que o senhor até queria dar subsídios ao Paço, mas que os vereadores que não deixavam. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não, ó Alexandre, isso não é verdade. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Não vou dizer quem é que me disse. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Já ninguém acredita nele, Sr. Dr. Já ninguém acredita nele. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Mas isso deve ser má-língua do Facebook. Vamos. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Sr. presidente é só sobre este aditamento de protocolo, e no seguimento que disse o vereador Alexandre, eu propunha que fosse sete mil e quinhentos atribuídos em vez dos cinco mil. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não há cabimento orçamental para isso. Há muitos pagamentos para fazer. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Mas deixe-me explicar porquê, Sr. presidente. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Ó Artur, isso é demagogia, pá. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Deixe-me, então eu já lhe explico por que é que é demagogia. Nós temos, por exemplo, duas associações. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Vamos dar trinta mil. O Paço não quer trinta mil ou quarenta mil? Isto é só demagogia. Ó Artur, desculpa, o senhor passou a reunião a dizer que a câmara está falida, tu aumentas o subsídio. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira perguntou: Quer cá ficar sozinho?

Então vá-se embora. Olhe, Sr. presidente, o senhor vai à casa de banho, o Sr. presidente vai à casa de banho. O Sr. presidente vai à casa de banho, mas nós continuamos com. Nós como temos quórum, eu pedia à Sra. vice-presidente para tomar lugar, para assumir a direcção da



Reunião de 26/07/2017

reunião, que eu tenho mais que fazer do que ir à casa de banho várias vezes ao dia. A minha proposta é no seguinte: houve duas associações. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Ó Sr. Ramos, Sr. Ramos, tenha calma. Sr. Ramos, por favor. Não, não, o Sr. Presidente foi à casa de banho, como vocês ouviram. Está bem? ----

--- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Não, não está em intervalo. Não, não, não. Houve associações aqui que pediram valores a diferença para cima quando havia obras que não chegava ao valor que era e foi-lhe aceite o total de valor. É essa a situação que é igualdade para a toda a gente. É só isso que eu pretendo, mais nada. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Vamos só aguardar que o Sr. presidente regresse, para passarmos à votação. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: O Rancho Folclórico de Vale de Madeiros e a Associação da Aguieira. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Vamos aguardar um pouquinho. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Vamos prosseguir. A proposta que está efectuada e não pode ser alterada em reunião de câmara, são cinco mil euros. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Sr. presidente, qual é a lei? Qual é a norma? Qual é a norma que diz isso? Qual é a norma que diz isso?

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de aditamento ao Protocolo aprovado na reunião ordinária de 10/05/2017, com a Associação Recreativa e Cultural do Paço, de Canas de Senhorim, com a atribuição de mais um apoio financeiro de 5.000,00 euros, para substituição do pavimento da sede dessa Associação. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Ponha cinco mil euros, está bem? E agende já para a próxima reunião de câmara, está bem, a proposta do Sr. vereador Artur Jorge Ferreira. Está bem? E depois se não houver dinheiro, eu farei uma declaração de voto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Quase que foi uma ameaça. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu farei uma declaração de voto que foi deliberado nesta câmara, sem nenhuma destas propostas, uma lista de pagamento de subsídios, onde conta o subsídio do Paço, há menos de um mês, há menos de um mês, há menos de um mês foi aprovado aqui um subsídio, ninguém propôs atribuição de subsídio nenhum, a câmara tem, até final do mês de Agosto, à volta de trezentos mil euros de apoios financeiros ao movimento associativo para pagar, para pagar. Ó Sr, o senhor tem que estar calado. Para nervosos bastamos nós. Se todos ficamos nervosos é uma chatice. Portanto, a questão do apoio financeiro que o Artur Jorge Ferreira quer inscrever faz favor, faz favor de fazer um requerimento para inclusão na próxima agenda da reunião de câmara. Eu como presidente de câmara, ficam já a saber, se não houver montantes financeiros na câmara face aos compromissos já assumidos, porque o Artur Jorge Ferreira propôs a atribuição, propôs de forma que eu considero, e com todo o respeito, irresponsável, a atribuição de sete mil e quinhentos euros, mas não disse de que capítulo é que se vai buscar os dois mil e quinhentos euros para pagar nesta despesa. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O Sr. Presidente assumiu a falência da Câmara. Então, a câmara não tem dois mil e quinhentos euros. -----

---- O Senhor Presidente continuou: Portanto, Vamos avançar ou não vamos avançar? -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: É a prova, não tem dois



Reunião de 26/07/2017

mil e quinhentos euros. Mas tem dois mil para dar uma avença para fazer as actas. -----
 ---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto: É só, a declaração de voto, votei favoravelmente, naturalmente votava favoravelmente. Acho que por uma questão de igualdade, e perante outras associações acho que era merecido também que fosse feito esse valor, que era o valor remanescente daquilo que necessitavam, já foi feito aqui. -----
 ---- O Senhor Presidente perguntou: Mas que associações? -----
 ---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira respondeu: Olhe, o Rancho Folclórico de Vale de Madeiros e a Associação da Aguieira. -----
 ---- O Senhor Presidente afirmou: Quinze mil euros. -----
 ---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Mais três mil quatrocentos e tal euros para conclusão da obra, Sr. presidente. Está no protocolo. -----
 ---- O Senhor Presidente afirmou: Está mais, mas são dezoito mil e o Paço teve trinta mil. ----
 ---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Está bem, ó Sr. presidente, mas então e a Associação da Aguieira teve quarenta mil. Também se formos por essa ordem de ideias. E ainda bem. Não é só isso, acho que é uma questão de igualdade. Acho que não é por dois mil e quinhentos euros. -----

8 – OUTROS AGENDAMENTOS

(318/2017/07/26)8.1.PARQUE DE CARAVANISMO DE NELAS – LOCALIZAÇÃO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO (PEDIDO DE AGENDAMENTO DO SENHOR VEREADOR ARTUR JORGE DOS SANTOS FERREIRA)

---- Presente um requerimento, datado de 18 de julho de 2017, do Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira, que a seguir se transcreve: -----
 ---- *“Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Dr. José Borges da Silva. -----
 ---- C/C Câmara Municipal. -----
 ---- Para efeitos do determinado nos artigos 5.º e 9.º do Regimento da Câmara Municipal de Nelas, requer-se ao Senhor Presidente a inclusão no Período da Ordem do Dia da reunião a realizar no próximo dia 26, a proposta: -----
 ---- Parque de Caravanismo de Nelas – Localização. Discussão e votação. -----*
 ---- O Senhor Presidente afirmou: Tem a palavra o Sr. vereador Artur Jorge Ferreira que propôs este ponto a discussão. O ponto da situação relativamente ao parque de caravanismo na quinta do Pomar é que não vai, é uma obra da responsabilidade da Junta de Freguesia de Nelas, em cooperação. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não é nada connosco. Se é da junta. -----
 ---- O Senhor Presidente afirmou: Tem a palavra o Sr. vereador Artur Jorge, uma vez que nem sequer me querem ouvir. Faz favor. E não vai acontecer nenhuma construção de nenhum parque de caravanismo na Quinta do Pomar, está bem? É a garantia do presidente de câmara, está bem? -----
 ---- A Senhora Vereadora Dr.ª Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: No outro dia a garantia era: “contra tudo e contra todos, o presidente de câmara vai construir”. Hoje. -----



Reunião de 26/07/2017

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Sr. presidente, é só, que eu tenho mesmo que sair. Também está, tenho mesmo que sair, já pedi quinze minutos ao colega, e muito havia para dizer, mas também só três ou quatro situações que acho que era importante. Na última reunião de câmara foi invocando aqui este ponto, a maior parte dos vereadores ou todos os vereadores não concordaram com, não, foi tocado, tocado, tocado o assunto. Não concordaram com aquela localização, até porque tínhamos sempre sido informados que a localização para fazer o parque de caravanismo seria junto ao estádio municipal. Depois, eu agora, depois disto que eu vi escrito quer por, depois houve cartas também que fizeram chegar à câmara para nós, mas pelo menos para mim, não veio a carta que foi chegada à câmara. Vieram duas para o presidente da câmara e não veio para os vereadores. Mas eu entretanto também já. A carta dum delegado munícipe de Nelas. Francisco Dias Gomes. Que veio para o presidente da câmara, está em duplicado, mas acho que veio uma também que, veio uma também para os vereadores e não veio para nós. Estão cá duas do presidente de câmara. O que eu acho engraçado é que para, eu agora nos últimos tempos tive que ler a legislação de como é que é instalado um parque de caravanismo, de autocaravanas, e campismo também. Agora estou quase apto para isto. E vindo de uma pessoa que até é sócia daquelas associações, as justificações que dão não têm nada a ver com aquilo que é necessário depois para um parque de autocaravanismo. São muito mais, aquilo para fazer um parque de autocaravanismo não é qualquer pessoa que, não se pode fazer de qualquer maneira, tem regras muito específicas e muito complicadas de chegar lá. Isto é uma situação. Outra situação é que se está tão preocupado com o parque de caravanismo, pode ser privado, não tem que ser a câmara a fazê-lo. Por que é que não fazem eles próprios também a expensas próprias e façam as taxas? Depois é outra situação também que é importante, se a câmara não tem nada a ver com isso por que é que a câmara se tem que meter ao barulho? Devia ser só a junta de freguesia, Sr. presidente. Nós aqui já decidimos, o Sr. presidente e todos estávamos mais ou menos de acordo que seria lá em cima, era só focar esse ponto e pronto, se a junta quisesse fazer, que o fizesse onde quisesse, não tinha que ser a câmara sequer a imiscuir-se nessa situação. Os terrenos onde ele vai ser feito, não ponho, não vou falar aqui porque isso depois há-de ser feito noutra situação, outras oportunidades para o fazer. Acho que também como não vai ser feito, também não temos nada que fazer isso. Mas o parque de autocaravanismo ia muito além de ser feito, tinha que ser feito o regulamento, tinha que pagar umas taxas, tinha que fazer isso tudo. E as coisas estão feitas assim um bocadinho ao de leve. E queria, não está cá o munícipe, mas como ele não está cá, também não estou para falar muito mais sobre isso. Havia também os moradores desse prédio, dos prédios adjacentes também se manifestaram contra essa localização, se calhar, fruto até de não saberem o que é, de não se ter nem sequer informado essas pessoas do que é que ia ser lá feito, mas também acho que não era o sítio ideal para aquilo. Até porque na planta que foi feito o loteamento, não estava previsto sequer esse parque de autocaravanismo, e acho que o PDM também não prevê isso, que o PDM próprio também devia prever essa situação. Agora, no Pomar há algumas coisas que é necessário fazer, Sr. presidente. É preciso lá pôr uma luz atrás dos prédios, porque já, pelos vistos já têm reclamado os moradores com a falta dessa iluminação; é preciso, como o Sr. presidente e bem, diz, para fazer a limpeza dos espaços que são da câmara. Portanto, são espaços que estão à frente dos prédios, que pelos vistos, são da câmara e que a câmara tem limpo, mas depois fica lá às vezes o lixo e nem sequer depois é



Reunião de 26/07/2017

posto lá jardim, nem nada disso. Ou se dá aos moradores para tratarem daqueles espaços, ou então acho que tem que ser mais amiúde também tratado isso. E depois, a justificação que é dada também pelo presidente da câmara para não fazer isso, dá quase a entender que somos todos uns doidinhos e que não queríamos cá sequer o parque de autocaravanismo. Olhe, veio uma notícia ontem que Mangualde vai ter um parque de autocaravanismo. E onde é que foi feito? No centro de Mangualde. Que é a praia fluvial. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não, não, foi na praça da câmara, mesmo em frente à câmara. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira continuou: Portanto, se é do centro histórico que eles queriam, por que é que eles foram pô-lo na praia? Também, se calhar eles estão, não devem ter conhecimento das coisas. Depois, mas eu queria falar era com o Sr. delegado, mas ele não está cá, também não vou estar a entrar nesse campo. Porque era importante ele também esclarecer algumas coisas para, se calhar, eu o esclarecer a ele. Por aquilo que ouvi escrito daquilo que ele escreveu do que é um parque de autocaravanismo, se calhar ele precisa próprio de ser esclarecido de algumas coisas. De momento era só, Sr. presidente. Só para terminar, Sr. presidente. Como a proposta era, porque o ponto era discussão e votação, localização, eu propunha que se quisesse, se assim entender, que a localização ficasse decidida aqui e que aquela primeira que o Sr. presidente até disse, junto ao parque, ao estádio municipal, que fosse aí a localização do parque de autocaravanismo de Nelas a efectuar por um privado ou pela junta ou pela câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sr. presidente, olhe, eu digo-lhe uma coisa, Vossa Excelência, que é atento, está aqui o parque de caravanismo que o senhor propôs no anterior Executivo, isto é apenas um *layout* que consta do projecto já efectuado pela Arq.^a Denisa. Ao contrário daqueles que o Senhor manda fazer aos outros. É o *layout*, vocês sabem, há pessoas na plateia que sabem o que é um *layout*, isto estava previsto para a Quinta da Cerca, que ele também colaborou na altura. Mas por interesse, não sei quê, veio para ali. Sr. presidente da câmara, o senhor que mandou para aqui as cartas, é um senhor afecto ao Partido Socialista, é um indivíduo que fez o projecto, não, mas isto convém ser dito, não tem imparcialidade absolutamente nenhuma. Não é imparcial. O Francisco Gomes não é imparcial, é um combatente contra as demais forças político-partidárias. E há aqui outra coisa que é fundamental, Sr. presidente da câmara. Vossa Excelência sabendo que aquele terreno era dos bombeiros, pode pôr em causa o que o senhor quiser, mas aquele terreno é dos bombeiros, e quando fizemos a escritura em Celorico, Sr. presidente da câmara, este terreno, o que foi justificado foi o terreno para os bombeiros. Mas Vossa Excelência já não me admira aquilo que faz pelos bombeiros, porque quando os bombeiros em dois mil e sete pediram lá em cima aquele terreno onde uma cegonha deixou cair uma pedra e nasceu ali um monumento, você diz “manifesto-me contra a autorização por parte dos bombeiros para o efeito de levantamento ou venda, devendo assim o terreno anteriormente cedido, reverter a favor do município”. Foi Vossa Excelência que o disse em doze de Junho de dois mil e dezasseis. O senhor gosta tanto dos bombeiros de Nelas e de Canas de Senhorim como eu gosto da primeira camisa que vesti, que não sei onde é que ela pára. O senhor só gosta de associações porque paga com dinheiro que não é seu, porque quando o desafiam para esse efeito pessoalmente, o senhor foge, dá de frosques. Uma vez desafiei-o para dizer quanto é que deu de subsídio aos bombeiros, o senhor nunca me trouxe. Sabe o que é que o senhor



Reunião de 26/07/2017

pagou? Quando lhe foram encher a piscina. Foi esse subsídio que o senhor deu. E diga os subsídios pessoais que o senhor dá aos bombeiros. Diga-me. Aos de Nelas e aos de Canas de Senhorim. O senhor gosta dos bombeiros como eu gosto do que agora está a correr na praça em Londres ou uma praça qualquer de Londres, ou de Espanha ou da Alemanha ou da Checoslováquia. É isso que o senhor gosta. Devia ter ouvido os bombeiros e dizer-lhes e falar com eles. Porque o terreno é deles, está registado e está escriturado. Porque o outro terreno que o senhor diz que é a esse que se refere, está no alvará de loteamento, Sr. presidente da câmara. E o senhor sabe tão bem quanto eu, ou melhor, já disse, tirou o curso na Faculdade de Direito, sabe que o Regimento do Registo e Notariado, Registo Predial, número dois diz lá como é que se registam e com alvará de loteamento regista-se um terreno. Não é preciso fazer uma escritura. A escritura foi feita para o terreno que o senhor invadiu mais a junta de freguesia. E com uma gravidade, Sr. presidente da câmara, mesmo não sendo dos bombeiros, mas é, Vossa Excelência, porque é um terreno de domínio público, devia ter auscultado o órgão. Não, mais o seu amigo da junta de freguesia, juntaram-se os dois, tomaram o café e lembraram-se “vamos fazer aqui, eu ponho um comunicado na rua, aqueles gajos são uns malucos não deixam lá fazer o parque”. Uma vergonha. E quer Sr. presidente da câmara continuar a ser presidente da Câmara Municipal de Nelas. Olhe, traga a certidão do arguido e demita-se. Que eu vou trazer o processo. Eu vou trazer a participação, conforme ela deu entrada no tribunal e como eu fui ouvido pela PJ. Traga. Traga e demonstre aqui que não há processos contra si. Traga. Traga, Sr. presidente da câmara. E termino por aqui hoje. Já não falo mais. Termino por aqui. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Sr. presidente, eu, sinceramente, quero-lhe dar os parabéns a si e incluo-me nisso, porque penso da mesma maneira, acho que Nelas, o concelho, deve ter um parque de autocaravanismo ou uma estação ou as várias modalidades que aqui estão elencadas naquilo que acabou por nos remeter desta vez. Eu falo porque está agendado, mas da maneira como vou começar a intervenção, se isto é uma competência ou se é uma intenção da junta de freguesia, eu não sei, se calhar é um bocado, estamos aqui a falar um bocadinho para o boneco. Mas ainda assim, o que eu volto-lhe a dizer, volto-lhe a dizer que acho que não é o melhor sítio para fazer, eu acho que o concelho deve ter um ou até mais do que um, porque eu vi algures num documento que consultei no *site* desta associação, que uma estação ficaria à volta dos três mil euros. E se é esse valor, e se cruzarmos com a justificação que o Sr. presidente diz num comunicado, que isto vai dinamizar o turismo, que vai dinamizar o comércio e o centro histórico, eu tenho algumas dúvidas que assim seja, mas vamos dar isso de barato, se estamos a falar de investimentos desta ordem, não faça um, faça mais do que um. Fale com a Junta de Canas de Senhorim. Olhe, eu pessoalmente, acho que do ponto de vista turístico o concelho terá interesse do ponto de vista dos eventos culturais, de alguns que tem. Aqui, em Santar, em Canas de Senhorim e noutros sítios. A outra coisa é o interesse daquilo que está instalado, daquilo que existe, seja paisagístico, seja natural, seja arquitectónico. Não sei se posso continuar. E, portanto, aí claramente, e não tenho nada contra Nelas, não é propriamente a vila de Nelas o chamariz de turistas para o concelho. E, portanto, eu continuo a achar que o melhor sítio para este tipo de turismo, até por aquilo que vi aqui, são as Caldas de Felgueira. Quando muito, talvez Santar. Acho que tem que ter árvores, tem que, se tivermos o rio, se tivermos umas termas ali ao lado. E depois, deixe-me que lhe diga outra coisa, se o Sr.



Reunião de 26/07/2017

presidente põe do ponto de vista, com dramatismo que o parque de autocaravanistas vai servir para catapultar a economia local do centro histórico, e vamos admitir que isso é verdade, então se isso é verdade, faça onde é mais necessário. Se há sítio neste concelho que precisa de ser revitalizado e dinamizado do ponto de vista também económico, é as Caldas da Felgueira. E, portanto, mais uma razão, pegando nos seus argumentos, para que a localização não seja ali. Porque onde ele é efectivamente mais necessário, então é onde, falemos do ponto de vista da atractividade, mas se aquilo é uma coisa assim tão boa, vamos dar de barato que é, então façam onde, coloque-o onde é mais necessário, que é nas Caldas da Felgueira. Ou faça mais um. Mas aquilo também é concelho de Nelas, não é só aqui. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu, deixem-me dar este esclarecimento também, Quinta do Pomar. Já diz, ó dra. Rita, é só um bocadinho. Portanto, a Quinta do Pomar, não será feito lá o parque de caravanismo, até porque houve alguns moradores que levantaram algumas reservas relativamente a essa construção. Um esclarecimento também relativamente àquilo que o Sr. vereador Manuel Marques acabou de referenciar relativamente ao terreno dos bombeiros, eu já tive uma reunião com os bombeiros em que essa questão com a direcção dos bombeiros em que essa questão foi colocada, e foi-me apresentada uma cópia duma escritura de justificação e doação de vinte e nove de Setembro de dois mil e onze em que interveio a Sra. presidente da câmara à época, em dois mil e onze, a Dra. Isaura, e quem fez a justificação, o trato sucessivo e a justificação deste terreno, foi o Luís Costa, o Dr. Manuel Marques e o Alberto Manuel Moreira. E intervieram em nome dos bombeiros, o José António Montenegro, o Manuel Rodrigues, pronto, e outras pessoas que aqui estão. E é referenciado aqui, que nessa venda desse terreno, escritura em que o Dr. Manuel Marques deve ter perfeito conhecimento do que é que estava a ceder aos bombeiros, é uma pessoa que interveio a fazer a justificação do terreno para a órbita pública da câmara, e depois o doou aos bombeiros, está dito que aquele terreno foi criado na matriz um artigo próprio, porque não tinha, porque no alvará do loteamento não tinha lote próprio, era uma área de cedência, e o que é dito na escritura é que “é cedido um prédio urbano composto de terreno de construção urbana com área de seiscentos e nove metros quadrados”. E é dito, e já tem o artigo da matriz e com o valor patrimonial tal, terreno esse, terreno este, este, que foi cedido, mencionado no registo de autorização do loteamento pela apresentação dois de dezasseis de Julho de mil novecentos e noventa da ficha mil cento e quarenta e quatro. Ora, nós fomos à conservatória, de acordo com o compromisso que eu assumi com todos e com os bombeiros, também nos documentos que foram enviados aos Srs. vereadores vai o alvará de loteamento em que consta um terreno “A”, identificado como “A”, que era destinada. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Não é isso que está em discussão agora. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: É só um bocadinho. Deixa-me dar esclarecimento, ó Artur.

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Eu tenho que me ir embora, Sr. presidente. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: E portanto, fui. Desculpe lá, fui ver a ficha, terreno esse, mencionado no registo de autorização do loteamento pela apresentação dois de dezasseis de Julho de noventa. Ó Artur, mas o Dr. Marques pôs. Desculpa lá. E a ficha, a apresentação dois de dezasseis de Julho de noventa diz: “serão cedidos a título gratuito à câmara municipal as seguintes áreas descritas nas plantas de síntese e apresentação do loteamento: área destinada



Reunião de 26/07/2017

às futuras instalações dos Bombeiros Voluntários de Nelas: seiscentos e nove, deixe-me acabar. Seiscentos e nove metros. Portanto, o terreno que consta da escritura, desta escritura feita em Celorico da Beira, é a parcela “A”, terreno destinado aos bombeiros voluntários”. ----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: É mentira, é mentira! Olhe as confrontações. Veja as confrontações. Veja lá. Não seja mentiroso. Veja lá. Veja as confrontações. Veja as confrontações com os bombeiros. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Portanto, não houve intervenção nenhuma da câmara em terreno dos bombeiros. Isso é mentira. Este senhor sabe. Aqui o Sr. Dr. Manuel Marques sabe, porque interveio na escritura, que o que está a dizer é uma mentira grossa, grosseira. É isso mesmo. Não digo mais nada. Não pode falar, está bem? Vamos continuar. Não pode falar, ó Sr. Eng.º Não sabe que isto é uma reunião de câmara? Não pode falar. Não pode falar. Não ouviu? Fala no final da reunião, está bem? Não pode. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Eu só, então, fazia uma sugestão, isso é outra situação que tem que se resolver, fazia uma sugestão, se fosse possível, que é a seguinte, visto que existem, se calhar, então aqui diferentes localizações, fazia, o serviço fazia um levantamento tendo em conta aquilo que está previsto no Decreto-Lei e na Portaria a ver qual era a melhor situação para localizar isso e temos cá moradores, aqui do prédio, não sei se o Sr. presidente quer dar a palavra a esses moradores ou não. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Vamos, a proposta concreta, Artur, desculpa, a proposta concreta é que os serviços façam o levantamento relativamente ao parque de caravanismo, é isso, noutra local que não o pomar, é isso? Pronto. Então concordam com esta proposta? Que seja na Mata das Alminhas, nas Caldas da Felgueira. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.ª Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: No cabeço ou Folhadal. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Então, quem vota contra, quem vota contra este a proposta do proponente Artur Jorge Ferreira, no sentido dos serviços da câmara fazerem o levantamento da possível localização de um ou mais parques de autocaravanismo que os Srs. vereadores sugeriram que possa ser no parque desportivo, nas Caldas da Felgueira, em Santar, na Quinta da Cerca, no Cabeço, no Folhadal e noutras localizações, ok? Pronto. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar que os Serviços Municipais procedam ao levantamento de possíveis localizações na área do Concelho para a instalação de um, ou mais parques de caravanismo. -----

3 - CONTABILIDADE

3.3. MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL N.º 15 E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO N.º 15, DO ANO DE 2017 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Este assunto foi retirado da Ordem de Trabalhos. -----

3.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA, DA DESPESA E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, RELATIVA AO DIA 30 DE JUNHO DE 2017 – CONHECIMENTO

---- Presentes os documentos referentes à Execução Orçamental da Receita, da Despesa e das Grandes Opções do Plano, à data de 30 de junho de 2017, os quais ficam anexos a esta ata (Anexo III), fazendo dela parte integrante. -----



Reunião de 26/07/2017

---- O Senhor Presidente pergunta: Algum dos Srs. vereadores se quer pronunciar relativamente a isto? -----

---- A Câmara tomou conhecimento dos documentos relativos à Execução Orçamental da Receita, da Despesa e das Grandes Opções do Plano, à data de 30 de junho de 2017. -----

---- **Retirou-se da reunião o Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira.** -----

4 – DIVERSOS

(319/2017/07/26)4.1.DIREITO DE PREFERÊNCIA LEGAL NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DA CASA PRONTA – EXERCER, OU NÃO, O DIREITO DE PREFERÊNCIA. LOCAL: RUA DO ESTREMADOURO, EM SANTAR. REQUERENTE: CRCPCOM DE NELAS – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 5198, datada de 14 de julho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Direito de Preferência Legal no Âmbito do Procedimento da Casa Pronta – Exercer, ou não, o direito de preferência. Local: Rua do Estremadouro, em Santar. Requerente: CRCPCom de Nelas* -----

---- *I – Petição* -----

---- *Com vista à realização de um processo casa pronta, agendado para o próximo dia 24 de julho, a entidade requerente solicita a V. Ex^a que se digne informar se sobre o prédio abaixo identificado, existe direito de preferência por parte dessa autarquia e Igespar, e em caso afirmativo se a mesma o pretende exercer na transmissão que vai ser efetuada. A venda será efetuada pelo preço de 8 000,00 €.* -----

---- *Trata-se de uma casa de habitação c/ 2 pavimentos, sito na Rua do Estremadouro, em Santar, com o artigo 56 da Freguesia de Santar e Moreira.* -----

---- *II - Enquadramento Legal* -----

---- *De acordo com o Decreto-Lei n.º 263A/2007 de 23 de julho na redação do Decreto-Lei n.º 125/2013, de 30 de agosto:* -----

---- *Artigo 18.º - Envio eletrónico da informação necessária ao exercício do direito legal de preferência.* -----

---- *1. O alienante pode remeter os elementos essenciais ao exercício do direito legal de preferência pelo Estado, Regiões Autónomas, municípios, outras pessoas coletivas públicas ou empresas públicas por uma via eletrónica única, mediante a inscrição dos elementos essenciais da alienação em sítio na Internet de acesso público, nos termos a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça.* -----

---- *2. O envio da informação nos termos previstos no número anterior substitui a notificação para preferência, nos termos gerais.* -----

---- *3. O disposto nos números anteriores não é aplicável aos casos referidos no n.º 5 do artigo seguinte.* -----

---- *Artigo 19.º - Exercício do direito legal de preferência* -----

---- *1. O exercício do direito legal de preferência pelo Estado, Regiões Autónomas, municípios, outras pessoas coletivas públicas ou empresas públicas está dependente de manifestação prévia da intenção de exercer este direito em sítio na Internet, em termos a*



Reunião de 26/07/2017

definir na portaria referida no n.º 1 do artigo anterior, se o alienante tiver usado da faculdade aí prevista. -----

---- 2. Independentemente do prazo legal para o exercício do direito de preferência, o ato previsto no número anterior deve ser praticado no prazo de 10 dias a contar da data de inscrição dos elementos essenciais da alienação, nos termos previstos no artigo anterior. -----

---- 3. Se o prazo legal do exercício do direito de preferência for inferior a 10 dias, o prazo de manifestação prévia da intenção de exercer aquele direito é reduzido para igual período. -

---- 4. Se a manifestação prévia da intenção de exercer o direito de preferência não for efetuada dentro do prazo, caduca o direito de preferência. -----

---- 5. O regime previsto neste artigo não se aplica às alienações de imóveis abrangidas pelo regime previsto no Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho. -----

---- III. Análise da pretensão -----

---- O imóvel encontra-se localizado em Área de Reabilitação Urbana. -----

---- De acordo com o Regime jurídico da reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto) -----

---- Artigo 58.º - Direito de preferência -----

---- 1 — A entidade gestora tem preferência nas transmissões a título oneroso, entre particulares, de terrenos, edifícios ou frações situados em área de reabilitação urbana. -----

---- PARECER DOS SERVIÇOS -----

---- Pelo exposto, a Câmara Municipal poderá decidir no sentido de exercer ou não exercer o Direito de Preferência. -----

---- No entanto, e tendo em consideração: -----

---- 1. Que segundo o artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para a tomada de decisão é da Câmara Municipal; -----

---- 2. Que devido à alienação do imóvel em causa estar a decorrer no âmbito do processo “Casa Pronta” cujo prazo para pronúncia é de 10 dias úteis, findo os quais a ausência de resposta será considerada como resposta negativa. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----

---- O Senhor Presidente afirmou: A inclusão de Santar, Nelas, Canas de Senhorim e Felgueira na área de reabilitação urbana, aprovada em assembleia municipal, implica que as alienações de imóveis, sobre essas haja um direito de preferência por parte da câmara municipal. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: E não só. Olhe que não só. Quem é que é o dono da Quinta da Touriga? -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Portanto, relativamente ao 4.1 quem se quer pronunciar? -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, não exercer o Direito de preferência Legal no Âmbito do Procedimento da Casa Pronta, do imóvel sito na Rua do Estremadouro, em Santar, em que é requerente a CRCPCom de Nelas, nos termos da informação interna n.º 5198, datada de 14 de julho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

(320/2017/07/26)4.2.DIREITO DE PREFERÊNCIA LEGAL NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DA CASA PRONTA – EXERCER, OU NÃO, O DIREITO DE



Reunião de 26/07/2017

PREFERÊNCIA. LOCAL: RUA DO SOITO, EM NELAS. REQUERENTE: CRCPCOM DE NELAS – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 5246, datada de 18 de julho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Direito de Preferência Legal no Âmbito do Procedimento da Casa Pronta – Exercer, ou não, o direito de preferência. Local: Rua do Soito, em Nelas. Requerente: CRCPCom de Nelas -----*

---- *I – Petição -----*

---- *Com vista à realização de um processo casa pronta, agendado para o próximo dia 24 de julho, a entidade requerente solicita a V. Ex^a que se digne informar se sobre o prédio abaixo identificado, existe direito de preferência por parte dessa autarquia e Igespar, e em caso afirmativo se a mesma o pretende exercer na transmissão que vai ser efetuada. A venda será efetuada pelo preço de 86 000,00 €. -----*

---- *Casa de habitação composta de rés-do-chão e 1º andar, sito ao Soito, na freguesia e concelho de Nelas, inscrito na matriz sob o artigo 1852, descrito nesta Conservatória sob o n.º 1899 da freguesia de Nelas. -----*

---- *II - Enquadramento Legal -----*

---- *De acordo com o Decreto-Lei n.º 263A/2007 de 23 de julho na redação do Decreto-Lei n.º 125/2013, de 30 de agosto: -----*

---- *Artigo 18.º - Envio eletrónico da informação necessária ao exercício do direito legal de preferência -----*

---- *1. O alienante pode remeter os elementos essenciais ao exercício do direito legal de preferência pelo Estado, Regiões Autónomas, municípios, outras pessoas coletivas públicas ou empresas públicas por uma via eletrónica única, mediante a inscrição dos elementos essenciais da alienação em sítio na Internet de acesso público, nos termos a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça. -----*

---- *2. O envio da informação nos termos previstos no número anterior substitui a notificação para preferência, nos termos gerais. -----*

---- *3. O disposto nos números anteriores não é aplicável aos casos referidos no n.º 5 do artigo seguinte. -----*

---- *Artigo 19.º - Exercício do direito legal de preferência -----*

---- *1. O exercício do direito legal de preferência pelo Estado, Regiões Autónomas, municípios, outras pessoas coletivas públicas ou empresas públicas está dependente de manifestação prévia da intenção de exercer este direito em sítio na Internet, em termos a definir na portaria referida no n.º 1 do artigo anterior, se o alienante tiver usado da faculdade aí prevista. -----*

---- *2. Independentemente do prazo legal para o exercício do direito de preferência, o ato previsto no número anterior deve ser praticado no prazo de 10 dias a contar da data de inscrição dos elementos essenciais da alienação, nos termos previstos no artigo anterior. -----*

---- *3. Se o prazo legal do exercício do direito de preferência for inferior a 10 dias, o prazo de manifestação prévia da intenção de exercer aquele direito é reduzido para igual período. -*

---- *4. Se a manifestação prévia da intenção de exercer o direito de preferência não for efetuada dentro do prazo, caduca o direito de preferência. -----*



Reunião de 26/07/2017

---- 5. O regime previsto neste artigo não se aplica às alienações de imóveis abrangidas pelo regime previsto no Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho. -----

---- III - Análise da pretensão -----

---- O imóvel encontra-se localizado em Área de Reabilitação Urbana. -----

---- De acordo com o Regime jurídico da reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto) -----

---- Artigo 58.º - Direito de preferência -----

---- 1 — A entidade gestora tem preferência nas transmissões a título oneroso, entre particulares, de terrenos, edifícios ou frações situados em área de reabilitação urbana. -----

---- IV - PARECER DOS SERVIÇOS -----

---- Pelo exposto, a Câmara Municipal poderá decidir no sentido de exercer ou não exercer o Direito de Preferência. -----

---- No entanto, e tendo em consideração: -----

---- 1. Que segundo o artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para a tomada de decisão é da Câmara Municipal; -----

---- 2. Que devido à alienação do imóvel em causa estar a decorrer no âmbito do processo “Casa Pronta” cujo prazo para pronúncia é de 10 dias úteis, findo os quais a ausência de resposta será considerada como resposta negativa. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, não exercer o Direito de Preferência Legal no Âmbito do Procedimento da Casa Pronta, do imóvel sito na Rua do Soito, em Nelas, em que é requerente a CRCPCoM de Nelas, nos termos da informação interna n.º 5246, datada de 18 de julho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

(321/2017/07/26)4.3.DIREITO DE PREFERÊNCIA LEGAL NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DA CASA PRONTA – EXERCER, OU NÃO, O DIREITO DE PREFERÊNCIA. LOCAL: RUA SACADURA CABRAL, EM NELAS. REQUERENTE: CRCPCOM DE NELAS – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 5302, datada de 19 de julho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -----

---- “Direito de Preferência Legal no Âmbito do Procedimento da Casa Pronta – Exercer, ou não, o direito de preferência. Local: Rua Sacadura Cabral, em Nelas. Requerente: CRCPCoM de Nelas -----

---- I – Petição -----

---- Com vista à realização de um processo casa pronta, agendado para o próximo dia 31 de julho, a entidade requerente solicita a V. Exª que se digne informar se sobre o prédio abaixo identificado, existe direito de preferência por parte dessa autarquia e Igespar, e em caso afirmativo se a mesma o pretende exercer na transmissão que vai ser efetuada. A venda será efetuada pelo preço de 65 000,00 €. -----

---- Fração autónoma designada pela letra "N", do prédio urbano em regime de propriedade horizontal sito na Rua da Fonte Nova, Estrada de Mangualde ou Rua Sacadura Cabral, na vila, freguesia e concelho de Nelas, inscrito na matriz sob o artigo 3009. -----



Reunião de 26/07/2017

- II. Enquadramento Legal -----
- De acordo com o Decreto-Lei n.º 263A/2007 de 23 de julho na redação do Decreto-Lei n.º 125/2013, de 30 de agosto: -----
- Artigo 18.º - Envio eletrónico da informação necessária ao exercício do direito legal de preferência. -----
- 1. O alienante pode remeter os elementos essenciais ao exercício do direito legal de preferência pelo Estado, Regiões Autónomas, municípios, outras pessoas coletivas públicas ou empresas públicas por uma via eletrónica única, mediante a inscrição dos elementos essenciais da alienação em sítio na Internet de acesso público, nos termos a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça. -----
- 2. O envio da informação nos termos previstos no número anterior substitui a notificação para preferência, nos termos gerais. -----
- 3. O disposto nos números anteriores não é aplicável aos casos referidos no n.º 5 do artigo seguinte. -----
- Artigo 19.º - Exercício do direito legal de preferência -----
- 1. O exercício do direito legal de preferência pelo Estado, Regiões Autónomas, municípios, outras pessoas coletivas públicas ou empresas públicas está dependente de manifestação prévia da intenção de exercer este direito em sítio na Internet, em termos a definir na portaria referida no n.º 1 do artigo anterior, se o alienante tiver usado da faculdade aí prevista. -----
- 2. Independentemente do prazo legal para o exercício do direito de preferência, o ato previsto no número anterior deve ser praticado no prazo de 10 dias a contar da data de inscrição dos elementos essenciais da alienação, nos termos previstos no artigo anterior. -----
- 3. Se o prazo legal do exercício do direito de preferência for inferior a 10 dias, o prazo de manifestação prévia da intenção de exercer aquele direito é reduzido para igual período. -
- 4. Se a manifestação prévia da intenção de exercer o direito de preferência não for efetuada dentro do prazo, caduca o direito de preferência. -----
- 5. O regime previsto neste artigo não se aplica às alienações de imóveis abrangidas pelo regime previsto no Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho. -----
- III. Análise da pretensão -----
- O imóvel encontra-se localizado em Área de Reabilitação Urbana. -----
- De acordo com o Regime jurídico da reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto) -----
- Artigo 58.º - Direito de preferência -----
- 1 — A entidade gestora tem preferência nas transmissões a título oneroso, entre particulares, de terrenos, edifícios ou frações situados em área de reabilitação urbana. -----
- PARECER DOS SERVIÇOS -----
- Pelo exposto, a Câmara Municipal poderá decidir no sentido de exercer ou não exercer o Direito de Preferência. -----
- No entanto, e tendo em consideração: -----
- 1. Que segundo o artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para a tomada de decisão é da Câmara Municipal; -----
- 2. Que devido à alienação do imóvel em causa estar a decorrer no âmbito do processo



Reunião de 26/07/2017

“Casa Pronta” cujo prazo para pronúncia é de 10 dias úteis, findo os quais a ausência de resposta será considerada como resposta negativa. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.^a.” -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, não exercer o Direito de Preferência Legal no Âmbito do Procedimento da Casa Pronta, do imóvel sito na Rua Sacadura Cabral, em Nelas, em que é requerente a CRCPCom de Nelas, nos termos da informação interna n.º 5302, datada de 19 de julho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

(322/2017/07/26)4.4.REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REQUERENTES: SANDRA CRISTINA RIBEIRO RODRIGUES VIDEIRA E JOÃO MIGUEL MARQUES GONÇALVES – APROVAÇÃO

---- Presente um requerimento dos Senhores Sandra Cristina Ribeiro Rodrigues Videira e João Miguel Marques Gonçalves, solicitando a atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento do seu filho Martim Filipe Videira Gonçalves, no dia 25 de março de 2017. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, deferir o pedido dos requerentes Sandra Cristina Ribeiro Rodrigues Videira e João Miguel Marques Gonçalves, referente ao incentivo à natalidade pelo nascimento do seu filho Martim Filipe Videira Gonçalves, no dia 25 de março de 2017. -----

(323/2017/07/26)4.5.REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REQUERENTES: CLÁUDIA SOFIA CAVACO DA COSTA GOMES E MARCO ALEXANDRE HENRIQUES GOMES – APROVAÇÃO

---- Presente um requerimento dos Senhores Cláudia Sofia Cavaco da Costa Gomes e Marco Alexandre Henriques Gomes, solicitando a atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento da sua filha Francisca Costa Gomes, no dia 04 de junho de 2017. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, deferir o pedido dos requerentes Cláudia Sofia Cavaco da Costa Gomes e Marco Alexandre Henriques Gomes, referente à atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento da sua filha Francisca Costa Gomes, no dia 04 de junho de 2017. -----

(324/2017/07/26)4.6.REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REQUERENTES: PAULO ALEXANDRE DA SILVA E SOUSA E SUSANA ISABEL CORREIA PINTO SOUSA – APROVAÇÃO

---- Presente um requerimento dos Senhores Paulo Alexandre da Silva e Sousa e Susana Isabel Correia Pinto Sousa, solicitando a atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento do seu filho Guilherme Pinto de Sousa, no dia 08 de fevereiro de 2017. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, deferir o pedido dos requerentes Paulo Alexandre da Silva e Sousa e Susana Isabel Correia Pinto Sousa, referente à atribuição do incentivo à natalidade pelo nascimento do seu filho Guilherme Pinto de Sousa, no dia 08 de fevereiro de 2017. -----

(325/2017/07/26)4.7.REGULAMENTO DE INCENTIVOS À CRIAÇÃO DO PRÓPRIO EMPREGO NO MUNICÍPIO DE NELAS – APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS – ATA DO JÚRI – APROVAÇÃO



Reunião de 26/07/2017

---- Presente a informação interna n.º 5009, datada de 06 de julho de 2017, do Senhor Dr. Luís Costa, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Regulamento de Incentivos à Criação do Próprio Emprego no Município de Nelas – Apresentação de candidaturas -----*

---- *No âmbito do Regulamento de Incentivos a Criação do Próprio Emprego, decorreu entre 29 de Dezembro de 2016 a 08 de Maio de 2017 um período de apresentação de candidaturas, durante o qual foram apresentadas 9 propostas. -----*

---- *Assim, tendo em conta os critérios de avaliação definidos no artº 5.º do Regulamento de Incentivos a Criação do Próprio Emprego no Município de Nelas, e os critérios para a graduação das candidaturas publicadas no Edital, considera-se que as 9 Candidaturas devem ser aprovadas (pontuação igual ou superior a 3 pontos), conforme grelha de avaliação dos critérios definidos para as candidaturas, com a respetiva análise, graduação e fundamentação, elaborada pelo júri do Procedimento, que segue em anexo. -----*

---- *Face ao exposto e em conformidade com o n.º 2 do art.º 6.º do Regulamento de incentivos a Criação do próprio emprego, coloca-se a consideração da Câmara Municipal a aprovação das candidaturas. -----*

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----*

---- Presente, também, a ata do Júri referente à avaliação e graduação das candidaturas ao Regulamento de Incentivos a Criação do Próprio emprego no Município de Nelas 2017, que a seguir se transcreve: -----

---- *“ATA DO JÚRI referente à avaliação e graduação das candidaturas ao Regulamento de Incentivos a Criação do Próprio emprego no Município de Nelas 2017 -----*

---- *No dia 05 de Julho de 2017, reuniu o Júri do Edital de 29 de Dezembro de 2016 para a atribuição do programa de incentivos à criação do próprio emprego no Município de Nelas, constituído por: Dr.a Sofia Relvas Marques, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nelas, como Presidente do Júri, Dr. Rui Almeida em representação do Presidente da Associação Industrial da Região de Viseu como 1º Vogal Efetivo e o Dr. Paulo Sousa em representação do Presidente da Associação Empresarial de Mangualde como 2º Vogal Efetivo. -----*

---- *Tendo em conta os critérios para a graduação das candidaturas, definidos no Edital de 29 de Dezembro 2016 e as condições de elegibilidade das candidaturas definidas no Regulamento de Incentivos à Criação do Próprio Emprego no Município de Nelas bem como os elementos constantes dos processos, o júri deliberou por unanimidade atribuir a pontuação a cada um dos candidatos, bem como elaborar a lista de ordenação final de avaliação dos candidatos ao Programa de Incentivos, que se anexa. -----*

---- *E não havendo mais assuntos a tratar, A Presidente do Júri, Dr.a Sofia Relvas deu por encerrada a reunião, cuja ata foi lida e aprovada, e vai ser assinada por todos os elementos do Júri.” -----*

---- O Senhor Presidente afirmou: Tem a palavra a Sra. vice-presidente de câmara para expor esta questão. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Ora, nós, a câmara tem neste momento três instrumentos de incentivo à empregabilidade, atracção e investimento. Um, vulgo, para os grandes investimentos, para mais de duzentos e cinquenta postos de trabalho, outro para a criação do próprio emprego e outro para o comércio tradicional. Este incentivo de criação do próprio emprego implica, como conhecem, a legislação está, o regulamento está aprovado e publicado em Diário da República, implicou um período de abertura para a recepção das propostas e todo o cumprimento dos requisitos que está no regulamento para aprovação dos



Reunião de 26/07/2017

mesmos. Hoje trazemos à câmara para que a câmara aprove a atribuição, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez projectos que entraram na Unidade Empreende e que foram analisados pela equipa técnica, com base no regulamento que temos na autarquia e, portanto, é com grande satisfação que, de facto, o impacto também desta estrutura criada para promoção da empregabilidade já noutros indicadores tem resultado, ou seja, também no contributo que faz no número e volume de formação profissional que tem decorrido no nosso concelho para vários níveis de competência, para várias áreas de competência, quer no apoio que faz às empresas, na realização de várias candidaturas de estágios profissionais, quer noutras dimensões, e agora na atribuição, de facto, de dez apoios directos à criação do próprio emprego no Município de Nelas, com a análise individual de cada um, que os Srs. vereadores podem constatar. Isto estima, acho que me falta aqui um quadro, estima um valor total à volta dos quarenta mil euros, não é Dra. Célia? A atribuição? Falta-nos aqui esse quadro. É um valor total na ordem dos quarenta mil euros e que virá, na próxima reunião de câmara, a correspondente alteração orçamental para lhe dar o conforto orçamental, passo o pleonasma, e podermos dar cumprimento, de facto, ao regulamento que aprovámos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu queria dizer duas coisas, se não se importa. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Sr. Dr. Marques, faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sr. presidente, eu proponho que Vossa Excelência aprove em ratificação já o apoio a estas pessoas. Sra. vice-presidente da câmara não precisa de vir. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Está bem. Muito obrigado. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Não precisa de vir à reunião de câmara para aprovarmos. Ratifique já. E ratificando, eu perguntava ao Sr. presidente da câmara, quando é que prevê pagar esses incentivos à empregabilidade? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Dr. Alexandre, faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Fiz uma pergunta, Sr. presidente. Precisava de resposta. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Eu só tinha aqui uma dúvida. A Sofia diz que nós que temos os elementos para ver. Eu não tenho elementos nenhuns. Tenho uma tabela. Se calhar, não chegou. Tenho uma tabela que me dá uma indicação de qual é o mérito do projecto e depois tenho aqui A1, A2, B1, B2, C, mas eu não sei o que é isto. -----

---- A Senhora Vice-Presidente afirmou: São os requisitos que estão no regulamento. Mas os processos estão na Unidade Empreende. Pode. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Não é isso. Acho que, pronto, se estão no regulamento, eu realmente olhei para isto e, se calhar, não lhe dei a devida atenção. Mas não consegui entender estas, não ponho em causa nenhum. Aliás, pelo que eu percebi, todos estes projectos vão ser apoiados, é isso? Pronto. A questão não é, nem sequer é essa. Eu acho que isso é secundário, sinceramente, portanto, eu gostaria efectivamente era que viesse para a câmara, até para nós termos alguma ideia do que é. Por exemplo, eu sei que a FísioUP é uma clínica que abriu em Canas de Senhorim ao pé das 4 esquinas, mas pronto, até por uma questão de curiosidade, se calhar, saber exactamente qual é o ramo de actividade ou outra coisa do género. Acho que era interessante para nós sabermos também o que é que é



Reunião de 26/07/2017

candidatado e o que é que é apoiado. -----
 ---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar as candidaturas apresentadas no âmbito do Regulamento de Incentivos à Criação do Próprio Emprego no Município de Nelas, nos termos da informação interna n.º 5009, datada de 06 de julho de 2017, do Senhor Dr. Luís Costa, da Unidade Empreende, atrás descrita. -----

6 - OBRAS PARTICULARES

6.1.INFORMAÇÃO DE DECISÕES GERADORAS DE CUSTO OU PROVEITO FINANCEIRO

6.1.1.LICENCIAMENTO DE OBRAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, DEFERIDOS E INDEFERIDOS – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a processos de licenciamentos de obras, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, deferidos e indeferidos, no período compreendido entre 06 e 19 de julho de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo IV), fazendo dela parte integrante. -----

6.1.2.LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO EMITIDAS – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a licenças de construção emitidas no período compreendido entre 06 e 19 de julho de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo V), fazendo dela parte integrante. -----

6.1.3.PROCESSOS DE LICENCIAMENTOS, COMUNICAÇÕES PRÉVIAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, ENTRADOS NOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares, referente a processos de licenciamentos, comunicações prévias, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, entrados na Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, no período compreendido entre 06 e 19 de julho de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo VI), fazendo dela parte integrante. -----

(326/2017/07/26)6.2.RELAÇÃO DE LICENÇAS E ADMISSÕES DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA, CADUCADAS, PRECEDIDAS DE AUDIÊNCIA PRÉVIA, NOS TERMOS DO ART.º 71.º, DO DEC.LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES – APROVAÇÃO

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a caducidade das licenças e admissão de comunicação prévia, a caducar, precedidas de audiência prévia, constantes na relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, nos termos do art.º 71.º, do Dec.Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com posteriores alterações, no período compreendido entre 22 de junho de 2017 e 19 de julho de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo VII), ficando dela parte integrante. -----



Reunião de 26/07/2017

(327/2017/07/26)6.3.RELAÇÃO DE PROCESSOS DEFERIDOS/INDEFERIDOS PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DO N.º 3, DO ART.º 35.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – RATIFICAÇÃO

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, ratificar a relação de processos deferidos/ indeferidos pelo Senhor Presidente da Câmara, no período compreendido entre 06 e 18 de julho de 2017, elaborada pela Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, nos termos do n.º 3, do art.º 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual fica anexa a esta ata (Anexo VIII), fazendo dela parte integrante. -----

(328/2017/07/26)6.4.RELAÇÃO DE LICENÇAS A CADUCAR, PRECEDIDAS DE AUDIÊNCIA PRÉVIA, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 121.º E 122.º, DO NOVO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 4/2015, DE 7 DE JANEIRO – APROVAÇÃO

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a relação de licenças a caducar, precedidas de audiência prévia, nos termos dos artigos 121.º e 122.º, do Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, no período compreendido entre 06 e 18 de julho de 2017, constantes na relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares, a qual fica anexa a esta ata (Anexo IX), fazendo dela parte integrante. -----

7 – LICENCIAMENTOS DIVERSOS

7.1.DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, POR DELIBERAÇÃO DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013 – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento das decisões proferidas pelo Senhor Presidente, ao abrigo da delegação de competências, por deliberação de 04 de novembro de 2013, designadamente: licenças especiais de ruído no âmbito do disposto no artigo 15.º, do Regulamento Geral do Ruído e uma atribuição de número de polícia, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo X), fazendo dela parte integrante. -----

(329/2017/07/26)7.2.ISENÇÕES CONCEDIDAS PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA AO ABRIGO DO ARTIGO 5.º, DO REGULAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS E OUTROS REGULAMENTOS – RATIFICAÇÃO

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, ratificar as isenções concedidas pelo Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo do artigo 5.º, do Regulamento de Taxas Municipais e outros regulamentos, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo XI), fazendo dela parte integrante. -----

(330/2017/07/26)7.3.PEDIDO DE DISPENSA DO ENVIO DA INFORMAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 85.º, DA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE 2017. LOCAL: CONCELHO DE NELAS. REQUERENTE: REN GASODUTOS, S.A. – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 5093, datada de 10 de julho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -----



Reunião de 26/07/2017

---- *“Pedido de dispensa do envio da informação prevista no artigo 85.º, da Lei do Orçamento do Estado de 2017 - Registo de entrada a responder: 2986 de 06/04/2017 - Requerente: REN Gasodutos, S.A. Local: Concelho de Nelas -----*

---- *I - Enquadramento Legal -----*

---- *1. A Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2017, Artigo 85.º - Taxas de direitos de passagem e de ocupação do subsolo -----*

---- *1 — Para efeitos de liquidação da taxa municipal de direitos de passagem e da taxa municipal de ocupação do subsolo, as empresas titulares das infraestruturas comunicam a cada município, até 31 de março de 2017, o cadastro das suas redes nesse território, devendo proceder à atualização da informação prestada até ao final do ano. -----*

---- *2 — Na ausência da comunicação a que se refere o número anterior, o município presume que as infraestruturas estão localizadas na totalidade dos metros lineares da respetiva rede viária urbana. -----*

---- *3 — A taxa municipal de direitos de passagem e a taxa municipal de ocupação do subsolo são pagas pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser refletidas na fatura dos consumidores. -----*

---- *4 — No primeiro semestre de 2017, é revista a Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro. -----*

---- *2 - O Decreto-Lei n.º 25/2017 de 3 de março, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2017, aprovado pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro. -----*

---- *Artigo 70.º - Taxa Municipal de direitos de passagem e taxa municipal de ocupação do subsolo -----*

---- *1 — O cumprimento do dever de comunicação previsto no n.º 1 do artigo 85.º da Lei do Orçamento do Estado é assegurado, até 31 de março de 2017, pelas empresas titulares das infraestruturas junto de cada município e atualizado até ao final do ano, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do mesmo artigo. -----*

---- *2 — No caso de o município ser detentor de informação do cadastro das redes de infraestruturas, ou tiver pleno acesso à mesma através de plataforma online, este dispensa a empresa titular das infraestruturas em questão, por solicitação desta, da prestação inicial da informação, devendo a mesma ser atualizada até ao final do ano, conforme o estatuído no referido artigo 85.º -----*

---- *3 — Até ao final do mês de abril de 2017, os municípios dão conhecimento à DGAL da informação a que se referem os números anteriores, nos termos por esta definidos. -----*

---- *4 — Decorrido o período previsto para a prestação de informação, as entidades reguladoras setoriais em razão da matéria avaliam a informação recolhida e as consequências no equilíbrio económico -financeiro das empresas operadoras de infraestruturas. -----*

---- *5 — Tendo em conta a avaliação referida no número anterior, o Governo procede à alteração do quadro legal em vigor, nomeadamente em matéria de repercussão das taxas na fatura dos consumidores. -----*

---- *II. Análise da pretensão -----*

---- *TAXAS MUNICIPAIS DE DIREITOS DE PASSAGEM E DE OCUPAÇÃO DO SUBSOLO / INFORMAÇÕES A DISPONIBILIZAR ATÉ 28 DE ABRIL -----*



Reunião de 26/07/2017

---- Os municípios devem disponibilizar à DGAL, até ao final do mês de abril de 2017, informação relativa à taxa municipal de direitos de passagem e à taxa municipal de ocupação do subsolo, designadamente em matéria de cadastro das redes de infraestruturas, nos termos do disposto no Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2017*, conjugado com o previsto na Lei de Orçamento do Estado para 2017**. *n.º 3 do artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março ** n.os 1 e 2 do artigo 85.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro

---- A Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) é aprovada anualmente por cada município, com um valor até 0,25%, aplicável apenas a serviços de comunicações fixas. A receita reverte integralmente para o município. A TMDP é devida pela utilização do solo e subsolo para a passagem das infraestruturas necessárias à prestação dos serviços de comunicações eletrónicas. -----

---- Nos municípios onde é cobrada a TMDP, as empresas estão obrigadas a incluir nas faturas dos clientes, de forma expressa, o valor da taxa a pagar. -----

---- O valor das taxas de ocupação do subsolo resulta de uma metodologia de cálculo única e aprovada pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos. O valor final é determinado pela assembleia municipal. -----

---- O Sistema de Informação Centralizado (SIC) é o Sistema de Informação Centralizado, previsto no DL n.º 123/2009, e que assegura a disponibilização de informação relativa às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas. É uma plataforma de acesso a informação atualizada sobre infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas, que contempla nomeadamente, ao nível do planeamento e ordenamento do território, os seguintes elementos: -----

---- - cadastro com informação completa e georreferenciada das infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas; -----

---- - procedimentos e condições aplicáveis ao acesso e utilização das infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas; -----

---- - anúncios de construção de novas condutas e outras infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas; -----

---- - informação sobre os procedimentos e condições de que depende a atribuição de direitos de passagem para a construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas. -----

---- A empresa requerente informa que o Município já possui o cadastro de redes de infraestruturas fornecido em 2005 e solicita a dispensa do envio da informação.-----

---- III - PARECER DOS SERVIÇOS -----

---- Assim sendo, tendo o Município acesso ao cadastro das redes de infraestruturas da REN, Gasodutos, S.A., nos termos do artigo 70.º Decreto-Lei n.º 25/2017 de 3 de março, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2017, aprovado pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, julgo que se poderá dispensar a empresa da apresentação do cadastro das infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.^a” -----

---- O Senhor Presidente leu: Julgo que se poderá dispensar a empresa da apresentação do cadastro das infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges perguntou: Portanto, ó Sr.



Reunião de 26/07/2017

presidente, isto é para instalação de, peço desculpa, de comunicações? Redes de comunicação feitas pela REN – Gasodutos, é isso? -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o pedido de dispensa do envio da informação prevista no artigo 85.º, da Lei do Orçamento do Estado de 2017, em que requerente a empresa REN Gasodutos, S.A., nos termos da informação interna n.º 5093, datada de 10 de julho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

(331/2017/07/26)7.4.PEDIDO DE DISPENSA DO ENVIO DA INFORMAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 85.º, DA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE 2017. LOCAL: CONCELHO DE NELAS. REQUERENTE: GASCAN, S.A. – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 5088, datada de 10 de julho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Pedido de dispensa do envio da informação prevista no artigo 85.º, da Lei do Orçamento do Estado de 2017 - Registo de entrada a responder: 3029 de 31/03/2017 - Requerente: GASCAN, S.A. Local: Concelho de Nelas -----*

---- *I - Enquadramento Legal -----*

---- *1. A Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2017, Artigo 85.º - Taxas de direitos de passagem e de ocupação do subsolo -----*

---- *1 — Para efeitos de liquidação da taxa municipal de direitos de passagem e da taxa municipal de ocupação do subsolo, as empresas titulares das infraestruturas comunicam a cada município, até 31 de março de 2017, o cadastro das suas redes nesse território, devendo proceder à atualização da informação prestada até ao final do ano. -----*

---- *2 — Na ausência da comunicação a que se refere o número anterior, o município presume que as infraestruturas estão localizadas na totalidade dos metros lineares da respetiva rede viária urbana. -----*

---- *3 — A taxa municipal de direitos de passagem e a taxa municipal de ocupação do subsolo são pagas pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser refletidas na fatura dos consumidores. -----*

---- *4 — No primeiro semestre de 2017, é revista a Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro. -----*

---- *2. O Decreto-Lei n.º 25/2017 de 3 de março, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2017, aprovado pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, Artigo 70.º - Taxa Municipal de direitos de passagem e taxa municipal de ocupação do subsolo -----*

---- *1 — O cumprimento do dever de comunicação previsto no n.º 1 do artigo 85.º da Lei do Orçamento do Estado é assegurado, até 31 de março de 2017, pelas empresas titulares das infraestruturas junto de cada município e atualizado até ao final do ano, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do mesmo artigo. -----*

---- *2 — No caso de o município ser detentor de informação do cadastro das redes de infraestruturas, ou tiver pleno acesso à mesma através de plataforma online, este dispensa a empresa titular das infraestruturas em questão, por solicitação desta, da prestação inicial da informação, devendo a mesma ser atualizada até ao final do ano, conforme o estatuído no referido artigo 85.º. -----*



MUNICÍPIO DE NELAS
NELAS
 VIVE

Reunião de 26/07/2017

---- 3 — Até ao final do mês de abril de 2017, os municípios dão conhecimento à DGAL da informação a que se referem os números anteriores, nos termos por esta definidos. -----

---- 4 — Decorrido o período previsto para a prestação de informação, as entidades reguladoras setoriais em razão da matéria avaliam a informação recolhida e as consequências no equilíbrio económico -financeiro das empresas operadoras de infraestruturas. -----

---- 5 — Tendo em conta a avaliação referida no número anterior, o Governo procede à alteração do quadro legal em vigor, nomeadamente em matéria de repercussão das taxas na fatura dos consumidores. -----

---- II. Análise da pretensão -----

---- TAXAS MUNICIPAIS DE DIREITOS DE PASSAGEM E DE OCUPAÇÃO DO SUBSOLO / INFORMAÇÕES A DISPONIBILIZAR ATÉ 28 DE ABRIL -----

---- Os municípios devem disponibilizar à DGAL, até ao final do mês de abril de 2017, informação relativa à taxa municipal de direitos de passagem e à taxa municipal de ocupação do subsolo, designadamente em matéria de cadastro das redes de infraestruturas, nos termos do disposto no Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2017*, conjugado com o previsto na Lei de Orçamento do Estado para 2017**, *n.º 3 do artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março ** n.os 1 e 2 do artigo 85.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro

---- A Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) é aprovada anualmente por cada município, com um valor até 0,25%, aplicável apenas a serviços de comunicações fixas. A receita reverte integralmente para o município. A TMDP é devida pela utilização do solo e subsolo para a passagem das infraestruturas necessárias à prestação dos serviços de comunicações eletrónicas. -----

---- Nos municípios onde é cobrada a TMDP, as empresas estão obrigadas a incluir nas faturas dos clientes, de forma expressa, o valor da taxa a pagar. -----

---- O valor das taxas de ocupação do subsolo resulta de uma metodologia de cálculo única e aprovada pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos. O valor final é determinado pela assembleia municipal. -----

---- O Sistema de Informação Centralizado (SIC) é o Sistema de Informação Centralizado, previsto no DL n.º 123/2009, e que assegura a disponibilização de informação relativa às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas. É uma plataforma de acesso a informação atualizada sobre infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas, que contempla nomeadamente, ao nível do planeamento e ordenamento do território, os seguintes elementos: -----

---- - cadastro com informação completa e georreferenciada das infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas; -----

---- - procedimentos e condições aplicáveis ao acesso e utilização das infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas; -----

---- - anúncios de construção de novas condutas e outras infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas; -----

---- - informação sobre os procedimentos e condições de que depende a atribuição de direitos de passagem para a construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas. -----

---- A empresa requerente informa que o Município já possui o cadastro de redes de



Reunião de 26/07/2017

infraestruturas na plataforma SIC e solicita a dispensa do envio da informação. -----

---- **III. PARECER DOS SERVIÇOS** -----

---- *Assim sendo, tendo o Município acesso ao cadastro das redes de infraestruturas da Gascan, S.A., nos termos do artigo 70.º Decreto-Lei n.º 25/2017 de 3 de março, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2017, aprovado pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, julgo que se poderá dispensar a empresa da apresentação do cadastro das infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas.* -----

---- *Ainda assim, o cadastro no SIC deverá ser atualizado até ao final do ano, conforme o estatuído no referido artigo 85.º da Lei do Orçamento de Estado para 2017.* -----

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.* -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o pedido de dispensa do envio da informação prevista no artigo 85.º, da Lei do Orçamento do Estado de 2017, em que requerente a empresa GASCAN, S.A., nos termos da informação interna n.º 5088, datada de 10 de julho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Os serviços também dizem que pode ser dispensado. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Deixe-me só dar uma sugestão. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: A dispensa de apresentação do cadastro, isto é uma obrigação legal que decorre e eles, como já têm as infra-estruturas, estão a pedir a dispensa dessa obrigação. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou: Ó Sr. presidente, pronto, eu fiquei na dúvida, por isso é que fiz a pergunta e tem a ver agora com esta sugestão, isto tem a ver também com a instalação de redes de gás, neste caso? Pronto, o que eu lhe sugeria era que depois os serviços pudessem dar aos corpos de bombeiros a indicação do que é que é instalado e aonde para, no fundo, terem conhecimento e para poderem, de alguma forma, intervir da melhor forma, caso alguma coisa, alguma fuga ou algum incêndio ocorra. -----

(332/2017/07/26)7.5.PEDIDO DE PARECER RELATIVO À CONSTITUIÇÃO DE REGIME DE COMPROPRIEDADE DE UM TERRENO RÚSTICO. LOCAL: QUINTAS, EM CARVALHAL REDONDO. COMPROPRIETÁRIOS: SÓNIA CRISTINA VIEIRA GOMES DA SILVA E LUÍS ALBERTO GOMES DA SILVA – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 5266, datada de 18 de julho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Pedido de parecer relativo à constituição do regime de compropriedade de um terreno rústico – Registo de entrada a responder:5962, de 17/07/2017.* -----

---- *Requerente: Sónia Cristina Vieira Gomes da Silva.* -----

---- *Comproprietários: Sónia Cristina Vieira Gomes da Silva e Luís Alberto Gomes da Silva.* -----

---- *Local: “Quintas”, em Carvalhal Redondo.* -----

---- **I. Solicitação dos requerentes:** -----

---- **1. A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de**



Reunião de 26/07/2017

prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios, de acordo com o número 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 165/99, de 14 de Setembro, pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto e pela Lei n.º 10/2008 de 20 de Fevereiro. O parecer só poderá ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana. -----

---- II. Parecer dos Serviços: -----

---- 1. Os dois requerentes solicitam parecer favorável de constituição de regime de compropriedade do terreno rústico, sito às “Quintas”, artigo n.º 3762, da Freguesia EXTINTA de Carvalhal Redondo, atual artigo n.º 2838 da União de Freguesias de Carvalhal Redondo e Aguieira, localizado em Carvalhal Redondo, sendo ½ a favor de cada um. -----

---- 2. Assim sendo, não vejo qualquer inconveniente na pretensão, pelo que sou de opinião que se poderá emitir um parecer favorável. -----

---- 3. Mais informo que a constituição de compropriedade não conduz ao fracionamento físico da propriedade comum, nem confere quaisquer direitos de construção ou divisão em lotes com vista ao mesmo fim. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade, em nome dos comproprietários: Sónia Cristina Vieira Gomes da Silva e Luís Alberto Gomes da Silva, de um prédio rústico, sito às “Quintas”, artigo n.º 3762, da Freguesia Extinta de Carvalhal Redondo, atual artigo n.º 2838 da União de Freguesias de Carvalhal Redondo e Aguieira, localizado em Carvalhal Redondo, sendo ½ a favor de cada um, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 5266, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -

(333/2017/07/26)7.6.LICENCIAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE – REQUERENTE: MATHIAS, S.A. – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 5138, datada de 12 de julho de 2017, da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde, que a seguir se transcreve:

---- “Licenciamento Municipal de Publicidade -----

---- No seguimento de requerimento com registo de entrada n.º 4797, de 08/06/2017, em que MATHIAS, S.A., NIPC 500187916, solicita o licenciamento municipal de 5 (cinco) suportes publicitários com a mensagem publicitária “Meu Super” a colocar, por período anual nos seguintes locais: 1. Estrada municipal em direção a Seia; 2. Rotunda do Estádio Municipal; 3. Triângulo da Rotunda da Fonte Luminosa; 4. Rotunda do Millenium; 5. Rotunda da Vinha, foi solicitado parecer à Junta de Freguesia de Nelas ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade no Município de Nelas (RMOEPPMN), e de harmonia com deliberação de câmara de 28/06/2017, sendo que a Junta de Freguesia de Nelas emitiu parecer positivo relativamente à pretensão do requerente. -----

---- A competência para apreciação dos pedidos de licenciamento é da Câmara Municipal no âmbito de licenciamento de ocupação do espaço público sob jurisdição municipal, bem como no âmbito do licenciamento da afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias, sem prejuízo dos mecanismos de delegação de competências previstos por lei (alínea a) e b) do n.º



Reunião de 26/07/2017

2 do artigo 25º do RMOEPPMN). -----
 ---- O órgão competente decide sobre o pedido no prazo de 30 (trinta) dias contado a partir da receção do último dos pareceres, autorizações ou aprovações emitidos pelas entidades externas ao Município, quando tenha havido lugar a consultas nos termos do artigo 24º do RMOEPPMN. -----
 ---- Pelo que, queira V.ª Ex.ª despachar no sentido de agendar o assunto para reunião de câmara, notificando-se a requerente dessa diligência em conformidade como n.º 2 do artigo 82º do Código do Procedimento Administrativo. -----
 ---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----
 ---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o licenciamento municipal de publicidade, em que é requerente a empresa Mathias, S.A., nos termos e de acordo com a informação interna n.º 5138, da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde, atrás descrita. -----

9 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- O Senhor Presidente afirmou: Do público quem é que quer intervir? Sr. Ramos? O Sr. eng.º Frederico? O Sr. Paulo? Só um bocadinho. Sr. Ramos, faz favor. Faz favor, Sr. Ramos.--
 ---- O Senhor António Jesus Ramos, de Canas de Senhorim, falou sobre o seu assunto da Quinta da Raposeira. -----
 ---- O Senhor Paulo afirmou: Sr. Presidente, queria elogiá-lo por voltar com a sua palavra atrás sobre o parque de caravanismo. Houve um abaixo-assinado e das setenta e nove pessoas que foram convidadas a assinar, apenas três se negaram. Era pôr um candeeiro atrás dos prédios. Com quantos milhões que eu ouvi aqui faltar, faça ali alguma coisa. Se querem luxos, paguem eles e façam eles o parque. -----
 ---- O Senhor Presidente afirmou: Muito bem. Ok. Sim senhor. Muito obrigado, Sr. Paulo. Sr. Ramos, sim. Eng.º Frederico, vou ver, está bem? Não sei. Não tenho ideia, mas a Sofia por meu intermédio, sim, assume o compromisso de ver e dar esse esclarecimento, está bem? E relativamente às férias e às pretensões das pessoas do Pomar, acho que são legítimas e justas e, portanto, eu levarei isso em consideração e de certeza que todos os presentes também, nas responsabilidades que continuam a ter e que terão no futuro. Mas, desculpem lá, mas já, eu peço desculpa, vamos lá ver, já estamos no período. As pessoas não devem ser. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu voto favoravelmente e vou-me embora. -----
 ---- O Senhor Presidente afirmou: Não vá, não tenho quórum para votar. Ó Dr. Marques, ande lá. Vá e as pessoas não devem ser. ó Sr. Ramos e as pessoas não devem ser catalogadas por pertencerem a este ou àquele partido. Não digam isso, pá.-----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Ande lá. Quanto é que ele leva para fazer o projecto? Da Junta? -----
 ---- O Senhor Presidente respondeu: É isso que o senhor vem para cá fazer, é? É isso que o senhor vem para cá, ganhou zero. Zero. Ó dr. Marques, é isso que o senhor vem para cá fazer? É isso que quer vir para cá fazer? Perseguir as pessoas por serem do partido socialista, ou do CDS? Sim, este mandato, sim, Senhor Ramos. Vá, Dra. Célia. -----



Reunião de 26/07/2017
APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA

---- O Senhor Presidente da Câmara pediu à Senhora Dr.^a Célia Tavares para proceder à leitura da minuta da ata. Posta à votação a minuta da ata da presente reunião, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às treze horas e quarenta e quatro minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, conforme deliberação tomada na 1.^a reunião desta Câmara Municipal, realizada em 04 de novembro de 2013, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. -----

O Presidente,

A Técnica Superior, responsável pela Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde,
